

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



História da evolução religiosa no concelho de Rio Maior

Lídia Amélia Moreira Ferraz de Gouveia Jorge, nº 35418

Mestrado em Estudos Regionais e Autárquicos

Lisboa, 24 de Setembro de 2011

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



História da evolução religiosa no concelho de Rio Maior

Relatório de estágio orientado pelo Prof. Doutor António Matos Ferreira

Lídia Amélia Moreira Ferraz de Gouveia Jorge, nº 35418

Mestrado em Estudos Regionais e Autárquicos

Lisboa, 24 de Setembro de 2011

Resumo

Este relatório de estágio teve como objectivo a investigação da evolução de cultos religiosos na área que forma actualmente o concelho de Rio Maior, desde a Pré-história até à actualidade, e a partir desta informação realizaram-se dois projectos de roteiros turísticos que se intitularam “A Rota do Sagrado”, de modo a serem utilizados pelos Serviços de Arqueologia e de Turismo da Câmara Municipal de Rio Maior.

A metodologia utilizada foi o inventário de campo e de arquivo, de carácter sistemático e exaustivo, do património imóvel, móvel e imaterial do concelho e a partir do método iconológico a análise da memória colectiva presente neste património.

Pôde-se verificar que no concelho de Rio Maior que existem vestígios de cultos religiosos desde o período do Neolítico e que, ao longo da sua história, houve uma sobreposição de religiões na área do município ocorrendo situações de sincretismo.

Este estudo procurou ainda ser um meio de salvaguarda deste conjunto patrimonial, evidenciando a necessidade da sua preservação com a sua divulgação e valorização.

Palavras-chave:

Sagrado

Património

Rio Maior

Inventário

Iconologia

Summary

This internship report aimed to investigate the evolution of religious services in the area now forming the county of Rio Maior, from prehistory to the present, and from this information there were two projects of tours that are titled "the Way of the Sacred," in order to be used by Department of Archaeology and Tourism of the Municipality of Rio Maior.

The methodology used was a field inventory and file, systematic and comprehensive character, heritage property, movable and intangible from the county and the method iconological analysis of collective memory in this heritage.

It was verified that the municipality of Rio Maior have traces of religious worship since the Neolithic period and that, throughout its history, there was an overlap of religions in the area of the municipality of syncretism occurring situations.

This study also sought to be a means of safeguarding this heritage, obviating the need for its preservation with its dissemination and utilization.

Key-words:

Sacred

Heritage

Rio Maior

Inventory

Iconology

Índice

Introdução, p. 4.

I Enquadramento teórico, p. 6

1. Introdução teórica, p. 6.
2. Conceito de Património Cultural, p. 7.
3. Conceito de Bens Imateriais, p. 7.
4. Conceito de Bens Culturais Imóveis, p. 8.
5. Conceito de Bens Culturais Móveis, p. 8.
6. Iconologia, p. 9.
7. A teoria da memória colectiva na Religião, p. 10.

II Estudo dos cultos religiosos no concelho de Rio Maior

1. Cultos primitivos, p. 11.
 - 1.1. Anta de Alcobertas, p. 13.
 - 1.2. Gruta de Alcobertas, p. 15.
 - 1.3. Grutas em Nossa Senhora da Luz, p. 16.
2. Cultos Pré-romanos, p. 17.
 - 2.1. Práticas funerárias, p. 17.
 - 2.2. Festividades do Bom Verão, p. 19.
3. A presença romana no concelho, p. 21.
 - 3.1. As *uillae*, p. 21.
 - 3.2. O culto tradicional romano, p. 23.
 - 3.3. A Ninfa Fontenária de Rio Maior, p. 25.
 - 3.4. Os primeiros cultos cristãos, p. 28.
 - 3.5. As invasões germânicas, p. 30.

4. A presença muçulmana no concelho, p. 31.
5. A presença de ordens religiosas durante a Idade Média, p. 33.
6. Arte cristã medieval, p. 36.
7. Lendas cristãs, p. 37.

8. O culto mariano, p. 40.
 - 8.1. A Mãe e o Menino, p. 42.
 - 8.2. Nossa Senhora do Rosário, p. 43.
 - 8.3. Nossa Senhora da Assumpção e Nossa Senhora da Conceição, p. 44.
 - 8.4. A Coroa e o Azul, p. 46.

9. A evolução administrativa da área do concelho de Rio Maior, p. 47.
10. A expressão religiosa durante a Idade Moderna no concelho de Rio Maior, p. 49.
11. Movimento de Renovação de Arte Religiosa (MRAR), p. 53.

III Projectos de roteiros, p. 55.

Considerações finais, p. 66.

Anexos, p. 67.

- Inventário da Arquitectura Religiosa do concelho de Rio Maior, p. 69.
- Inventário das Artes plásticas e decorativas religiosas do concelho de Rio Maior, p. 127.
- Inventário das tradições e lendas religiosas do concelho de Rio Maior, p. 151.
- Fontes Documentais, p. 154.

Fontes e Bibliografia, p. 166.

Introdução

O tema de estágio proposto pelos Serviços de Arqueologia e de Turismo da Câmara Municipal de Rio Maior foi o levantamento de campo e de arquivo, com carácter sistemático e exaustivo, do património de esfera religiosa do concelho de Rio Maior, com a finalidade de se realizar um roteiro turístico que se intitulará “A Rota do Sagrado”. As conclusões deste estudo também poderão ser utilizadas para futuros trabalhos nos Serviços de Arqueologia e de Turismo.

A selecção dos bens arquitectónicos inventariados obedeceu aos seguintes critérios: o seu espaço, natural ou construído, ter sido utilizado para práticas de rituais como, por exemplo, as grutas utilizadas como necrópoles e o Castro de S. Martinho onde foram descobertas sepulturas da Idade do Bronze; a sua construção original ter tido como finalidade o seu uso para fins de culto, nesta situação englobam-se a Anta de Alcobertas e todas as igrejas e capelas cristãs; ou, no seu interior ou na área envolvente, haja sido descoberto vestígios materiais que indiquem a presença de cultos religiosos como, por exemplo, a *uilla* romana de Rio Maior.

O acervo de bens móveis inventariados teve como critérios o seu valor histórico, artístico, raridade ou de exemplaridade. Deste modo, foram excluídas as imagens religiosas sem informação relevante para o âmbito deste estudo. Por fim, o património imaterial inventariado foi seleccionado pelo seu valor testemunhal das tradições religiosas que sobreviveram na memória local.

Com este relatório pretendeu-se estudar a evolução religiosa na área que forma actualmente o concelho de Rio Maior, desde a Pré-história até à actualidade e aprofundar os conhecimentos da história religiosa local pois, apesar de haver estudos que focam isoladamente alguns dos bens inventariados, especialmente o património imóvel, não existe nenhuma obra que reunisse todos estes bens em função do seu contributo para essa história e o estudasse por esse prisma.

Este trabalho procura ainda ser uma ferramenta para a salvaguarda deste conjunto patrimonial, com a sua utilização para futuras iniciativas o que, além de fomentar o turismo na região, irá permitir a divulgação e a valorização do mesmo, evidenciando a necessidade da sua preservação futura.

A metodologia utilizada neste estudo foi, a partir do estudo dos vestígios materiais e imateriais inventariados, identificar e analisar os valores religiosos que este património expressava.

Assim, foi aplicado o método iconológico, ou seja, a partir da análise do conjunto patrimonial, (nomeadamente, o entendimento das suas características formais, o seu contexto histórico-cultural, a ideologia, etc.), procurou-se compreender, num âmbito religioso, qual a sua função prática e quais são as suas características artísticas.

Para facilitar a consulta, este documento foi organizado em três partes: a primeira parte contém orientações relativas ao método e conceitos utilizados ao longo do trabalho; a segunda parte analisa a evolução dos cultos religiosos na área que forma actualmente o território, ao longo da sua História; e na terceira parte desenvolveram-se projectos de roteiros, para serem utilizados no roteiro.

Foram várias as obras que serviram de base para este estudo, sendo de referir, entre outras, os três volumes da *História Religiosa de Portugal*, direcção de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000; *História da Arte em Portugal – O Barroco*, de Vítor Serrão, Lisboa, Editorial Presença, 2003; *A Nova História da Arte de Janson, A tradição Ocidental*, de Penelope J. E. Davies, e outros, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010; *O Significado da Arte*, de Herbert Read, Lisboa, Editora Ulisses, [s.d]; *Tesouros Artísticos de Portugal*, orientado por José António Ferreira de Almeida, Porto, Selecções do Reader's Digest, 1980; *Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus*, de Jacques Dusquene, Porto, Edições Asa, 2004; *A Ninfa Fontenária de Rio Maior*, de Paulo Mendes Pinto, Rio Maior, Câmara Municipal de Rio Maior, 2004.

I

Enquadramento teórico

1. Introdução teórica

Desde os tempos primordiais o Homem procurou entrar em contacto com o mundo das forças sobrenaturais para compreender e explicar o mundo que o rodeava, assim como, para tentar controlar a sua sorte a partir de bênçãos divinas. Estes objectivos foram comuns tanto nas religiões politeístas como nas monoteístas. Mesmo na actualidade, estes continuam a verificar-se para os crentes das várias religiões do mundo e, todas estas crenças deixaram vestígios quer materiais quer imateriais.

No concelho de Rio Maior, por exemplo, é possível observar como o Homem criou uma arquitectura sagrada que foi construída de forma que reflectisse as crenças locais sobre o seu lugar no Cosmos e a sua relação com a divindade. Estes espaços eram sítios privilegiados, os locais onde habitavam as divindades e, muitas vezes, tanto no seu interior como na área em redor o seu solo era a última morada dos seus fiéis. Por vezes, estes santuários foram adulterados e adaptados para reflectirem novos valores religiosos. Isto podia ocorrer tanto com a evolução da religião local como na imposição de uma religião externa. O espaço mantém-se, as ideais mudam.

A Humanidade também criou objectos de carácter votivo. Estes podiam ser utensílios utilizados nos rituais; obras artísticas que representassem as suas crenças; e, com o aparecimento da escrita, livros sagrados. Estes bens móveis variam na sua aparência, material e finalidade à medida que novas teologias e tecnologias se impõem. Ao contrário dos templos que foram muitas vezes reutilizados, dada a sua capacidade de se transformarem, os objectos podiam ser roubados, perdidos ou destruídos.

Mas ainda mais perecíveis são os valores intangíveis relacionados com essas religiões: as teologias, as lendas, as tradições e os rituais. A sua preservação era essencialmente oral, mesmo após o aparecimento da escrita. Em situações de imposição de novas religiões num determinado espaço, muitas das tradições anteriores foram proibidas ou esquecidas. Por outro lado, ocorreram casos em que foram adoptadas e adulteradas pelas novas potências religiosas.

2. Conceito de Património Cultural

O património cultural integra “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”¹. Entende-se por interesse cultural relevante os bens que reflectam “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.”² Integram ainda o património cultural “ não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”³. Como se pode observar a partir desta última citação, os bens culturais são classificados como bens imateriais ou materiais. Os bens materiais dividem-se, por sua vez, em bens móveis ou imóveis. Estes últimos são reconhecidos em três categorias (monumentos, conjuntos e sítios).

3. Conceito de Bens Imateriais

O mais recente enunciado do que se deve entender por bens imateriais, a nível de legislação, é: “Para efeitos da presente lei integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memórias colectivas.

Especial protecção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.

Tratando-se de realidades com suporte em bens móveis ou imóveis que revelem especial interesse etnográfico ou antropológico, serão as mesmas objecto das formas de protecção previstas nos títulos IV e V.

Sempre que se trate de realidades que não possuam suporte material, deve promover-se o respectivo registo gráfico, sonoro, áudio-visual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de colectâneas que viabilizem a sua salvaguarda e fruição.

¹ Cit. Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Título I, artigo 2º, alínea 1.

² Cit. Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Título I, artigo 2º, alínea 3.

³ Cit. Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Título I, artigo 2º, alínea 6.

Sempre que se trate de realidades que associem, também, suportes materiais diferenciados, deve promover-se o seu registo adequado para efeitos de conhecimento, preservação, valorização e de certificação”⁴.

4. Conceito de Bens Culturais Imóveis

Os bens imóveis podem “pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional”⁵. São considerados monumentos as “obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.”⁶ Por sua vez, os conjuntos são “grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.”⁷ Por último, os sítios são “obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”⁸. Os bens imóveis e móveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

5. Conceito de Bens Culturais Móveis

Os bens culturais móveis são “aqueles que se conformem com o disposto no nº1 do artigo 14º e constituem obra de autor português ou sejam atribuídos a autor português, hajam sido criados ou produzidos em território nacional, provenham do desmembramento de bens imóveis aí situados, tenham sido encomendados ou distribuídos por entidades nacionais ou hajam sido propriedade sua, representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes a que tenham sido agregados elementos naturais da realidade cultural portuguesa, se encontrem em território português há mais

⁴ Cit. Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Título VIII, artigo 91º, alíneas 1, 2, 3, 4 e 5.

⁵ Cit. Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Título IV, artigo 15º, alínea 1.

⁶ Cit. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, “O património cultural e o património natural estão definidos nos artigos 1º e 2º da Convenção do Património Mundial”, *Organizações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*, Lisboa, 2010, p. 22.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

de 50 anos ou que, por motivo diferente dos referidos, apresentem especial interesse para o estudo e compreensão da civilização e cultura portuguesas.

Consideram-se ainda bens culturais móveis integrantes do património cultural aqueles que, não sendo de origem ou de autoria portuguesa, se encontrem em território nacional e se conformem com o disposto no nº1 do artigo 14º.

Os bens culturais móveis referidos no número anterior constituem espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas e ainda quaisquer outras que venham a ser consideradas pela legislação de desenvolvimento”⁹.

6. Iconologia

Aby Warburg (n. 1866 – m. 1929) foi um dos precursores do método iconológico na História da Arte. A iconologia defende que o estudo da Arte não deve estar dividida em períodos históricos estáticos, mas antes compreender que há uma ligação entre as várias épocas: “que não se deixa intimidar por um exagerado respeito pelas fronteiras e considera a Antiguidade, Idade Média e a Modernidade como épocas ligadas entre si”¹⁰. Esta ligação não é uma comum influência, mas antes a preservação de uma simbologia presente numa memória colectiva ou social. Deste modo, acredita-se na sobrevivência das formas (*Pathos*) e na vida póstuma das imagens (*Nachleben*). Porém, esta preservação da memória não significa que se encontre em todos os períodos históricos as mesmas correntes artísticas. Estas emergem, são seleccionadas e transformadas (*Pathosformeln*), podendo coexistir correntes artísticas opostas num mesmo período, por exemplo, numa obra de arte pode existir simultaneamente características da cultura da Antiguidade Clássica e da cultura cristã.

Warburg também ambicionava o fim da distinção das disciplinas, criando uma “ciência universal da cultura”¹¹. O estudo das imagens seria interdisciplinar e teria como ponto de partida a “antropologia histórica das imagens”¹². Defende assim que a “noção do Programa Artístico é o objectivo fundamental de uma História de Arte moderna, actuante, útil, operativa, socialmente comprometida. A História da Arte mais não é do que a investigação orientada e sempre interdisciplinar que visa o entendimento globalizante (estético, ideológico, contextual, etc.) das

⁹ Cit. Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Secção IV, artigo 55º, alíneas 1,2 e3.

¹⁰ Cit. Vítor Serrão, “A Iconologia de Warburg, projecto para uma psicologia histórica da expressão artística, ou o estudo da criação e das imagens na vida das civilizações”, *Seminário de História de Arte*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2010, p. 7.

¹¹ Vide Idem, *Ibidem*, p. 2.

¹² Vide Idem, *Ibidem*, p. 3.

obras de arte particulares à luz da compreensão dos seus 'pontos de vista' intrínsecos, isto é, das condições culturais, políticas, sócio-económicas, laborais, de perdurações e continuidades, de ideologias, etc. – numa palavra, o entendimento iconológico das obras de arte”¹³.

7. A teoria da memória colectiva na Religião

Na obra de Herbert Read, *O Significado da Arte*, lê-se: “A relação entre a arte e a religião é um dos problemas mais difíceis que temos de enfrentar. Olhamos para trás e vemos a arte e a religião a emergir de mãos dadas dos escusos recessos da pré-história. Durante muitos séculos parece permanecerem indissolúvelmente ligadas; e de repente, na Europa, há cerca de quinhentos anos, aparecem os primeiros sintomas de uma ruptura definitiva. A ruptura vai-se acentuando, e com a Alta Renascença temos uma arte essencialmente independente e livre, individualista nas suas raízes e tendendo a não exprimir coisa alguma para além da personalidade do artista. (...) Mesmo onde grandes artistas criaram as suas obras-primas em isolamento aparente de qualquer fé religiosa, quanto mais perto olhamos para as suas vidas mais provável se torna que descubramos a presença do que só pode ser chamado uma sensibilidade religiosa.”¹⁴. A partir deste excerto é possível constatar que a evolução da História da Religião esteve entrelaçada com o destino da História da Arte. A Arte era um reflexo dos valores religiosos de uma determinada sociedade europeia até ao século XVI. Mas mesmo nos séculos posteriores foi possível constatar a mesma influência em vários casos isolados, especialmente, na arquitectura sagrada e nas imagens religiosas.

Tal como na teoria da iconologia, defendida por Aby Warburg, que afirma que a memória colectiva fazia ressurgir símbolos artísticos e os transformava com a coexistência das diferentes correntes artísticas (*Pathosformeln*), é possível constatar o mesmo processo na História da Religião. Não é possível diferenciar as religiões, estas não estão fixas e fechadas num determinado período de tempo e de espaço.

Tomando a área do concelho de Rio Maior, como exemplo, é de constatar que, em inúmeras situações, foram reapropriados cultos e símbolos de religiões anteriores através da memória colectiva e que, à semelhança do que se pode observar na Arte, estes cultos são seleccionados e eventualmente adulterados. Deste modo, na religião dominante, podem coexistir ritos e símbolos opostos, tais como, cultos politeístas e cultos cristãos.

¹³ Cit. Aby Warburg in Vítor Serrão, “Noções Teórico-Metodológicas”, *Seminário de História da Arte*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2010, p. 1.

¹⁴ Cit. Herbert Read, “Arte e religião”, *O Significado da Arte*, Lisboa, Editora Ulisses, [s.d], p. 58.

II

Estudo dos cultos religiosos no concelho de Rio Maior

1. Cultos primitivos

Os territórios que constituem hoje o concelho de Rio Maior reúnem diferentes condições que permitiram a fixação humana nesta zona, nomeadamente: recursos fluviais; abundância de diferentes espécies de fauna e de flora; um clima temperado; abrigos naturais na serra e outros afloramentos calcários; e, a existência de filões de sílex, que era a principal matéria-prima para o fabrico de utensílios.

Os vestígios humanos mais antigos nesta zona remontam ao *Homo Erectus*, há cerca de 600 000 anos, do qual se possui um substancial espólio lítico. Durante o período do Paleolítico Inferior (600 000 anos a.C. – 100 000 anos a.C.) o Homem vivia num absoluto nomadismo, com acampamentos provisórios, e a sua sobrevivência dependia da recolção, caça e pesca.

A partir do Paleolítico Superior, durante a última glaciação, apareceu na Europa o *Homo Sapiens*. Inventaram-se novas técnicas de pedra polida, cerâmica e tecelagem. Com o fim do período glacial (há cerca de 12.000 – 10.000 anos) e com o tempo ameno surgiram novas espécies de fauna e de flora, juntamente com a extinção de diferentes espécies que não estavam preparadas para o novo clima, como o mamute. Calcula-se que o advento do *Homo Sapiens* corresponde a uma importante explosão demográfica¹⁵ no Concelho, a julgar pela grande quantidade de estações deste período nele existentes. Pensa-se que se terá iniciado, nesta altura, o aproveitamento de sal desta zona e uma utilização intensiva do sílex.

Foi ainda durante o Paleolítico Superior que surgiram as “verdadeiras”¹⁶ manifestações artísticas, com dois tipos de expressão: a arte móvel (pequenas esculturas de figuras humanas ou de animais) e a arte rupestre ou parietal (pinturas ou gravuras feitas nas paredes e nos tectos das cavernas; e em rochas). Durante a primeira metade do século XX, em particular com o contributo de

¹⁵ Vide Ricardo Santos Pinto, “Do Império dos Metais ao Império Romano”, *Rio Maior, Maior Futuro...*, Rio Maior, Néstia Editores, [s.d.], p. 25.

¹⁶ Vide Hans-Georg Bandi, “As origens da Arte”, *História da Humanidade: Pré-História e os inícios da Civilização*, Vol. I, S.J. Laet e outros (coord.), Lisboa, Editorial Verbo, 2000, p. 199.

Breuil (1952)¹⁷, tem-se atribuído à arte paleolítica um significado mágico e simbólico pois, perante as contrariedades da Natureza e o tipo de percepção que tinham dela, o Homem, provavelmente, terá recorrido a cerimónias e ritos com o intuito de transferir para a realidade o desejo de uma boa caçada ou de fertilidade, por exemplo. Assim as obras de arte serviam como rituais (rito da caça, rito da morte e rito da procriação)¹⁸. Estas conclusões são também fruto de uma abordagem etnográfica das sociedades bosquímanas. Para muitos especialistas estas sociedades conservam na sua memória e tradições costumes que vêm desde a pré-história como, por exemplo, o afirma Herbert Read: “Não pode haver dúvida de que temos na arte dos bosquímanos uma sobrevivência de uma concepção de arte que floresceu sobre uma área muitíssimo mais vasta há milhares de anos – a arte, de facto, do período pré-histórico”¹⁹. Os relatórios dos estudos dessas sociedades demonstram que estes povos pintavam em grutas e nas rochas e que estes lugares eram considerados sagrados.

Ao longo da segunda metade do século XX tem-se procurado outros intuitos para a criação destas obras de arte. Por um lado, existem teorias relacionadas com o xamanismo²⁰, isto é, uma crença num mundo paralelo habitado pelos espíritos, acessível pela alteração dos estados da consciência. Estas obras seriam efectuadas por um xamã que ao representar um animal estaria a efectuar uma “ponte” entre os dois mundos. Esta posição na sociedade de artista entra em acordo com os povos bosquímanos em que somente um indivíduo tinha o cargo de pintor²¹. Portanto, continuam a considerar estas representações enquanto imagens de culto religioso. Outra via de análise teórica baseia-se no seu contexto material, ou seja, a partir de inventários procura compreender-se se existia uma metodologia, ou um esquema, por detrás dos locais onde eram representadas e das tipologias temáticas das obras artísticas²².

Do período Mesolítico (c. de 10.000 – 5.000 anos a.C.) recolheram-se vestígios de novas espécies no Abrigo Grande das Bocas²³, na freguesia de Rio Maior, tais como: restos de javali, de veado, de auroque e de coelho. Foram encontrados ainda concheiros. Nas Sesmarias, na freguesia de Alcobertas, foram também descobertas uma série de estruturas de pedras queimadas e estaladas por acção do fogo²⁴ e lascas de sílex minúsculas, conhecidas como micrólitos. Até ao momento, não

¹⁷ Vide Idem, *Ibidem*, p. 200.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Vide Herbert Read, “Pinturas dos bosquímanos”, *O Significado da Arte*, op. cit., p. 53.

²⁰ Vide Penelope J. E. Davies e outros, “Arte Paleolítica”, *A Nova História da Arte de Janson, A Tradição Ocidental*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 7.

²¹ Vide Herbert Read, “Pintura dos bosquímanos”, *O Significado da Arte*, op. cit., p. 53.

²² Vide Hans-Georg Bandi, “As origens da Arte”, *História da Humanidade: Pré-História e os inícios da Civilização*, op. cit., p. 200.

²³ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=53737>.

²⁴ Vide Ricardo Santos Pinto, “Do Império dos Metais ao Império Romano”, *Rio Maior, Maior Futuro...*, op. cit., p. 25.

se descobriu nenhuma sepultura, desta época, nos territórios que formam actualmente o concelho. Em Portugal, durante o Paleolítico e o Mesolítico as necrópoles (área de enterramento) já encontradas eram próximas das comunidades²⁵ e nas jazidas havia ofertas funerárias, entre as quais objectos do quotidiano. Possivelmente, estas sociedades não consideravam a morte como um fim definitivo e estas oferendas seriam para garantir uma sobrevivência numa vida futura.

No Neolítico (5.000 a.C – 2.000 a.C) o Homem começou a tornar-se sedentário e como complemento à caça, pesca e recollecção (economia recolectora) principiou a praticar a agricultura e a criação de animais domésticos (economia de produção). Deste período, foi encontrado no concelho de Rio Maior espólio associado à vida em comunidade como cerâmica e indústria lítica. A invenção da cerâmica resultou da necessidade de armazenar, conservar e transportar o excedente. E, desde cedo, ao carácter utilitário dessa utensilagem foram adicionados elementos decorativos, por exemplo, uma grande percentagem de cerâmica encontrada no Abrigo Grande das Bocas era de estilo epicardial²⁶. Durante o Neolítico também surgiram novas atitudes de enterramento dos mortos com a criação de monumentos funerários, que poderiam ser antas ou dólmenes; galerias cobertas; *tholoi*, um monumento de falsa cúpula; e grutas artificiais ou naturais²⁷. Sendo de destaca no concelho a Anta de Alcobertas, a Gruta de Alcobertas e as Grutas da Nossa Senhora da Luz.

1.1. A Anta de Alcobertas



A Anta de Alcobertas.
Fotografia tirada a 23-10-2010.

O sedentarismo conduziu à arquitectura monumental ligada aos sentimentos religiosos das comunidades neolíticas com as construções megalíticas (de *mega* = grande + *litos* = pedra). Estas construções podiam ser menires (um único bloco), alinhamentos (agrupamento de vários menires), cromeleques (agrupamento de menires em forma de círculo) e antas ou dólmenes (constituídas por várias pedras verticais e outra a servir de cobertura, designada por chapéu). As antas teriam como função o enterramento e o culto dos mortos e, provavelmente, haveria um conjunto de práticas mágico-religiosas e rituais fúnebres que os acompanhariam²⁸.

As jazidas caracterizavam-se por uma inumação completa do corpo, o qual

²⁵ Vide Mariana Diniz, “O Mesolítico”, *História de Portugal: Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias, Portugal na Pré-História (I)*, Vol. I, João Medina (dir.), Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004, p. 267.

²⁶ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=53737>.

²⁷ Vide Victor S. Gonçalves, “As práticas funerárias nas sociedades do 4º e 3º milénios. O Megalitismo”, *História de Portugal: Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias, Portugal na Pré-História (I)*, Vol. I, João Medina (dir.), Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004, pp. 461 - 483.

²⁸ Vide Idem, *Ibidem*, pp. 462-463.

era posicionado deliberadamente numa posição fetal e também é comum encontrarem-se oferendas funerárias, tais como, armas, utensílios e provisões.

A Anta de Alcobertas é um dos dez maiores monumentos megalíticos da Península Ibérica e remonta aos finais do Neolítico. É formado por dez esteios de grande espessura (oito formam a câmara e dois o corredor com uma laje por cima). A câmara é encimada por um pequeno telhado, datado do século XVII/XVIII, consequência da fractura do chapéu em data incerta. Este monumento sempre causou admiração às populações locais, como é possível observar neste trecho do padre Manoel da Sylva e Reis: “Ultimamente a capella de Santa Maria Magdalena, que já as[s]imã fica dita estar no lado direito da igreja co[m] arego della hé para admirar a sua factura pois não foi artificial porquanto as paredes são pedra ou laiges muito grossas e altas como profundas, sem haver noticia algũa de como esta obra foy feita. Huns dizem ser obra da natureza; outros, couza miriculoza. Tudo pode ser, porem sempre hé couza pasmosa. O tecto hé artificial por ser abobada; o pavimento hé de terra, e sempre que estas pedras se acham húmidas o nixo da Santa hé embrexado. E alguns dizem foi santa de muita romagem. Hoje hé só a gente da terra, como tem susudido [a]thé agora.”²⁹

As tradições locais afirmam que a Anta de Alcobertas foi construída pela Santa Maria Madalena, que trouxe as pedras da Serra da Luz ou que as fez nascer as pedras naquele lugar para os crentes irem expiar os seus pecados. Portanto, houve uma reapropriação do simbólico neste lugar, ou seja, o que antes era um monumento funerário neolítico continuou a pertencer à esfera do sagrado mas numa nova ordem religiosa, o cristianismo, tornando-se numa capela em honra de Santa Maria Madalena. Deste modo, as lendas cristãs acabam por ser uma tentativa de justificação, aceite pela sociedade da altura, da presença daquele monumento que reconheciam como “sagrado”. Manteve-se a estrutura e o seu valor enquanto local de culto mas alteraram-se os conceitos e símbolos associados.

Paulo Pereira considera que a Santa Madalena é o “avatar derradeiro da Deusa-Mãe”³⁰, reforçado pelo facto da santa estar representada três vezes (“do que se pode aduzir da sua triplica função ou condição triádica ou lunar”³¹) e de a sua festa ocorrer a 22 de Julho, uma “data estival, como convém à cristianização de um monumento”³².

Portanto, houve uma preservação no tempo de uma área sacralizada e a Anta de Alcobertas constitui um exemplo da transformação de um monumento neolítico numa capela cristã, mantendo,

²⁹ Cit. João Cosme e José Varandas, “Alcobertas, 1758, Abril, 20”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, Vol. I, Lisboa, Caleidoscópio, 2009-2010, p. 94.

³⁰ Cit. Paulo Pereira, “Reminiscências: as profundezas da pré-história, a Anta-capela de Alcobertas”, *Enigmas, Lugares Mágicos de Portugal: Arquitectura Sagrada*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, p. 22

³¹ Idem.

³² Idem.

assim, a sua função de local de culto, o que significa que permaneceu na memória da população a importância deste espaço. Todavia, a sua função original e o conhecimento do modo de construção desapareceu e foi substituído por lendas cristãs, cristianizando o espaço, ocorrendo assim, uma estratigrafia de culto neste local.

1.2. Gruta de Alcobertas



Estalactite da Gruta de Alcobertas, em Chãos. Imagem obtida no site da Câmara Municipal de Rio Maior.

Na Gruta de Alcobertas foram encontrados ossos humanos, ossos de animais e facas de sílex, o que pode significar a existência de uma necrópole Neolítica³³. Esta gruta é composta por quatro salas, com uma extensão de cerca de 150 metros de comprimento e, em alguns locais, atinge os nove metros de altura. Já foram conhecidas como “as mais belas grutas da Europa”³⁴ e foi descrita do seguinte modo pelo prior Joam Frazam, na Memórias Paroquiais de

Alcanede³⁵: “e no lugar das Alcubertas [...] está hũa grutta com a boca para o Sul e se estende pella serra dentro para o Norte, tanto como tem de comprimento o Terreiro do Passo de Lisboa, pouco mais ou menos. No meyo desta grutta está hũa penha como parede a que se sobre por hũa escada de mão; e passando para a outra parte se continua a mesma concavidade outro tanto; por toda esta grutra com as chuvas do Inverno cahe alguma agoa, coada por entre as /p.567/ penhas da mesma serra, e quando chega ao concavo da Lapa vay tão fria que se congela pelas paredes da mesma Lapa, e em outros penedos dell; e fica em bicos e castelinhos muy galantes e fermoços; e se esta agoa vem pura entre as penhas e se congela sobre outras pedras limpas, fica muy branca e cristalina, porem se passa por alguma terra ou se congela sobre a terra fica com a cor da mesma terra que he entre vermelho e pardo, e esta são as mais que se acham e ainda que na cor não são tão vistozas os castelinhos são muy galantes e cortados em pedaços com a pedra em que se congelaram, servem para embrexados que se fazem jardins, e para outras coriozidades.”

³³ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=56407>.

³⁴ Vide <http://turismoriomaior.blogspot.com/search/label/Locais%20a%20visitar>.

³⁵ Vide João Cosme e José Varandas, “Alcanede, 1758”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., pp. 429 – 430.

Com o tempo, estas grutas foram danificadas e, como medida de salvaguarda, é necessário marcar com antecedência uma visita no Gabinete de Turismo ou na Cooperativa da Terra Chã.

1.3. Grutas em Nossa Senhora da Luz



Gruta em Nossa Senhora da Luz. Imagem obtida no site do IGESPAR.

A Gruta da Nossa Senhora da Luz é considerada uma necrópole e está classificada como Monumento Nacional³⁶. À semelhança de outras grutas no concelho, foi ocupada sucessivamente ao longo do tempo, desde o Neolítico até ao Calcolítico³⁷. O seu interior é formado por duas salas de grandes dimensões ligadas por um corredor. Foram descobertos enterramentos neolíticos, cujos corpos estavam acompanhados com oferendas funerárias. Entre essas oferendas é de destacar os objectos associados ao universo de carácter “mágico-simbólico”³⁸, nomeadamente: um cilindro liso de calcário, um machado votivo e dois vasos de calcário, cuja matéria-prima pode também ser conotada com o fabrico de utensílios de carácter sagrado durante o Calcolítico³⁹.

Em Nossa Senhora da Luz foi descoberta também uma outra necrópole, na Gruta dos Vales. Estes túmulos tiveram uma deposição simples e estavam acompanhados com oferendas funerárias (adornos, cerâmica e indústria lítica)⁴⁰.

Tanto a Gruta de Alcobertas como as Grutas em Nossa Senhora da Luz pertencem ao “megalitismo em grutas”⁴¹ pois foram utilizadas como necrópoles e foram detectados ritos fúnebres. Estas preservaram as suas funções de câmaras funerárias neolíticas e calcolíticas, sem se conhecer outro tipo de reutilização do espaço. O motivo para o aproveitamento de grutas naturais para a prática de enterramentos poderá estar relacionado com a dificuldade de construção de novos monumentos por falta de material ou por a população se deslocar sazonalmente⁴².

³⁶ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=49904>.

³⁷ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70288/>.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=52959>.

⁴¹ Vide Victor S. Gonçalves, “As práticas funerárias nas sociedades do 4º e 3º milénios. O Megalitismo”, *História de Portugal: Dos tempos Pré-Históricos aos nossos dias, Portugal na Pré-História (I)*, op. cit., p. 483.

⁴² Idem.

No caso do concelho, observa-se uma coexistência dos diferentes monumentos megalíticos na freguesia de Alcobertas (Anta de Alcobertas e Gruta de Alcobertas) e na freguesia de Rio Maior só se conhece a utilização de grutas naturais (Grutas em Nossa Senhora da Luz). Deste modo, existe uma predominância da utilização de grutas até ao Calcolítico o que indica, provavelmente, que as condições sociais e económicas não permitiam a construção de vários monumentos megalíticos ou que estes não chegaram até à actualidade.

2. Cultos pré-romanos

2.1. Práticas funerárias

A utilização de instrumentos de metal nos trabalhos agrícolas, caça e outros fins, permitiu aumentar consideravelmente a produção, e por conseguinte, a acumulação de excedentes. Deste modo, houve um desenvolvimento do comércio e o surgimento de grandes povoações e cidades⁴³.

As práticas religiosas da Idade do Bronze (c. 1800 a.C. – 1200 a.C.) foram uma continuidade do pensamento dos períodos anteriores⁴⁴. Houve um reaproveitamento dos monumentos megalíticos anteriores (antas, grutas artificiais e naturais e *tholoi*) e a construção de novas estruturas de tradição megalítica, como as sepulturas de falsa cúpula (mamoas). Estas “caracterizavam-se pela escassa monumentalidade, sendo, nalguns casos, totalmente desprovidas de qualquer tipo de estrutura pétreo, contrastando com as verdadeiras necrópoles megalíticas conhecidas no Norte do país”⁴⁵. Na freguesia de Rio Maior foi descoberta uma mamoa do período do Calcolítico/Idade do Bronze, designada por *Tumuli* da Marinha, uma estrutura tumular de forma circular, com couraça pétreo e pequeno murete interior, de diâmetro máximo de 4 a 5 m. Porém, encontra-se bastante destruída e não existe espólio associado.

Durante este período ocorreu uma alteração a nível de mentalidade: a passagem gradual do enterramento em sepultura colectiva para a prática do enterramento individual⁴⁶. Isto poderá significar a alteração de uma sociedade igualitária, sem hierarquia, para uma sociedade com

⁴³ Vide Geffry Wawro (chief consultant), “One Species”, *Historical Atlas, A Cartographic of our lives and History fromm of recorded time to the present day*, Australia, Millenium House, 2010, p. 29.

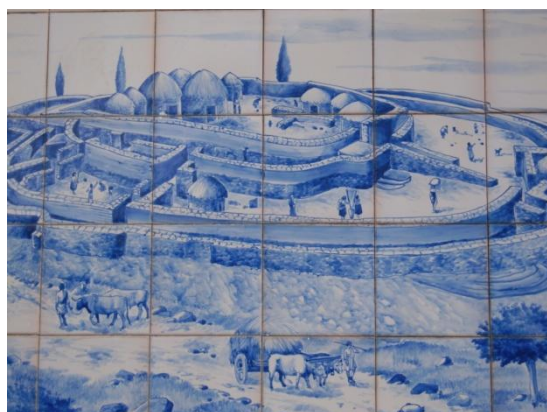
⁴⁴ Vide Manuel Calado, “A Idade do Bronze”, *História de Portugal: dos tempos da Pré-História aos nossos dias, Portugal na Pré-História (II), o Mundo Luso-Romano (I)*, Vol. II, João Medina (dir.), Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004, p. 30.

⁴⁵ Cit. Idem, *Ibidem*, p. 31.

⁴⁶ Idem.

diferenciação social, provocado pelo desenvolvimento das práticas agrícolas que permitiram a acumulação de excedentes e, conseqüentemente, a criação de riqueza⁴⁷.

Durante os enterramentos, os corpos eram colocados numa posição fetal o que, como Manuel Calado sugere era um “ritual que se pode interpretar como indicador da crença no renascimento futuro dos defuntos”⁴⁸. Estes eram acompanhados de oferendas funerárias (objectos do quotidiano e alimentos) que, provavelmente, seriam úteis numa vida futura. Esta prática já era comum nas épocas anteriores, como já se analisou. O tipo e número de oferendas variam de caso



Reconstituição imaginária do Castro S. Martinho, em Teira. Fotografia tirada a 23-10-2010.

para caso. Todavia, não existem indícios irrefutáveis que estas oferendas variassem conforme o estatuto social do indivíduo, havendo situações em que reflectem uma igualdade comunitária⁴⁹.

No concelho de Rio Maior encontraram-se vários vestígios da presença de povoações da Idade do Bronze/Ferro. Desta altura, a povoação mais conhecida estava localizada no Monte do Castelo, em Teira, na freguesia de Alcobertas. Era um povoado fortificado, constituído por três linhas de muralhas, situado num monte,

o que permitia uma maior defesa da povoação, por ser de difícil acesso e por possibilitar avistar de longe potenciais inimigos. Os seus habitantes viviam em pequenas casas de pedras e dedicavam-se à agricultura e à pastorícia. Actualmente, o Castro encontra-se coberto de vegetação e as suas paredes desapareceram. Nas três escavações arqueológicas realizadas foi possível recolher algum espólio, nomeadamente, vários fragmentos de grandes vasilhas, vários machados de cobre, dois de pedra polida e um fragmento de placa de arqueiro⁵⁰. Grande parte deste encontra-se guardada no Departamento de Arqueologia ou depositado no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal e no Museu Etnológico de Lisboa.

Existe o registo de que um morador local, José Tomás, proprietário de terrenos que ficam a Sul do Monte, ao trabalhar a terra encontrou restos de sepulturas: “umas manchas rectangulares de «terra podre», onde havia vasilhas de barro muitas vezes partidas e alguns objectos metálicos”⁵¹.

⁴⁷ Vide Geffry Wawro (chief consultant), “One Species”, *Historical Atlas, A Cartographic of our lives and History fromm of recorded time to the present day*, op. cit., p. 29

⁴⁸ Cit. Manuel Calado, “A Idade do Bronze”, *História de Portugal: dos tempos da Pré-História aos nossos dias, Portugal na Pré-História (II), o Mundo Luso-Romano (I)*, op. cit., p. 35.

⁴⁹ Vide Idem, *Ibidem*, p. 39.

⁵⁰ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=56080>.

⁵¹ Vide Afonso Paços e Outros, “Notas Arqueológicas da Região de Alcobertas (Rio Maior)”, *I Congresso Nacional de Arqueologia, Separata do I Vol. Das Actas e Memórias*, Lisboa, 1959, p. 287.

Destas sepulturas nada existe. Entre os objectos metálicos encontrados no local são de destacar: um machado plano de cobre; dois machados de talão providos de um simples anel; um machado de talão provido de duas pegas horizontais, um machado de cubo. Portanto, é de sublinhar que as “manchas rectangulares” eram, provavelmente, sepulturas individuais com ofertas funerárias. Infelizmente, não existem dados suficientes para se poderem concluir o sexo destes indivíduos; qual a distribuição dos objectos entre as jazidas de modo a compreender se havia diferenciação social entre eles; se estes objectos seriam um sinal de *status* que os acompanhavam para o outro mundo ou se, caso fosse comum a todos possuírem o mesmo tipo e quantidade de objectos, se acreditavam que teriam de se defender no próximo mundo.

2.2. Festividades do Dia do Bom Verão

Os cultos pré-romanos estavam intimamente ligados ao mundo natural: veneravam lugares⁵² (em especial montes e, com menor frequência, rios); elementos naturais como as fontes⁵³ associadas a divindades; e, a animais⁵⁴ que eram considerados sagrados, nomeadamente, “berrões” ou “verracos”. Existem fontes escritas posteriores que referem que estes povos praticariam cultos solares e lunares⁵⁵, todavia, existe a dúvida se o culto aos astros não seria uma consequência da romanização.

Estes povos não tinham escrita e muitas das informações literárias que chegaram à actualidade são romanas. A romanização destes territórios não se caracterizou somente por uma imposição dos cultos romanos mas antes por um sincretismo⁵⁶, isto é, como a romanização foi um processo lento também os povos locais influenciaram os cultos praticados pelos romanos. Assim, é difícil distinguir a origem de determinados costumes e práticas religiosas.

É o caso das festividades do Dia do Bom Verão. No lugar das Bocas, onde nasce o Rio Maior, onde ocorre um conjunto de actividades ligadas ao rio, com jogos aquáticos. Considera-se que estas festas são resquícios de um culto aquático associado ao Equinócio da Primavera. Como a veneração de lugares, tais como rios, era uma prática comum dos povos pré-romanos e do culto

⁵² Vide Amílcar Guerra, “Religião e cultos”, *História de Portugal: dos tempos da Pré-História aos nossos dias, Portugal na Pré-História (II), o Mundo Luso-Romano (I)*, Vol. II, João Medina (dir.), Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004, p. 272.

⁵³ Vide Idem, *Ibidem*, p. 276.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Vide Idem, *Ibidem*, p. 275.

⁵⁶ Vide Amílcar Guerra, “A Religião”, *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, O Mundo Luso-Romano (II), Portugal Medieval (I)*, Vol. III, João Medina (dir.), Amadora, Edita Clube, Edição e Promoção do Livro, 2004, p. 10.

tradicional romano, é possível que esta festividade tenha origens pré-romanas. Nos anos 30 encontraram-se vestígios arqueológicos que poderiam ter pertencido a um pequeno templo romano, o que indicia que este costume teria sido praticado pela sociedade romana local. Este sítio encontra-se somente a três quilómetros da *uilla* romana de Rio Maior sendo assim acessível às famílias locais romanizadas.

Mas ainda houve uma cristianização posterior destas festividades. Tradicionalmente, no Domingo de *Pascoela*, as famílias locais deslocavam-se até às Bocas, levando comida, e realizavam jogos aquáticos, por exemplo, os participantes têm de atravessar o rio, que tem uma forte corrente naquela altura do ano. Um dos meios utilizados para uma mais fácil conversão das populações pagãs foi a sobreposição de uma festividade cristã sobre uma festividade do culto tradicional romano, criando um novo calendário litúrgico. Portanto, ou mantinha-se a data tradicional do culto, havendo uma sobreposição directa; ou o ritual da tradição pagã era transferido para um dia de culto cristão, dando-lhe características cristãs⁵⁷. Neste caso, o Dia do Bom Verão foi provavelmente alterado e fixado para o dia de Domingo de *Pascoela*.

Em suma, o Dia do Bom Verão é um exemplo paradigmático de evolução de cultos religiosos num determinado espaço, pois foi alterando o seu significado e data perante a religião dominante mas permanecendo o seu valor simbólico e religioso na memória local até à actualidade, pois têm-se realizado um conjunto de iniciativas de modo a preservar-se este costume local.

⁵⁷ Vide Peter Brown, “*Reverentia, Ruscitictas*: De Cesário de Arles a Gregório de Tours”, *A ascensão do Cristianismo no Ocidente*, Lisboa, Construir Europa, 1999, pp. 118-119.

3. A presença romana no concelho

3.1. As *uillae*

No século III a.C. ocorreu em Itália uma profunda crise agrária. Esta foi desencadeada devido a uma maior concentração de terras, protegidas legalmente, nas mãos das gentes patrícias – surgindo, assim, uma aristocracia rural⁵⁸ – em oposição à situação dos pequenos proprietários. Deste modo, muitos plebeus sem terra foram para as cidades exercerem diversos ofícios, o que originou uma forte tensão pois, cientes da sua força, ameaçavam a ordem patrícia. É neste contexto que se promoveram as “centuriae”⁵⁹ nas novas províncias, isto é, no fim do período do serviço militar os veteranos recebiam dinheiro ou uma parcela de terra para cultivo, que seria transmitida hereditariamente. Estes terrenos seriam do *ager publicus* (terras pertencentes ao Estado romano) e próximas de uma cidade ou de uma colónia. Esta medida tinha várias vantagens: servia para recompensar os veteranos de guerra; deslocar uma parte da plebe urbana das cidades itálicas; funcionavam como agentes de romanização dos territórios e facilitavam a sua gestão. Seria destas parcelas de terra que surgiram as *uillae*.

As *uillae* eram propriedades rurais, que podiam ser compostas por quatro partes, conforme o modelo e a época⁶⁰: a *pars urbana* era formada pela residência e as estruturas necessárias para a comodidade dos seus habitantes, como as termas, jardins interiores, templos, e por aí adiante. Estas estruturas apresentam sinais de conforto e de luxo, tais como, mosaicos e esculturas. A *pars rústica* era composta pelas habitações dos criados e dos escravos, e as estruturas para guardar o gado e alfaías agrícolas; a *pars fructuaria* incluía as estruturas de armazenamento e de transformação dos produtos agrícolas; e o *fundus* era composto pelos terrenos cultivados, pastagens e matas.

Portanto, pode-se concluir que a partir das *uillae* também se expandiu a cultura romana, com a transmissão de novos hábitos alimentares, religiosos, sociais, económicos e tecnológicos.

Estas eram geridas pelo ideal da autarcia, em que a sua máxima era: “vender sempre, e nunca comprar”⁶¹, como afirma o *Tratado sobre a Agricultura*, de Catão (243 a.C. – 149 a. C.). Portanto, seria da actividade comercial que os proprietários das *uillae* retirariam os seus maiores

⁵⁸ Vide Pierre Grimal, “Roma e a Terra”, *A Civilização Romana*, Lisboa, Edições 70, 2001, p. 166.

⁵⁹ Vide Carlos Fabião, “A romanização do actual território português”, *História de Portugal: Antes de Portugal*, Vol. I, José Mattoso (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 230-231.

⁶⁰ Vide António Carvalho, “As *uillae*”, *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, O Mundo Luso-Romano (II), Portugal Medieval (I)*, Vol. III, João Medina (dir.), Amadora, Edita Clube, Edição e Promoção do Livro, 2004, p. 51.

⁶¹ Vide Pierre Grimal, “Roma e a Terra”, *A Civilização Romana*, op. cit., p. 169

lucros e, para esse fim, especializavam-se em determinados produtos tanto para a comercialização regional como para a exportação. Assim, havia um equilíbrio entre o meio urbano e o meio rural. As cidades, ao obedecerem ao padrão urbanístico romano, serviam como importantes agentes de romanização e por serem importantes centros de transformação e de mercado atraíam a população. Por outro lado, a necessidade de abastecimento dos centros urbanos provocava um desenvolvimento do mundo rural.

O domínio romano provocou um grande impacto sobre a arquitectura, arte e vida nas províncias romanas. Existem diferentes vestígios que comprovam a presença romana no concelho de Rio Maior: a *Uilla* Romana de Rio Maior é o achado – até à data – em melhor conservação e, por isso, o mais famoso do concelho; na Quinta da Cortiçada foram detectados vestígios de uma outra *uilla* romana; no Casal do Galinheiro foram encontradas cerâmicas de construção e cerâmica comum; na Quinta do Sanguinhal registou-se a presença de talha, cerâmica de construção e escórias, provavelmente de uma oficina de metalurgia, tal como na Ribeira das Alcobertas. Em suma, os registos arqueológicos na área do concelho dão a entender que haveria uma forte romanização nesta zona e que a sua economia assentaria na exploração agrária, na pastorícia, mineira, sal e comercial.

Do ponto de vista administrativo, o território que forma actualmente o concelho de Rio Maior pertencia à *civitas* de Santarém⁶², que também era sede de *conventus*. Os *conventus* são o que se pode considerar como subdivisões das províncias⁶³. Júlio César, enquanto governador da Ulterior, mandou construir um quartel-general perto da actual Santarém, *Paresidium Iulium*⁶⁴, que daria origem à cidade *Scalabis*. Esta, com Augusto, viria a ascender à categoria de colónia e tornar-se num dos mais importantes centros administrativos desta região, que advém da situação geo-estratégica do Vale do Tejo na expansão romana.

A localidade de Rio Maior era fornecida de ligações terrestres e fluviais que favoreciam a deslocação de pessoas e de mercadorias. Existia uma estrada romana secundária que ligava Óbidos a Santarém, que passava por Rio Maior⁶⁵ e uma estrada⁶⁶ que ligava a cidade de *Collipo*, na Golpilheira (concelho da Batalha) e a cidade de *Olisipo* (Lisboa). Portanto, provavelmente as *uillae* do concelho de Rio Maior abasteceriam as cidades, criando uma dicotomia económica entre o mundo rural e o mundo urbano.

⁶² Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71895/>.

⁶³ Vide Carlos Fabião, “A romanização do actual território português”, *História de Portugal: Antes de Portugal, op. cit.*, p. 239.

⁶⁴ Vide Jorge de Alarcão, *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo, 1974, p. 47.

⁶⁵ Vide Ricardo Santos Pinto, “Refúgios pré-históricos”, *Rio Maior, Maior Futuro...*, *op. cit.*, p.28.

⁶⁶ Idem.



Pormenor de um pavimento musivo policromado da villa romana de Rio Maior. Imagem obtida no site IGESPAR.

A *uilla* romana de Rio Maior está localizada no centro da cidade. Baseada na análise estilística dos mosaicos defendida por Cristina Fernandes de Oliveira⁶⁷, é datada do século III/IV d.C. Encontraram-se vestígios da primeira fase da *uilla*, do século I, que foi provavelmente demolida para se a reconstruir de acordo

com os novos cânones arquitectónicos e artísticos. Até à data, somente se pôs à vista a residência da *pars urbana*.

Actualmente, estão a descoberto quatro corredores, seis salas e duas absides. Todos os compartimentos estão revestidos a pavimentos musivos policromados que representam elementos vegetalistas e geométricos. Entre o espólio recolhido no decurso das investigações na *uilla*, foram encontrados vestígios associados a diferentes cultos religiosos: por um lado, foi descoberta, em 1992, uma Ninfa Fontenária, que remete para o culto politeísta romano; por outro lado, também se achou uma telha com uma inscrição paleocristã e um fragmento de coluna, em mármore, com uma cruz inscrita em baixo-relevo.

3.2. O culto tradicional romano

A religião romana caracterizava-se pelo politeísmo, ou seja, o seu universo era constituído por vários deuses e uma série de divindades menores⁶⁸ associadas a lugares e elementos naturais. Era uma prática comum a adopção de entidades religiosas estrangeiras, atribuindo-lhes nomes latinos. Este fenómeno designa-se por sincretismo que “consiste na identificação de duas divindades de origem diversa (uma romana, outra pré-romana) que se associam por possuírem um conjunto de características comuns”⁶⁹. Os principais deuses do panteão romano foram trazidos da Grécia, os deuses olímpicos⁷⁰, tendo-lhes sido atribuídos outros nomes. Ao nível doméstico⁷¹, adoravam os

⁶⁷ Vide Cristina Fernandes de Oliveira, *A villa romana de Rio Maior. Estudo de Mosaicos*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, p. 8.

⁶⁸ Vide Maria Helena de Rocha Pereira, “A religião”, *Estudos de História da Cultura Clássica, II Volume – Cultura Romana*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

⁶⁹ Vide Amílcar Guerra, “A Religião”, *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, O Mundo Luso-Romano (II), Portugal Medieval (I)*, op. cit., 2004, p. 10.

⁷⁰ Vide Maria Helena Rocha Pereira, “A religião”, *Estudos de História da Cultura Clássica, II Volume – Cultura Romana*, op. cit., p. 274.

Lares (deuses da família), os *Penantes* (entidades – *penus* – que velavam pelas provisões alimentares da família), os *Manes* (almas dos antepassados) e o *Genius* (protector da perpetuação da família). Por fim, os Romanos veneravam os *numina* (forças sobrenaturais) associados a vários aspectos da vida e personificavam os lugares, tais como, fontes, grutas, montes e bosques.

O culto aos deuses (e inclusive o processo de divinização da figura do imperador, a partir de Octávio Augusto) consistia em ritos e cerimónias, tais como, oferendas, promessas e sacrifícios, para obterem os seus favores. Portanto, existia uma relação directa entre o Homem Romano e as divindades. Este dirige-se à divindade, a partir da oração e/ou rituais, e pede a sua bênção ou protecção⁷². Este culto fazia parte da vida familiar e social dos Romanos e esteve presente em muitas das suas obras literárias e artísticas. As fontes demonstram como os deuses e as divindades podiam assumir uma forma antropomórfica e partilhar de sentimentos humanos (amor, raiva, desejo, ódio, etc.) mas que, por outro lado, possuíam a imortalidade e que podiam alterar o seu aspecto consoante a necessidade.

Ao longo de todo o Império Romano foram construídos templos para albergar os deuses locais e realizarem-se os rituais. Estes templos tanto podiam seguir o cânone arquitectural romano como, à semelhança da religião, adoptavam características locais⁷³. É de notar que a própria arte e arquitectura romana foram profundamente influenciadas pela grega: “A arte romana só pode ser considerada como uma fase tardia e imitativa da arte grega – uma fase destituída do ritmo orgânico e vital presente na origem de onde emana – exprimindo, não alegria, mas satisfação; não equilíbrio, mas força”⁷⁴. Deste modo, denota-se como a religião não estava separada de outros aspectos da vida. Se ocorria sincretismos de cultos, estes eram reflectidos nas construções e obras artísticas.

Já foi referido anteriormente que os romanos praticavam o culto dos mortos. Estes acreditavam que, após morrerem, passavam a pertencer a um mundo divino, a dos Deuses *Manes* (que significa Deuses “Bons”⁷⁵). Estes podiam interferir no mundo dos vivos, enquanto espectros, e a sua presença tanto podia ser positiva como negativa. A própria designação de “Bons” podia ser uma forma de agradar aos antepassados⁷⁶. Assim, eram praticados um conjunto de ritos religiosos com a intenção de lhes agradar. Estes começavam com o sepultar dos mortos pelos descendentes, pois para o mundo romano o acto de ficar insepulto era condenatório, o que não permitia para o

⁷¹ Vide Amílcar Guerra, “A Religião Romana”, *Civilizações Clássicas II: Roma*, Rui Manuel Sobral Centeno (coord.), Lisboa, Universidade Aberta, 1997, pp. 118-119.

⁷² Vide Maria Helena Rocha Pereira, “A religião”, *Estudos de História da Cultura Clássica, II Volume – Cultura Romana*, *op. cit.*, p. 275.

⁷³ Vide Penelope J. E. Davies e outros, “Arte Romana”, *A Nova História da Arte de Janson, A Tradição Ocidental*, *op. cit.*, pp. 217-218.

⁷⁴ Cit. Herbert Read, “Introdução à Arte cristã”, *O Significado da Arte*, *op. cit.*, p. 83.

⁷⁵ Cit. Amílcar Guerra, “A religião romana”, *Civilizações Clássicas II: Roma*, *op. cit.*, 1997, p. 119.

⁷⁶ *Idem.*

defunto ficasse em paz e este poderia atormentar os vivos. Depois, eram praticados um conjunto de ritos fúnebres, tanto familiares como públicos, com o propósito de criar uma relação amistosa entre os vivos e os mortos. Um dos rituais era derramar sangue de um animal (sacrifício) e colocar oferendas funerárias nos túmulos. Este costume de oferecer objectos e comida era comum nos povos pré-históricos e pré-romanos. Mas no mundo romano evoluiu, mais tarde, para um banquete sagrado (*daps*)⁷⁷ onde os antepassados e os descendentes conviviam e celebravam com uma refeição.

3.3. A Ninfa Fontenária de Rio Maior

Os Romanos admiravam a escultura grega e, à semelhança da civilização conquistada, representavam em estatuária as imagens de deuses e divindades que eram colocadas em lugares considerados sagrados, com finalidade decorativa e de culto a essas mesmas entidades religiosas. As obras de arte são fontes importantes para a História da Religião pois são um reflexo da mentalidade religiosa da época. Portanto, a metodologia de análise é feita em duas vertentes: uma análise descritiva das suas características formais; e uma análise iconológica que procura estudar as imagens “dos pontos de vista intrínsecos”⁷⁸ (o contexto sócio-cultural da peça e a identificação dos símbolos religiosos) e do ponto de vista da “trans-memória imagética”⁷⁹ (identificar na peça a perpetuação da memória social, numa “base trans-temporal e trans-contextual”⁸⁰).

Na religião romana tradicional os romanos veneravam lugares onde se expressavam forças sobrenaturais (*numina*⁸¹), tais como, fontes, montes, grutas, florestas e os bosques. As ninfas eram divindades menores que já eram veneradas na Grécia Antiga o que indica que terão sido incorporadas no culto romano. Personificavam lugares de carácter sacro e estavam distinguidas consoante o objecto de culto, como por exemplo: as nascentes e rios (Náiades); as montanhas (Oréades); as matas (Alseides). Não eram imortais, sendo comandadas pela deusa Artémis (ou Diana, no mundo romano) e simbolizavam a fertilidade e a incapacidade do Homem de dominar a Natureza.

Entre o espólio da *uilla* romana de Rio Maior, foram encontradas fragmentos de cinco estátuas. Uma das peças encontra-se quase intacta: a denominada Ninfa Fontenária de Rio Maior,

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Cit. Vítor Serrão, “Noções Teórico-Metodológicas”, *Seminário de História da Arte em Portugal, op. cit.*, 2010, p.1.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Vide Amílcar Guerra, “A religião romana”, *Civilizações Clássicas II: Roma, op. cit.*, p. 116.

do século I d.C. que é uma escultura antropomórfica e, em termos escultóricos, tem poucas falhas: a face apresenta uma quebra e falta uma parte do cabelo do lado direito. O seu material é mármore branco e tem como dimensões 94 cm de comprimento, 42 cm de largura máxima e 31 cm de altura máxima. Está deitada sobre uma superfície rochosa, provavelmente de um leito fluvial; a mão direita apoiada no ombro esquerdo e a face ligeiramente apoiada nessa mão; a mão direita apoiada num cântaro; a túnica é drapejada e cobre-lhe somente o baixo-ventre. Esta peça apresenta os atributos⁸² divinos que a identificam como uma Ninfa: o cântaro, que a associa a uma divindade aquática; o facto de se encontrar semi-nua, característica das representações divinas; e o drapejado da sua túnica é trabalhado do mesmo modo que representação de outras deusas e ninfas. Portanto, pertencia à esfera do culto aquático o que a identifica com o grupo de ninfas Náíades. Associava as funções de fonte (a água escorreria pelo cântaro, através de um cano oculto na peça) e decorativa



Estátua da Ninfa Fontenária de Rio Maior. Imagem obtida no site da Câmara Municipal de Rio Maior.

Sobre a temática do significado da sua posição já foi produzido um importante estudo por Paulo Mendes Pinto (*A Ninfa Fontenária de Rio Maior*, Rio Maior, Câmara Municipal de Rio Maior, 2004). Este identificou cinco significados na posição reclinada da peça: o abandono, a pureza, o bem-estar, o prazer, o saber e a fertilidade. O abandono simboliza uma integração na natureza e uma referência ao erotismo: “Directamente ligado ao *abandono*, está o *porquê*. Muitas destas divindades, mas especialmente as báquicas, denotam que houve a efectivação prévia de actos que estão subjacentes à sua própria essência: o delírio dos rituais dionisíacos, o acto sexual. (...) Trata-se do retrato de uma certa natureza reflectida na languidez e no erotismo que lhe são atribuíveis e pelo sugerido acto em que, implicitamente, os seres representados participaram (...)”⁸³.

⁸² Vide Paulo Mendes Pinto, *A Ninfa Fontenária de Rio Maior*, Rio Maior, Câmara Municipal de Rio Maior, 2004, p. 62.

⁸³ Cit. Idem, *Ibidem*, p. 52.

A pureza da peça está intimamente associada às nascentes de água, puras e cristalinas⁸⁴. O bem-estar estava associado ao prazer: “Nas culturas em que se valorizam o erotismo e as sensações corpóreas, uma posição que reflecta o bem-estar ilustra perfeitamente tais noções. (...) Mas o bem-estar é, ainda, prazer. (...) É, por excelência, a posição da refeição. Não de uma qualquer, mas daquelas que se convertiam em momentos de prazeres variáveis, da comida à música, da leitura – em especial a audição – ao sexo. Isto é, momentos intensos com todo um corolário de estímulos plenos, físicos e intelectuais, que se misturavam e diluíam num intrincado bastante complexo, em que a música assumia um lugar importante, e em que não faltava até a leitura/escrita”⁸⁵. Como se pode observar por esta última citação, existe ainda uma relação com o campo do saber. Por último, o campo da fertilidade: “Desde a religiosidade subjacente à sucessão das estações do ano, passando pela religiosidade dionisíaca com o seu processo de integração do Homem na natureza agreste, até à própria natureza, imprevista e imprevisível, personificada na água. A constante dada pela componente naturalista da Terra indomada, muito perto da força e do poder dos elementos imaculados como a água ou como as três deusas virgens, de que, afinal, o imenso cortejo de Ninfas faz parte. Trata-se de uma *fertilidade* muito próxima da capacidade criadora, mas não o é menos do poder e da força naturais, fenómenos que o Homem não sabe dominar. Para o mundo grego está atestado o pedido de protecção das Ninfas para o casamento e para a concepção”⁸⁶.

Em suma, a Ninfa Fontenária de Rio Maior tanto apresenta as concepções religiosas do povo romano através dos seus símbolos como significa uma continuidade da memória religiosa grega. Através do fenómeno do sincretismo, as ninfas são compostas por valores religiosos gregos e romanos, tornando difícil a sua distinção. A análise da imagética da obra, efectuada por Paulo Mendes Pinto, demonstra como no campo religioso romano várias áreas estão interligadas de forma complexa: a sexualidade e a fertilidade, o prazer físico e intelectual, o culto aquático e o culto à Natureza. Por este motivo, as obras são consideradas “objectos vivos”⁸⁷ que transmitem admiração às populações actuais e são testemunhos importantes das épocas que viveram.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Cit. Idem, *Ibidem*, pp. 53-56.

⁸⁶ Cit. Idem, *Ibidem*, pp. 58-59.

⁸⁷ Cit. Vítor Serrão, “Noções Teórico-Methodológicas”, *Seminário de História da Arte em Portugal, op. cit.*, p. 1.

3.4. Os primeiros cultos cristãos

O surgimento do Cristianismo acompanhou o desenvolvimento do Império Romano, donde a sua implementação ter ficado profundamente articulada com esse universo. Inicialmente tolerada pelas autoridades romanas, esta religião pertencia ao grupo de cultos orientais que coexistiam no Império que, pelas suas características, vieram satisfazer as novas necessidades religiosas do mundo romano⁸⁸. Pois, com a instabilidade política, social e económica que marcaram o Império durante os primeiros séculos após o nascimento de Cristo fez surgir um sentimento de insegurança em relação ao que o futuro reservava, juntamente com a emergência cada vez mais forte de uma mentalidade individualista⁸⁹. Foram as diferenças entre a religião romana e a religião cristã que ditaram a sua popularidade e o sincretismo que ditou a sua expansão, entre os quais se pode destacar os seguintes factores:

- ❖ O facto de se tratar de uma religião que prometia a *salvação*. O Cristianismo é uma religião que gira em torno do seu Messias. Para os crentes, Jesus Cristo é o caminho da salvação, o único mediador entre Deus e o Homem: “Ele quer que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade. Pois só há um Deus e só um mediador entre Deus e os Homens: Jesus Cristo, homem que se entregou para resgatar todos”⁹⁰. Deste modo, distinguia-se do culto tradicional romano cujas cerimónias eram colectivas e em que não havia participação activa do cidadão⁹¹. A crença de que Jesus Cristo é o caminho para a salvação veio proporcionar ao crente a relação individual com a divindade que ambicionava. Nos difíceis tempos que corriam, o cidadão romano tanto procurava a felicidade na vida terrena como no mundo do Além. O Mundo dos *Manes* não era propriamente um lugar feliz, dependentes dos vivos para não se tornarem espectros atormentados. Mas o Cristianismo prometia um mundo de bem-aventurança a todos os fiéis⁹².
- ❖ O *monoteísmo* aparecia como uma força divina moralizadora ao contrário da mitologia romana que era descrita como oca e falsa, por Paulo de Tarso: “Pelo contrário, perderam-se em raciocínios vazios, e a sua mente ficou obscurecida. Pretendendo ser sábios, tornaram-se tolos, trocando a glória do Deus imortal por estátuas de homem mortal, de pássaros, animais e répteis”⁹³. Assim, para a concepção cristã, os tempos

⁸⁸ Vide Amílcar Guerra, “A religião romana”, *Civilizações Clássicas II: Roma, op. cit.*, pp. 128-129.

⁸⁹ Vide Idem, *Ibidem*, p. 129.

⁹⁰ Cit. 1 Timóteo 2-3.

⁹¹ Vide Amílcar Guerra, “A religião romana”, *Civilizações Clássicas II: Roma, op. cit.*, p. 129.

⁹² Idem.

⁹³ Cit. Romanos 1-2.

difíceis que se viviam no Império eram resultado de um castigo de Deus: “Os homens desprezaram o conhecimento de Deus; por isso, Deus os abandonou ao sabor de uma mente incapaz de julgar”⁹⁴.

- ❖ Por fim, Paulo de Tarso contribuiu para a expansão desta nova religião ao afirmar que os Gentios (os não judeus) não necessitavam de se converter ao judaísmo para se tornarem cristãos⁹⁵. Isto criou uma *separação religiosa* entre o cristianismo e o judaísmo, o que facilitou a sua aceitação. Este primeiro passo para uma síntese entre os costumes pagãos e o culto cristão permitiu que o cristianismo se expandisse e, ao fim de 150 anos⁹⁶, estava espalhado por todo o Mediterrâneo. Na Península Ibérica, a sua difusão ocorreu essencialmente nas cidades.

Se inicialmente foi tolerado, o Cristianismo acabaria por ser proibido e condenado ainda durante o I século devido à recusa dos seus fiéis em prestarem culto aos deuses romanos e ao imperador⁹⁷. Deste modo, eram considerados ateus e as suas crenças superstições. Só a partir do Édicto de Milão (313) é que as autoridades concederam liberdade de culto aos cristãos e, com o Imperador Teodósio (380), o Cristianismo tornou-se a religião oficial do Império e o paganismo passou a ser proibido. Durante este período de tempo, a arte cristã é conhecida como arte paleocristã (do grego *palaaios*⁹⁸, antigo). No início, manifestou-se através de pinturas e esculturas nas catacumbas e, devido à proibição da nova religião no Império, a expressão deste culto continha símbolos e imagens que apenas os crentes conheciam.



Telha curva com uma inscrição paleocristã. Imagem obtida no site da Câmara Municipal de Rio Maior.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Vide Romanos 2-3.

⁹⁶ Vide Geffry Wawro (chief consultant), “The Early Spread of Christianity”, *Historical Atlas, A Cartographic of our lives and History fromm of recorded time to the present day*, Australia, Millenium House, 2010, p. 84.

⁹⁷ Vide Amílcar Guerra, “A religião romana”, *Civilizações Clássicas II: Roma, op. cit.*, p. 131.

⁹⁸ Vide Maria Carla Prette e Alfonso De Giorgis, “Arte Paleocristã”, *História da Arte: técnicas, épocas e estilos*, Sintra, Girassol, [s.d], p. 78.



Fragmento de coluna, em mármore, com uma inscrição de uma cruz, em baixo-relevo. Imagem obtida no site da Câmara Municipal de Rio Maior.

Na *uilla* romana de Rio Maior foram encontrados fragmentos de uma telha curva com uma inscrição paleocristã. Infelizmente, não se decifrou, até à data, a inscrição. Porém, é claramente visível o monograma de Cristo. Foi descoberto, ainda, um fragmento de um fuste de coluna com uma cruz inscrita. Todavia, a representação da cruz como símbolo cristão só começou a ser utilizado tardiamente e não de maneira uniforme. Portanto, é difícil determinar a data desta inscrição, podendo ter sido feita numa ocupação posterior da habitação.

A cristianização da Península Ibérica foi um processo lento e pouco uniforme⁹⁹. As populações pagãs das províncias e do campo ofereceram uma maior resistência à adopção da nova ordem religiosa. O panorama religioso alterou-se profundamente com a passagem de uma religião politeísta e diversificada para uma religião monoteísta que procurou a uniformidade ao longo da sua História.

3.5. As invasões germânicas

No início do século V o Império Romano estava em declínio e não conseguiu sustentar as invasões germânicas na Península Ibérica, pondo fim ao seu domínio na Hispânia¹⁰⁰. A *uilla* romana de Rio Maior terá sido abandonada pelos seus proprietários neste século. Cristina Fernandes de Oliveira considera que a última fase de vida da residência foi curta pois os mosaicos não aparentam desgastes de uso nem restauros antigos¹⁰¹. A destruição do edifício dificulta a reconstituição deste e o desmantelamento das paredes danificou as bordas dos mosaicos.

Perto da *uilla* romana de Rio Maior foram encontrados vestígios materiais do período visigótico¹⁰², o que sugere mais uma presença cultural nesta região, conseqüente com o controlo visigótico de *Scallabis*¹⁰³.

⁹⁹ Vide Amílcar Guerra, “A religião romana”, *Civilizações Clássicas II: Roma, op. cit.*, p. 136.

¹⁰⁰ Vide Rui Ramos, Nuno Gonçalves Monteiro e Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Introdução Territórios e Populações, Identidades e Memórias”, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. XI.

¹⁰¹ Vide Idem, *Ibidem*, p. 214.

¹⁰² Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=52003>.

¹⁰³ Vide Carlos Fabião, “A Antiguidade Tardia e a Desagregação do Império”, *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, O Mundo Luso-Romano (II), Portugal Medieval (I), op. cit.*, p. 222.

Como estes povos acabariam por se deixar influenciar pela cultura romana e cristã pode-se considerar que a sua influência artística foi limitada¹⁰⁴. Todavia, as características artísticas dos povos nórdicos viriam a influenciar várias correntes ao longo da História da Arte. Para Herbert Read¹⁰⁵ era o oposto da arte clássica pois, para os povos onde o clima e a natureza eram agradáveis e benéficas, as divindades eram associadas ao mundo natural e a arte procurava reflectir esse paraíso terrestre. Por contraste, nas regiões nórdicas cujo clima era agreste e difícil os povos procuravam na arte um escape e controlo com a sua abstracção.

Apesar de muitas *uillae* terem sido abandonadas durante as invasões germânicas, como a de Rio Maior, houve uma continuidade da cultura romana e cristã na Península Ibérica¹⁰⁶. A Igreja «hispano-romana»¹⁰⁷ foi um dos principais veículos desta continuidade, em especial, com a conversão ao catolicismo dos visigodos arianos em 586¹⁰⁸. Entre os séculos V e VI, os povos germânicos fixaram-se na Europa e formaram vários reinos. Durante este período de tempo muitos deles converteram-se ao Catolicismo¹⁰⁹, o que se constituiu, numa Europa dividida politicamente, num factor de unidade.

4. A presença muçulmana no concelho

Devido aos conflitos internos que enfraqueceram o reino visigótico, este não conseguiu resistir às invasões islâmicas vindas do Norte de África, em 711. Ao período visigótico segue-se o longo período muçulmano que trouxe uma forte influência civilizacional à Península Ibérica. No plano artístico, uma vez que não era permitida a representação figurativa desenvolveu-se a decoração anicónica. Este tipo de decoração encontra a sua máxima expressão, no concelho, na pintura da cerâmica. O costume de revestir os edifícios, exteriormente e/ou interiormente, influenciou profundamente a decoração das igrejas cristãs. Todas as igrejas do concelho de Rio Maior são decoradas interiormente com silhares de azulejos. Os motivos, na sua maioria, são geométricos. Só a partir do século XVII/XVIII existem registos de representações antropomórficas nomeadamente, na Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena, nas Alcobertas; na Igreja Paroquial

¹⁰⁴ Vide José António Ferreira de Almeida (orientador e coordenador), “Romanos e Visigodos”, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Porto, Selecções do Reader’s Digest, 1980, p. 18.

¹⁰⁵ Cit. Herbert Read, “Introdução à arte cristã”, *O Significado da Arte*, op. cit., p. 82.

¹⁰⁶ Vide João Medina (dir.), “A Antiguidade Tardia e a Desagregação do Império”, *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, O Mundo Luso-Romano (II), Portugal Medieval (I)*, op. cit., pp. 214-215.

¹⁰⁷ Vide Idem, *Ibidem*, p. 230

¹⁰⁸ Vide Peter Brown, “Os Cristianismos Regionais”, *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*, op. cit., pp. 235-236.

¹⁰⁹ Idem.



“Torre mourisca” da Igreja Paroquial S. João Baptista, em S. João da Ribeira. Fotografia tirada a 22-02-2011.

de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira; e na Igreja Paroquial de Santo António, nas Fráguas.

Do ponto de vista administrativo, a região de Rio Maior pertencia ao distrito de Santarém e à província de Balata¹¹⁰, que desapareceu em 1147, com a conquista de Santarém e de Lisboa. Deste período, no concelho de Rio Maior, subsiste um importante património imaterial, nomeadamente, lendas locais e topónimos alusivos à presença

muçulmana como a “Torre mourisca de S. João da Ribeira”, a “Fonte Mourisca de Assentiz” e os Silos das Alcobertas, que a tradição popular denomina de “potes dos mouros”. As denominações deste património imóvel são fruto da memória local mas não existem estudos científicos que comprovem de que se trate de construções muçulmanas.

De acordo com a tradição local, a Igreja Paroquial de São João Baptista é uma adaptação de uma antiga mesquita que existiria neste local, construída em 1111. A torre, que a população denomina como a “Torre Mourisca”, teria como função a vigia dos territórios. Esta torre circular coroada por merlões assemelha-se ao modelo de minarete agulha¹¹¹, como o seu tecto cónico pontiagudo.

Nesta região é ainda de destacar uma lenda associada à presença árabe, descrita num painel de azulejos na praça da Igreja, que conta que durante a ocupação muçulmana os mouros terão enterrado dois potes no Monte de S. Gens. Um terá ouro e enriquecerá quem o encontrar e o outro terá a peste e trará a desgraça.

Considera-se ainda que a influência islâmica no concelho de Rio Maior ainda se fez sentir na economia: houve um desenvolvimento das técnicas agro-pecuárias, dado que os terrenos do termo de Santarém eram considerados férteis¹¹²; e melhoraram a exploração de sal-gema de Rio Maior¹¹³.

Portanto, grande parte dos vestígios da ocupação muçulmana desapareceram nos territórios que formam actualmente o concelho, mas a sua presença foi preservada na memória do povo através de lendas e da toponímia.

¹¹⁰ Vide Helema Catarino, “Ocupação Islâmica”, *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, O Mundo Luso-Romano (II), Portugal Medieval (I)*, Vol. III, João Medina (dir.), João Medina (dir.), Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004, p. 304.

¹¹¹ Vide Gabriele Mandel Khân, “Cerâmica”, *Dicionário das Religiões: Islão II*, Milão, Electa, 2006, p. 57

¹¹² Vide Idem, *Ibidem*, p. 317.

¹¹³ Vide Idem, *Ibidem*, p. 320.

5. A presença de ordens religiosas durante a Idade Média

Os cristãos da Península Ibérica que não se submeteram ao domínio muçulmano foram empurrados para Norte, formando-se assim o Reino das Astúrias, que nunca esteve sob o jugo islâmico. A partir deste reino partiram ofensivas contra os territórios árabes e formaram-se diversos Reinos Cristãos. Este período ficou conhecido como a *Reconquista*. Esta denominação teve origem no clero asturiano¹¹⁴ que associou a estas batalhas uma missão ideológica das monarquias cristãs contra os Infiéis.

Durante a formação de Portugal, era necessário reorganizar e repovoar as zonas recém-conquistadas, tanto para aumentar o seu proveito económico como para a defesa dos territórios contra a ameaça islâmica. As políticas aplicadas no Reino variaram tanto no espaço como no tempo ao longo da Idade Média¹¹⁵. Todavia, em traços gerais, nesta época predominava a sociedade senhorial, em que os monarcas doavam grandes áreas de território à aristocracia guerreira (senhorios laicos) e às ordens religiosas (senhorios eclesiásticos). Para além dos senhorios, e das propriedades régias (reguengos) o território estava dividido em concelhos, que eram constituídos por comunidade de homens livres que gozavam de relativa autonomia administrativa, directamente subordinadas ao rei.

Devido a continuar inédito um vasto espólio documental, dispersos por vários arquivos, existe pouca informação disponível sobre Rio Maior durante as Idade Média e Moderna. Porém, sabe-se que a aldeia de Rio Maior pertencia ao termo de Santarém, mas que era considerada património real¹¹⁶, à semelhança de outras terras ao redor desta vila, tais como, Alpiarça, Azóia de Baixo, Tojosa e Valada. Este facto é novamente confirmado nas Inquirições de 1258¹¹⁷, durante o reinado de D. Afonso III. O que também comprova a importância económica desta aldeia, que assentava nas salinas, na exploração mineira, na produção agrícola e na pastorícia. As produções agrícolas mais importantes eram o trigo, centeio, cevada, milho-alvo, painço e vinho¹¹⁸. A localidade de Rio Maior apresentava, durante a Baixa Idade Média, uma organização urbana com a

¹¹⁴ Vide Bernardo Vasconcelos e Sousa, “Do Condado Portucalense à Monarquia Portuguesa (Séculos XI-XII)”, *História de Portugal*, Rui Ramos (coord.), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 18.

¹¹⁵ Aconselha-se a obra de José Mattoso (coord.), *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*, Segundo Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

¹¹⁶ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, Vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 1978, pp. 329-330.

¹¹⁷ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: Formação do Estado Moderno (1415-1495)*, Vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, 1978, p. 73.

¹¹⁸ Vide Ricardo Santos Pinto, “Evolução histórica”, *Rio Maior, Maior Futuro....*, op. cit., p. 32.

construção de um Paço Real (1370?¹¹⁹) e que recebeu várias visitas ao longo da sua história: D. Fernando terá frequentado Rio Maior para caçadas; a Rainha D. Leonor Telles ter-se-á hospedado no Paço Real da localidade, na altura do assassinato do seu amante, Conde de Areeiro; e o infante D. Pedro deu aqui descanso às suas tropas¹²⁰.

Conhece-se a presença de duas Ordens Religiosas no Concelho durante a Idade Média: a Ordem militar dos Templários e a Ordem de Cister. Em relação à primeira sabe-se que o comendador da Ordem dos Templários, João Domingos, comprou em 1177, um poço nas Marinhas do Sal a Pero Baragão, como comprova a “*Doacom de falinas e Rio mayor*”¹²¹. E quanto à Ordem de Cister teve um papel essencial no desenvolvimento da economia e da fixação da população em Portugal¹²², que foi um dos países que mais sofreu a sua influência, nomeadamente na zona da Estremadura. A sua fundação principal foi o Mosteiro de Alcobaça, construído na segunda metade do século XII. Rio Maior não pertencia aos domínios do couto de Alcobaça, estando o seu limite marcado pelo Arco da Memória¹²³, nos Casais da Memória, como é possível observar no mapa *Os concelhos da Nazaré e de Alcobaça e, em sobreposição, os limites dos Coutos Cistercienses*¹²⁴.

Porém, esta ordem possuía unidades de exploração nos territórios que formam actualmente o concelho de Rio Maior, como granjas, casais ou quintas, que exploraria em seu proveito. A sua produção principal, nesta região, seria a vinha¹²⁵ e possuía propriedades¹²⁶ e “indústrias transformadoras”¹²⁷, como moinhos de água e azenhas. De acordo com as *Ordenações Afonsinas*, competia à Coroa a exploração dos vieiros de metal. Porém, o monarca podia alienar esse direito, o que parece que ocorreu com Alcobaça, que teve acesso a um vieiro muito próximo de Rio Maior. Em suma, a Ordem de Cister detinha uma influência económica nesta zona.

¹¹⁹ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=56215>.

¹²⁰ Vide Ricardo Santos Pinto, “Evolução histórica”, *Rio Maior, Maior Futuro...*, op. cit., p. 33.

¹²¹ Vide “*Doacom de falinas e Rio mayor*” in Anexos.

¹²² Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, op. cit., pp. 173-174.

¹²³ No concelho de Rio Maior existe uma reconstituição do denominado Arco da Memória que se julga tratar-se de um dos marcos dos limites do couto de 8 de Abril de 1153, que estaria alinhado com o outro marco limite, a Nascente, da Serra dos Candeeiros e a Poente, com a Foz do Rio Vau em Salir do Porto. Este Arco da Memória era encimado pela Estátua de D. Afonso Henriques e com a seguinte inscrição: “O Sancto Rei Dom Afonso Henriques Fundador de Alcobaça”.

¹²⁴ Mapa cedido por Alberto Guerreiro, Técnico Superior de Museologia, CMA -Pelouro da Cultura, Comissão Instaladora do Museu dos Coutos de Alcobaça, a 22-12-2010.

¹²⁵ Vide Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humana, 1989, página 83.

¹²⁶ Vide Idem, *Ibidem*, p. 108

¹²⁷ Cit. Idem, *Ibidem*, pp. 116-120

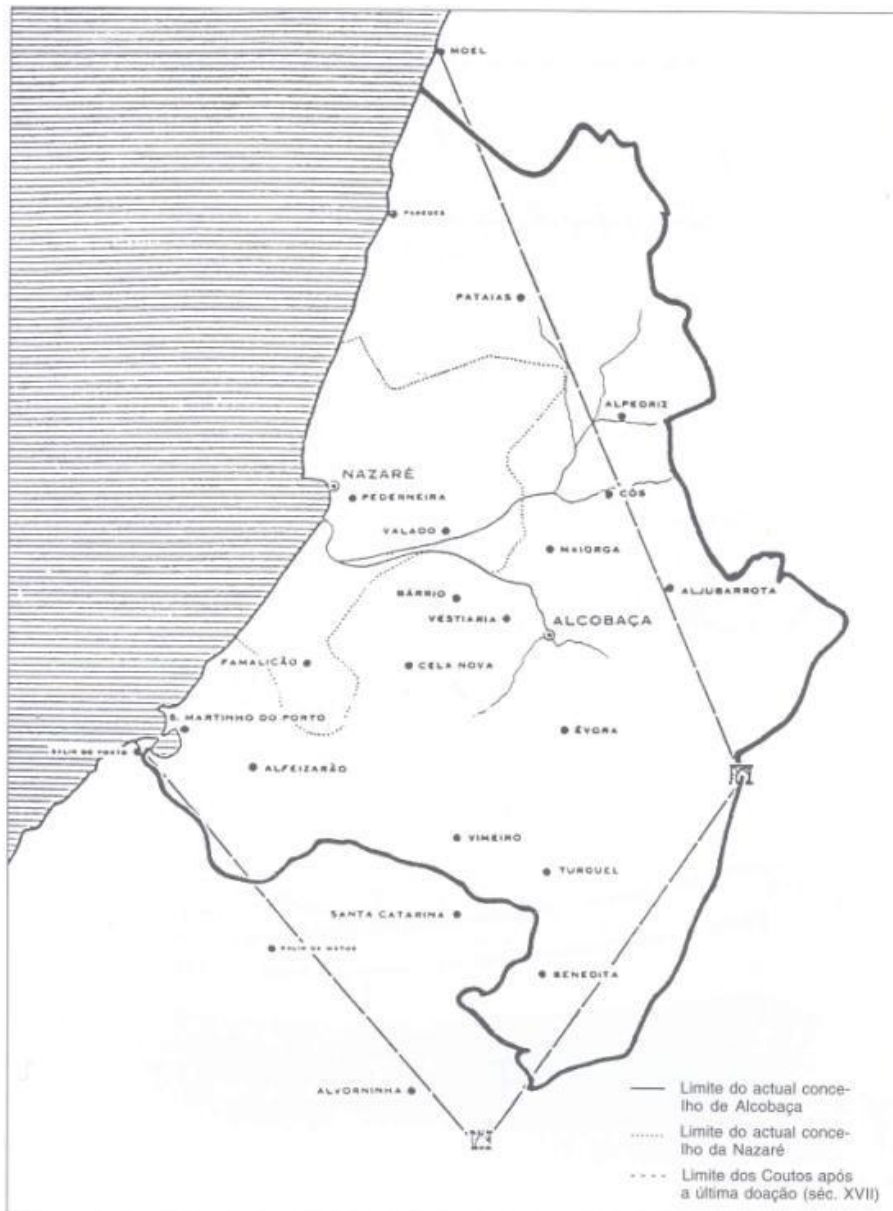


Fig. 4: Os concelhos da Nazaré e de Alcobaça e, em sobreposição, os limites dos Coutos Cistercienses (mapa extraído de M. Vieira Natividade, *Mosteiros e Coutos de Alcobaça*)

Mapa cedido por Alberto Guerreiro, Técnico Superior de Museologia, CMA -Pelouro da Cultura, Comissão Instaladora do Museu dos Coutos de Alcobaça, a 22-12-2010.

A povoação de Rio Maior era ainda servida por importantes vias de comunicação¹²⁸, que a ligavam a Alcobaça, Leiria, Lisboa, Óbidos, Santarém e a Turquel. Logo, é de concluir que esta povoação seria um ponto de passagem relativamente importante.

¹²⁸ Vide Idem, *Ibidem*, pp. 380-386.

6. Arte cristã medieval

Ao longo da Idade Média os rituais e os objectos de culto cristão foram-se modificando. Esta evolução religiosa foi acompanhada por novas expressões artísticas. A arte cristã entre os séculos XII e XV conheceu duas correntes artísticas: o estilo românico e o estilo gótico. A arte românica caracterizava-se pela incorporação de elementos artísticos nórdicos (ornamentos entrelaçados e símbolos abstractos) e por uma continuidade dos modelos romanos visível na sobriedade das obras arquitectónicas e escultóricas. São raros os exemplos de peças escultóricas móveis que chegaram até à actualidade¹²⁹. A maioria das que se conhecem está incorporada nos edifícios como elementos decorativos das suas fachadas e paredes. Pertenciam, assim, a um determinado contexto arquitectónico.

A arquitectura gótica tinha como característica dominante o predomínio da verticalidade à horizontalidade. A escultura tinha a finalidade de decorar as fachadas dos edifícios e, a partir daqui, ocorreu um desenvolvimento em número e qualidade da escultura móvel¹³⁰, independente do contexto arquitectónico.

O material de eleição utilizado para as estruturas arquitectónicas românicas e góticas era a pedra, durável, mas era cara e inacessível para as pequenas povoações. Estas usavam a madeira, material perecível, para a construção dos templos. Logo, no concelho de Rio Maior não existe nenhuma igreja ou capela que se possa afirmar que pertence a uma dessas correntes artísticas. Por outro lado, existem obras móveis que pertencem ao estilo gótico.

Os territórios que formavam o concelho localizavam-se geograficamente num local privilegiado que permitiu o contacto com várias povoações detentoras de obras-primas desta época: Rio Maior pertencia ao termo de Santarém, a “capital do Gótico”¹³¹; o Mosteiro da Batalha, obra do século XV do mestre Afonso Domingues, a cerca de 40 km de Rio Maior, era uma “autêntica escola de escultores e arquitectos cuja influência se fez sentir em todo o País”¹³²; e, como já se observou, o Mosteiro de Alcobaça que tinha nestes territórios interesses económicos. Portanto, houve várias vias para a introdução da arte gótica neste concelho que teve como consequência a produção de obras escultóricas que se podem atribuir a este período.

¹²⁹ Vide José António Ferreira de Almeida (orientador e coordenador), “Românico”, *Tesouros Artísticos de Portugal*, *op. cit.*, p. 21.

¹³⁰ Vide Penelope J. E. Davies e outros, “Arte Gótica”, *op. cit.*, p. 431.

¹³¹ Vide Vítor Serrão, “Santarém medieval: a capital do Gótico”, *Santarém*, Lisboa, Presença, 1990, p. 20.

¹³² Vide José António Ferreira de Almeida (orientador e coordenador), “Gótico”, *Tesouros Artísticos de Portugal*, *op. cit.*, p. 22.



Imagem de Santa Maria da Madalena, na Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena, nas Alcobertas. Fotografia tirada a 23-10-2010.

No concelho de Rio Maior, durante a época medieval, são de destacar as seguintes peças: a imagem de Santa Maria Madalena, que se encontra na fachada da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena, nas Alcobertas; a imagem que se pensa ser de São Martinho de Dume, na capela do Espírito Santo, em Teira; a imagem de Santo Antão, na Igreja de São João Baptista, em São João da Ribeira; a imagem de São João Baptista, na Igreja de São João Baptista, em São João da Ribeira; a imagem de Nossa Senhora do Leite, na Igreja de São João Baptista, em São João da Ribeira;

a imagem de Nossa Senhora da Escusa, na capela de Nossa Senhora da Escusa, em Atágueda; a imagem de Nossa Senhora da Barreira, que se encontra na capela de Nossa Senhora da Barreira, em Ribeira de São João; a imagem de São Brás, na capela de São Brás, em Malaqueijo; a imagem de São Gregório Magno, na Igreja Paroquial de S. Gregório Magno, na Arruda dos Pisões; a imagem de Jesus Cristo, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Rio Maior; e a imagem de Santo André, na capela de Santo André, na Ribeira de Santo André.

7. Lendas cristãs

O culto dos mártires, dos santos, dos apóstolos e dos anjos foi-se implementando ao longo dos primeiros séculos da história do Cristianismo, portanto, a sua representação em arte tinha uma função didáctica, isto é, através da representação visual facilitava a compreensão da sua história e moral mas, também tornaram-se objectos de “devoção popular”¹³³, veículos entre a entidade religiosa e o crente, às quais conferiam poderes. Esta crença era comum nas Igrejas Ocidental e Bizantina: “No seio desta crise está a *questão da natureza do culto cristão*: pode ele ser só em espírito ou basear-se também em representações, sem risco de idolatria? Discute-se este problema na corte de Carlos Magno. A) A crise nasceu no Oriente da devoção popular aos ícones. Estes estão na origem das pequenas imagens portáteis que representam Cristo, a Virgem ou um Santo, mais

¹³³ Cit. Mireille Baumgartner, “A Igreja nos séculos VIII e IX”, *A Igreja no Ocidente, das origens às reformas no século XVI*, Lisboa, Edições 70, 2001, p.135.

tarde também quadros móveis em madeira ou tela. Os primeiros ícones tornaram-se objecto de piedade que se compram, se veneram, se beijam, e aos quais se atribui, entre outros, poderes de cura... Ampliada no século VII, esta devoção encontrou apoio nos monges, que veneram os ícones e se oporão à sua destruição.”¹³⁴ Foi em reacção a esta concepção de veneração de ícones, associada à idolatria pagã, que ocorreram casos de iconoclastia durante a época medieval, sendo as mais conhecidas as que ocorreram no Império Bizantino. No século VIII, tanto no Ocidente como no Oriente expandiu-se a ideia de que “não se deve nem destruir nem venerar as imagens a partir do momento que servem de apoio à memória histórica e ornamentação das igrejas”¹³⁵. Esta concepção de que a imagens serviam para favorecer a devoção religiosa foi continuada durante a Contra-Reforma. Deste modo, manteve-se a produção da arte sacra. Porém, o culto das imagens continuou a expressar-se nas comunidades rurais¹³⁶, como se poderá comprovar em seguida.



Imagem de Nossa Senhora da Escusa, na capela de Nossa Senhora da Escusa, em Atágueda. Fotografia tirada a 23-4-2011.

No concelho de Rio Maior são de destacar quatro lendas cristãs: as de S. Martinho, a lenda de Nossa Senhora da Escusa, de Nossa Senhora da Barreira a lenda de Nossa Senhora da Encarnação.

A lenda de S. Martinho conta que, após o povo construir a capela em Teira e transferir para aí a imagem de S. Martinho, esta retornou ao Monte, o que sucedeu por várias vezes, até que construíram uma janela que permitia ao santo avistar a antiga morada. Portanto, de acordo com a lenda, o próprio objecto “ganha vida” e aparecia milagrosamente no cimo do monte.

A mesma temática repete-se nas lendas de Nossa Senhora da Escusa, na de Nossa Senhora da Barreira e na lenda de Nossa Senhora da Encarnação. De acordo com a lenda, a N. S^a da Escusa apareceu no monte onde se encontra actualmente, em Atágueda e que apesar das tentativas de a colocar na Igreja Paroquial de São João da Ribeira, “os Anjos a havião levado, & collocado no mefmo lugar, em que fe havia manifestado”¹³⁷. Como medida de protecção desta imagem: “Porque fe mandou fazer outra Imagem da eftatura, & proporção de huma mulher, & a materia della he barro, & dentro defta Imagem recolhêrão a

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Cit. Giovanni Filoramo “A imagem”, *Dicionário das Religiões: Cristianismo II, Ibidem*, p. 136.

¹³⁶ Vide Mireille Baumgartner, “A Igreja nos séculos VIII e IX”, *A Igreja no Ocidente, das origens às reformas no século XVI, op. cit.*, p.136.

¹³⁷ Vide Frei Agostinho de Santa Maria, “Da Milagrosa Imagem de nossa Senhora da Escusa, ou do Monte”, *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça aos pregadores e dos devotos da mesma senhora*, ed. facsimilada, Tomo II, Livro 10, p. 484.

antigua. O que fe affirma commumente he, que lha meterão no peito: mas eftá em forma que de não pode ver”¹³⁸.

A lenda de Nossa Senhora da Ribeira conta que um lavrador encontrou neste lugar a imagem de Nossa Senhora da Barreira. Tentou levá-la várias vezes para a Igreja Paroquial de S. João Baptista, em S. João da Ribeira. Todavia, de todas as vezes que a levava, esta voltava milagrosamente ao ponto de partida.

Por fim, reza a lenda que a Nossa Senhora da Encarnação fez uma aparição em Arroquellas: “Santiffima Imagem da foberana Emperatriz da gloria, a quem dão o titulo da Encarnação, porque o de Arroquellas foy tomado do lugar do seu apparecimento, ou porque junto a elle fe manifestou”¹³⁹. No local desta aparição foi construída a Igreja de Nossa Senhora da Encarnação.

Em resumo, estas quatro lendas apresentam os seguintes pontos em comum:

- ❖ As imagens apareceram no local onde pretendiam que fossem cultuadas. Três delas apareceram milagrosamente num local isolado e elevado (num monte) e duas recusaram serem transportadas para a Igreja Paroquial de São João Baptista, em S. João da Ribeira. Na lenda de S. Martinho, a imagem já existia numa capela construída no Monte de S. Martinho e recusava-se a ser tranferida para uma capela recém-construída, em Teira. Somente “aceitou” a situação quando passou a ter uma vista para o Monte.
- ❖ As peças apresentam ter vontade própria ao recusarem ser colocadas noutro local e aparecerem milagrosamente no ponto de origem. Assim, deixam de ser simples representações das divindades com o objectivo decorativo dos templos e didáctico para os crentes, para passarem a ter poderes. São objectos “vivos”, subsidiários dos poderes dos santos e intermediários entre o cristão e o objecto de culto. Portanto, são casos de idolatria que se continuam a observar nas comunidades rurais. As quais apresentaram uma maior resistência à conversão. Deste modo, a palavra em latim *paganus* (que significava camponês) passou a definir todo os que seguiam os antigos costumes proibidos, os pagãos¹⁴⁰.
- ❖ A escolha dos locais da aparição (os montes) também remetem para uma continuidade dos costumes pré-romanos e romanos. É de salientar que a imagem de

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Vide Frei Agostinho de Santa Maria, “Da Imagem de nossa Senhora de Arroquellas, ou da Encarnação”, *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça aos pregadores e dos devotos da mesma senhora*, Tomo II, Livro 10, ed. facsimilada, p. 485.

¹⁴⁰ Vide Ana Maria C.M. Jorge, “A dinâmica da cristianização e do debate da ortodoxia/heterodoxia: O sincretismo religioso hispânico e a penetração do Cristianismo”, *História Religiosa de Portugal: Formação e limites de cristandade*, Vol. 1, Carlos Moreira Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 22.

S. Martinho tinha que estar apontada para o monte e que, com a aparição destas imagens nestes locais elevados e a sua vontade em aí permanecerem, remete para um culto dos lugares à semelhança dos povos pré-romanos e romanos que adoravam os montes, os bosques, os rios e as fontes.

Logo, é de concluir que não havia uma separação mental entre a representação do santo e o próprio santo, derivando num culto das imagens (idolatria) que ocorria no paganismo. Este facto é observável nestas lendas cristãs. Deste modo, denota-se no concelho um sincretismo de cultos pré-cristãos e cristãos. A permanência de símbolos e costumes religiosos pagãos sobreviveram ao longo de vários séculos cobertos por uma capa cristã, o que nem sempre ia de acordo com o que a Igreja preconizava. Por este motivo, a luta por parte desta instituição em erradicar as “superstições” e cultos pagãos ou mágicos tenha sido uma constante ao longo da História do Cristianismo¹⁴¹.

8. O culto mariano

O culto à Virgem Maria e o seu papel na História do Cristianismo é um tema complexo que levou a vários debates no seio da Igreja. Neste capítulo procura-se identificar as linhas gerais da sua evolução e como se reflectiu na produção artística do concelho.

No Concílio de Éfeso, em 433, são decididos os títulos do culto mariano, por Cirilo: “Salve Maria, Mãe de Deus majestoso tesouro comum do mundo inteiro, lâmpada inextinguível, coroa da virgindade, ceptro da ortodoxia, templo indissolúvel, casa de Aquele que é Ilimitado, Mãe e Virgem [...] e por quem as criaturas descaídas são recebidas nos céus”.

No final do século VII¹⁴² expande-se o culto à Virgem Maria no Ocidente, com a multiplicação de igrejas a Ela consagradas e com a fixação de festas em sua honra: festa de Maria a 1 de Janeiro; Purificação a 2 de Fevereiro; Anunciação a 25 de Março; Assumpção a 15 de Agosto; e a Natividade da Virgem a 8 de Setembro. Em Portugal existem registos de culto e devoção à

¹⁴¹ Vide José Pedro Paiva, “A magia e a bruxaria”, *História Religiosa de Portugal: Humanismos e reformas*, Vol. 2, Carlos Moreira Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 369-375.

¹⁴² Vide Mireille Baumgartner, “I Igreja do século V até ao fim do século VII”, *A Igreja no Ocidente, op. cit.*, p. 115.

Nossa Senhora por parte da monarquia e do povo desde as fundações do país¹⁴³. O seu culto, no Ocidente, expandiu-se na Idade Média devido a vários factores¹⁴⁴ dos quais se salientam:

- ❖ Após o primeiro milénio depois de Cristo a concepção platónica de que a matéria era má começou a dissolver-se e começou a expandir-se a crença na Encarnação, o que dava esperança ao Homem de atingir um estado de graça.
- ❖ Houve uma alteração da sensibilidade e da noção do amor, que foi aproveitada pela Igreja. Adoptou-se o título de Nossa Senhora à Virgem, tornando-a um objecto de adoração típica do amor cortês de uma sociedade cavaleiresca, ou seja, tal como uma amada terrena o crente enfrentava os perigos do mal e lhe era fiel na sua fé. Nesta época, surgiram várias catedrais dedicadas à Nossa Senhora.
- ❖ Durante as calamidades sofridas no século XIV com a Peste Negra o mal espreitava em todo o lado personificado na figura de Satã e os seus diabos. Deste modo, os santos tornaram-se o exército divino e o receio do Inferno ganha força, pois a vida terrena já era um “vale de lágrimas”¹⁴⁵.
- ❖ A concepção da vida após a morte alterou-se, Santo Agostinho acreditava que “as almas dos mortos residiam em «depósitos secretos» á espera do Juízo Final no fim dos tempos”¹⁴⁶. Mas, a partir do século XII difunde-se a ideia de que a alma parte logo para o Paraíso ou para o Inferno, consoante a vida que viveu na Terra. E, durante a Idade Média, surge um nível intermédio: o Purgatório, onde a alma do defunto purga os seus pecados. A família também auxilia o morto com a encomenda de sermões e com a compra de indulgências. Neste contexto, a Virgem Maria assume um papel de advogada das almas junto do seu Filho. Assim, o seu estatuto cresce tornando-se quase na “quarta pessoa da Trindade”¹⁴⁷.

Por último, dos quarenta imóveis inventariados, catorze são de invocação de Nossa Senhora; e das trinta peças decorativas destacadas, dez correspondem a representações de Virgem Maria. Portanto, denota-se um culto alargado tanto no espaço físico do concelho como no tempo, pois é objecto de veneração por parte dos crentes locais desde a Idade Média até à época contemporânea.

¹⁴³ Vide Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Guimarães, Libanio & C.^a, 1900, p. 3.

¹⁴⁴ Vide Jacques Dusquene, *Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus*, Porto, Edições Asa, 2004, pp. 87-124.

¹⁴⁵ Cit. Idem, *Ibidem*, p. 102.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Cit. Idem, *Ibidem*, p. 105.

8.1. A Mãe e o Menino



Imagem de Nossa Senhora do Leite da Igreja Paroquial de São João Baptista. Fotografia tirada a 22-2-2011.

Durante a Idade Média denota-se na representação artística uma “humanização sentimental das relações entre a Mãe e o Filho”¹⁴⁸ e crescem as representações que mostram o amor patente entre as duas figuras. No concelho de Rio Maior este facto pode ser observado nas seguintes imagens: a Nossa Senhora do Leite na Igreja Paroquial de São João Baptista, em São João da Ribeira; a Nossa Senhora da Escusa na Capela de Nossa Senhora da Escusa, em Atágueda; a Nossa Senhora da Barreira na Capela de Nossa Senhora da Barreira, em Ribeira de S. João; a Nossa Senhora do Rosário, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira; a Nossa Senhora com o Menino na capela de S. Sebastião, em S. Sebastião; as representações de Nossa Senhora do Rosário na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira e a da Igreja Paroquial de Santo António, nas Fráguas.

Em quase todas estas imagens, a Nossa Senhora segura com o braço esquerdo o Menino Jesus ao seu colo. A única excepção é a que se pode observar no painel de azulejos figurando a Nossa Senhora do Rosário do século XVII/XVIII, policromado, que segura o Menino Jesus com a mão direita.

Autores contemporâneos consideram que, no âmbito da sobreposição religiosa no Ocidente, se denota uma similaridade de culto e de representação entre a Deusa-Mãe e a Virgem Maria. Segundo o padre Joseph Moingt: “A representação de uma divindade feminina e maternal, de uma Deusa mãe, *domina gravida*, madona grávida, dando à luz miraculosamente, trazendo ao colo e amamentando o seu filho divino, está atestada em todas as religiões desde os mais remotos milénios pela arqueologia e pela epigrafia. Em Roma e por toda a parte no Império, adorava-se a Grande Mãe, ou Mãe dos Deuses, ou Vénus Genitrix. O mesmo ocorria [...] na Anatólia (onde) desde a época paleolítica, se celebrava o culto da Mãe dos Deuses, a Deusa Kurotrophos e do seu (divino) filho representado como um belo jovem; no Egipto venerava-se Ísis amamentando o seu filho Hórus”¹⁴⁹. Todavia, este autor conclui que Maria se distingue das deusas da Antiguidade Clássica pois a divindade de Jesus é fruto do Pai e não da mãe, que o gera na Terra e não no mundo dos deuses.

¹⁴⁸ Vide José António Ferreira de Almeida (orientador e coordenador), “Gótico”, *Tesouros Artísticos de Portugal*, op. cit., p. 23.

¹⁴⁹ Cit. Joseph Moingt in Jacques Dusquene, “Crise no Concílio Vaticano II”, *Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus*, op. cit., p. 119.

8.2. Nossa Senhora do Rosário



Pintura sobre madeira de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira. Fotografia tirada a 6-11-2010.

A origem do rosário é descrita por Alberto Pimentel: “O rosário, ramal de contas, traz origem dos ermitões do Egypto, de que o evangelista S. Marcos fora pai espiritual: «é cousa certa que para terem conta e ordem no que haviam de rezar entre dia e noite, se aproveitariam, como gente necessitada de tudo, dos fructos silvestres e sêccos do matto, infiados em seus ramaes. E já por aqui fica colhida a etymologia das contas pelo effeito em que servia». (...) Quanto à etymologia da devoção à Senhora, explica o mesmo chronista que mereceu o nome de Rosario, a que em portuguez corresponde Rosal, por ser a rosa a rainha de todas as flores e Nossa Senhora a rainha de todas as mulheres.”¹⁵⁰ Portanto, como se pode observar, os símbolos associados a Nossa Senhora do Rosário são o rosário e a

rosa.

Estes atributos são comuns nas duas representações conhecidas no concelho de Rio Maior: a pintura em madeira de Nossa Senhora do Rosário na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira; e a sua representação no painel de azulejos na Igreja Paroquial de Santo António, nas Fráguas. Em ambas as imagens o rosário é formado por contas e rosas intercaladas; o rosário envolve a Mãe e o Menino; a Mãe segura o rosário e o Menino tem numa mão um rosário mais pequeno com uma cruz. Denota-se uma grande proximidade na composição das imagens apesar de terem sido feitas em épocas diferentes, com uma separação de dois séculos. Isto pode ser tanto resultado da possível influência que a primeira terá sobre a segunda, como na procura da uniformidade e controlo da representação das imagens sagradas por parte da Igreja¹⁵¹ com o objectivo de educar e disciplinar os crentes.

A utilização da rosa como atributo da Virgem, considerada a “Flor de innocencia immaculada e de virtude Diamantina, que floresce em todos os logares, nobres ou humildes, palácios ou choupanas, respondendo meigamente os espíritos que a saúdam”¹⁵² está relacionada

¹⁵⁰ Cit. Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, op. cit., pp. 47 e 48.

¹⁵¹ Vide António Camões Gouveia, “As Artes do Sagrado”, *História Religiosa de Portugal: Humanismos e reformas*, Vol. 2, Carlos Moreira Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 462-464.

¹⁵² Cit. Idem, *Ibidem*, p. 362.

com a adoção do mês de Maio como o mês de Nossa Senhora¹⁵³. Os Romanos prestavam culto à divindade Flora¹⁵⁴, deusa da Primavera, com um conjunto de festividades e jogos em Maio. Nos inícios do século XX ainda se encontrava o costume, em certas regiões de Portugal, de no primeiro dia de Maio adornar as portas e janelas com flores de giesta¹⁵⁵. Portanto, ocorreu um sincretismo entre o culto da deusa Flora e o da Virgem Maria com uma sobreposição de datas (Maio), de símbolos (flores) e de culto com um conjunto de festividades que ocorrem no mês de Maio em honra de Maria, “Mãe da Vida e da Natureza”¹⁵⁶.

8.3. Nossa Senhora da Assumpção e Nossa Senhora da Conceição



Imagem de Mater Dolorosa da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo. Fotografia tirada a 13-5-2010.

Além destas obras artísticas que têm como tema o Menino e a Mãe existem três peças de destaque no concelho em que a Virgem se encontra sozinha: a imagem de Nossa Senhora da Conceição na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Rio Maior; a *Mater Dolorosa* na Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo, em Rio Maior; e a Nossa Senhora da Assumpção na Capela de Nossa Senhora da Vitória, nas Quintas. Todas estas obras pertencem aos séculos XVII/XVIII mas a sua representação individual já era praticada nos séculos XIV e XV, em Coimbra¹⁵⁷.

Estas diferentes formas de invocação da Virgem Maria são fruto de diferentes concepções adquiridas ao longo do tempo sobre o papel da Virgem, a sua vida e a sua morte. A imagem de *Mater Dolorosa* retoma um tema que ressurgiu durante a Idade Média, a valorização do papel da Mãe de Jesus pois, nos primeiros séculos do Cristianismo, o sofrimento da Virgem Maria foi um tema pouco desenvolvido¹⁵⁸. Durante a Peste Negra

¹⁵³ Vide Jacques Dusquene, “Crise no Concílio Vaticano II”, *Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus*, op. cit., p. 119.

¹⁵⁴ Vide Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, op. cit., p. 362.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Cit. João Francisco Marques, “Santa Maria”, *História Religiosa de Portugal: Humanismos e reformas*, Vol. 2, Carlos Moreira Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 380.

¹⁵⁷ Vide Idem, *Ibidem*, p. 379.

¹⁵⁸ Vide Jacques Dusquene, “Nossa Senhora...Em azul ou negro”, *Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus*, op. cit., p. 105.



Imagem de Nossa Senhora da Conceição na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Fotografia tirada a 5-4-2011.

as mulheres identificavam-se com a Virgem que perdeu o seu Filho pois, muitas viram também os seus filhos falecerem¹⁵⁹. Assim, surgiram as representações da *Pietà*¹⁶⁰ (“piedade”, em latim), cuja cena não é descrita nos Evangelhos, em que a Virgem Maria segura nos braços o seu filho sem vida e as da Mater Dolorosa (“mãe dolorosa”, em latim), que mostra o seu sofrimento durante a crucificação de Cristo. Existem fontes¹⁶¹ que indicam que este último culto é praticado em Portugal desde o reinado de D. Afonso II (n. 1185 – m. 1223). Assim compreende-se que na imagem representada em Rio Maior, a Nossa Senhora das Dores se encontre a olhar para cima, com uma expressão de angústia, com a mão esquerda apoiada no peito e a mão direita com a palma para cima, num gesto de súplica.

A invocação de Conceição remete para a ausência de pecado original, tanto do seu próprio nascimento como a referência ao seu milagre. A sua representação iconográfica é semelhante à de Assumpção, que simboliza a subida de corpo e alma ao Céu. Ambas as invocações estão interligadas pois, se a Virgem não conheceu o pecado original o seu corpo não era corruptível¹⁶². Todavia, a sua ascensão distingue-se da de Jesus, que “subiu ao Céu”¹⁶³, pois a Virgem foi transportada pelos anjos. Assim, em ambas as imagens de Rio Maior, apresentam os mesmos símbolos: as mãos unidas num gesto de oração, as nuvens, a lua e os serafins. Estas distinguem-se devido à presença de uma cobra, que simboliza a ausência de pecado original da Nossa Senhora da Conceição que, por vezes também é representada como um dragão. A Nossa Senhora da Conceição tornou-se a padroeira do Reino com D. João IV, que ordenou que todas as localidades a tomassem como orago. Sobre este assunto recomenda-se a obra de Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Guimarães, Libano & C.^a, 1900.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Vide Penelope J. E. Davies e outros, “Arte Gótica”, *A Nova História da Arte de Janson, A Tradição Ocidental*, op. cit., p. 441

¹⁶¹ Vide Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, op. cit., p. 41.

¹⁶² Vide Jacques Dusquene, “«Concebida sem pecado» e elevada aos Céus”, *Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus*, op. cit., p. 113.

¹⁶³ Vide Idem, *Ibidem*, p. 114.

8.4. A Coroa e o Azul

Em todas as imagens de Virgem Maria do concelho de Rio Maior, atrás citadas, a Nossa Senhora está de pé e coroada, excepto a de Mater Dolorosa que tem um lenço branco a cobrir-Lhe os cabelos. Este título de rainha deriva da crença na Incarnação, isto é, “não é nem uma aparência nem uma perda, mas uma inserção de Deus na natureza e na história dos homens”¹⁶⁴. Portanto, a coroa é-lhe oferecida pelo próprio filho¹⁶⁵ e pertence à alteração da mentalidade ao ser considerada um elemento importante na salvação das almas durante a Idade Média, pelo que a Coroa substituiu a auréola e simboliza o seu lugar enquanto rainha dos céus¹⁶⁶.



Imagem de Nossa Senhora da Assumpção na Capela de Nossa Senhora da Vitória, nas Quintas. Fotografia tirada a 7-2-2011.

No século XII¹⁶⁷ os pintores de vitrais passaram a fabricar um azul a partir de uma planta europeia, o glasto. A matéria-prima tradicional, o índigo, era uma planta oriental e, assim, mais dispendiosa. Para o abade Suger o azul era a cor dos Céus, a “luz celeste”¹⁶⁸ e a nova técnica de cor foi utilizada na reforma da igreja abacial de Saint-Denis. Este novo azul ficou conhecido, assim, por “azul de Saint-Denis”¹⁶⁹. Ao se considerar o azul como a cor celeste e como a nova técnica o tornava mais acessível, cada vez mais o manto da Virgem Maria foi pintado dessa cor. Durante a Idade Média, a Virgem Maria passou a ser representada com um padrão de cores uniforme, ditado pela Igreja: o manto é azul e a capa vermelha¹⁷⁰. No concelho de Rio Maior, este conjunto de cores é visível na Nossa Senhora da Escusa, na Nossa Senhora da Barreira e na Nossa Senhora do Leite.

Desde o século XVI começou a haver uma maior liberdade artística na escolha das cores, mas o azul continua a ser uma cor dominante. Durante o Barroco, o dourado era considerado uma cor divina¹⁷¹, pelo que aparece em inúmeros exemplos no concelho de Rio Maior: a Nossa Senhora da Assumpção, que é uma peça policromada onde domina o dourado; a

¹⁶⁴ Vide Jacques Dusquene, “Nossa Senhora...Em azul ou negro”, *Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus*, op. cit., p. 98.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Vide Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, op. cit., p.3

¹⁶⁷ Vide Idem, *Ibidem*, p. 99.

¹⁶⁸ Vide Idem, *Ibidem*, p. 100.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Vide Herbert Read, “Cor”, *O Significado da Arte*, op. cit., p. 43.

¹⁷¹ Vide Jacques Dusquene, “Notas”, *Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus*, op. cit., p. 150.

imagem de Nossa Senhora da Conceição, em que o vestuário aparece debruado e com bordados a dourado; o mesmo ocorre com as imagens de Nossa Senhora do Rosário e da Mater Dolorosa. Na imagem de Nossa Senhora do Leite o vestuário aparece também decorado com dourado. É possível que se trate de um restauro posterior durante a Idade Moderna.

9. A evolução administrativa da área do concelho de Rio Maior

A teoria dominante nas obras mais recentes sobre esta região afirma que a freguesia de Rio Maior passou a pertencer ao concelho da Azambujeira, aquando este foi criado a 23 de Agosto de 1514¹⁷², por D. Manuel I, embora subsistam actualmente algumas dúvidas.

Em 1527, D. João III ordenou aos corregedores das províncias para apurarem o número de habitantes das cidades, das vilas e dos lugares¹⁷³. Deste modo, foi possível traçar um cadastro global do País, incluindo tanto as áreas rurais como as urbanas. De acordo com este “Numeramento Geral do Reino”¹⁷⁴, a aldeia de Rio Maior tinha noventa e oito fogos, ou seja, de acordo com os cálculos geralmente aceites para esta época, cerca de quatrocentos habitantes. E a aldeia de Alcobertas teria cerca de quarenta fogos, o que corresponde a cento e sessenta habitantes. Na segunda metade do século XVIII, a aldeia de Rio Maior teve um crescimento exponencial, pois teria duzentos e noventa e oito vizinhos¹⁷⁵ (cerca de 3000 habitantes) e S. João da Ribeira teria mil e oitocentos moradores¹⁷⁶. Este crescimento assentava na riqueza agrícola e na extracção de sal-gema e viu o seu comércio aumentar com a criação da Feira Franca, a 1 de Setembro de 1722 por petição dos “moradores do lugar de Rio Maior”¹⁷⁷ a D. João V. Esta Feira era celebrada no dia de S. Sebastião, a 15 de Setembro, junto à ermida do mesmo santo. Actualmente, esta Feira é conhecida como a Feira das Cebolas, que tem por objectivo divulgar os produtos da região e fomentar o desenvolvimento económico do concelho. Arroquelas também usufruiu de uma feira que durou desde o ano de 1674 até ao ano de 1739¹⁷⁸. As feiras e mercados foram, desde a criação de Portugal, importantes centros económicos, religiosos e sociais que promoviam as localidades, que dispunham

¹⁷² Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/73496/>.

¹⁷³ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: O Século de Ouro (1495 – 1580)*, Vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, 1978, p. 119.

¹⁷⁴ Vide Ricardo Santos Pinto, “Evolução histórica”, *Rio Maior, Maior Futuro...*, *op. cit.*, p. 33.

¹⁷⁵ Vide Arnaldo da Soledade, “A vida em Rio Maior no século XVIII, Baseada num documento arquivado na Torre do Tombo em Lisboa”, in *Jornal do Oeste*, 6 de Abril de 1968.

¹⁷⁶ Vide Ricardo Santos Pinto, “Evolução histórica”, *Rio Maior, Maior Futuro...*, *op. cit.*, p. 33.

¹⁷⁷ Vide Amândio Videira Santos, “De uma vez por todas...A nossa Feira Anual já se realizava em Rio Maior no ano de 1722”, in *Região de Rio Maior*, 05 de Outubro de 1990.

¹⁷⁸ Vide Ricardo Santos Pinto, “A vez e a voz das Freguesias”, *Rio Maior, Maior Futuro...*, *op. cit.*, p. 102.

de autorização para a sua realização. Como Veríssimo Serrão¹⁷⁹ sublinha, as suas receitas podiam ser aplicadas no restauro ou na construção de igrejas, capelas e ermidas, o que pode justificar o elevado número de templos restaurados e construídos durante este período na freguesia de Rio Maior.

Em 15 de Agosto de 1498, D. Leonor, quando exerceu a regência, ordenou a criação de uma instituição de assistência cristã, à semelhança das confrarias medievais, as Misericórdias. Esta instituição propunha-se cumprir os preceitos da Misericórdia divina, que Garcia de Rezende assim os descreve¹⁸⁰: “Vimos também ordenar/A misericórdia santa,/Cousa tanto de louvar,/Que não sei quem não se espanta/De mais cedo não se achar:/Socorre a encarcerados,/E conforta os justificados,/A pobres dá de comer,/Muitos ajuda a suster,/Os mortos são soterrados”. Esta instituição rapidamente se espalhou pelo País, chegando a Santarém em 1502. Em Janeiro de 1759, os habitantes de Rio Maior pediram a D. José I a criação de uma Irmandade da Misericórdia, que tomasse conta do Hospício¹⁸¹. Alcançaram o seu objectivo com o Alvará de 18 de Abril de 1759, que os obrigava de prestarem contas ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santarém. Assim, a 19 de Abril de 1759¹⁸², foi fundada a Misericórdia de Rio Maior que tinha como Igreja a Capela do Espírito Santo, que detém ainda as mesmas funções. Portanto, surgem nesta época importantes infra-estruturas sociais e económicas.

A 6 de Novembro de 1836, Azambujeira perdeu o seu estatuto de sede de concelho e passou a pertencer ao de Rio Maior, data em que foi elevada a vila e sede de concelho. Foi uma consequência da grande reorganização administrativa liderada por Passos Manuel, que extinguiu quatrocentos e sessenta e seis concelhos e criou novos cem concelhos. Os critérios basearam-se nas condições económicas, estruturais e sociais das localidades para se tornarem as novas sedes de concelho ou, pelo contrário, se não reuniam essas mesmas condições, perderam o seu estatuto com a revogação dos bens da Coroa e abolição dos forais, a 13 de Agosto de 1832¹⁸³. Talvez por este motivo, a Coroa ordenou na Carta de Lei de 29 de Maio de 1843, que se transferisse a sede de concelho de Rio Maior para S. João da Ribeira, pois esta crescera de população graças à qualidade dos seus terrenos e devido à sua centralidade: “que ali podiam acudir em seus negócios e pretensões, com muito maior commodidade que a Rio Maior”¹⁸⁴, como descreve o visconde de

¹⁷⁹ Vide Idem, *Ibidem*, p. 153.

¹⁸⁰ Vide Alberto Pimentel, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, Guimarães, Libano & C.^a, 1900, p. 140.

¹⁸¹ Vide Fernando Duarte, *História de Rio Maior*, Rio Maior, Edição do Autor, 1979-1982, p. 21-5.

¹⁸² Vide Idem, *Ibidem*, p. 22-6.

¹⁸³ Vide Rui Ramos, *op. cit.*, p. 493.

¹⁸⁴ Cit. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal: Do Mindelo à Regeneração (1832-1854)*, Vol. VIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, p. 244.

Oliveira, ministro do Reino. Todavia, as ordens não foram respeitadas e, até à actualidade, Rio Maior é a sede de concelho. Quando foi criado, o concelho de Rio Maior era composto por seis freguesias: Rio Maior, Outeiro da Cortiçada, Arruda dos Pisões, S. João da Ribeira, Azambujeira e Abitureiras. Este último, logo no ano seguinte, foi incluído no concelho de Santarém. As freguesias



Mapa das freguesias do concelho de Rio Maior.

de Alcobertas e Fráguas juntaram-se a Rio Maior em 1855, devido à extinção do concelho de Alcanede, assim como, a freguesia da Marmeleira, que foi desanexada da freguesia de S. João da Ribeira, em 1878.

Devido ao desenvolvimento alcançado ao longo do século XX, a 14 de Agosto de 1985, Rio Maior é elevada a cidade. O concelho de Rio Maior é composto, actualmente, por catorze freguesias: a freguesia de Rio Maior; a freguesia de Alcobertas; a freguesia de Arrouquelas (1962); a freguesia de Arruda dos Pisões (1702); a freguesia de Asseiceira (1984); a freguesia de Azambujeira; a freguesia de Assentiz (1989); a freguesia de Fráguas; a freguesia de Malaqueijo (1984); a freguesia de Outeiro da Cortiçada; a freguesia de

Ribeira de S. João (1984); a freguesia de S. João da Ribeira; a freguesia de S. Sebastião (1984); e a freguesia da Vila da Marmeleira (1878). Actualmente, as vigarias destas freguesias pertencem à Diocese de Santarém, criada em 1975.

Como se pode observar, a estrutura do concelho de Rio Maior não se manteve estática ao longo dos tempos, com a adição de freguesias de outros concelhos e a desfragmentação doutras em novas.

10. A expressão religiosa durante a Idade Moderna no concelho de Rio Maior

Em Portugal, a arquitectura dominante no século XVII era o “estilo chão”, uma corrente artística portuguesa do Maneirismo. Este estilo é descrito do seguinte modo por José António Ferreira de Almeida: “Às linhas exteriores, de singelos efeitos lineares, do sóbrio estilo chão corresponde um requinte, por vezes extravagante, de decoração interior nesse espaço estático – o azulejo, a talha dourada e os quadros a óleo compõem um ambiente magnífico -, quer cingindo às

capelas, quer alargado a toda a igreja”¹⁸⁵. Portanto, desenvolveu-se, a nível arquitectónico, o gosto de uma igreja grandiosa sem ser excessivamente ornamentada no exterior¹⁸⁶ mas com uma decoração rica no interior. Se no resto da Europa, em pleno século XVII se sentia o Barroco, em Portugal, os preceitos anteriores eram ainda dominantes, o que trouxe características únicas à arte portuguesa¹⁸⁷.

No início do século XVII, as monarquias absolutistas europeias eram afectadas por crises internas. Estas invocavam o direito divino da realeza e favoreceram o desenvolvimento do estilo barroco, que tem como características o luxo, grandiosidade, imponência, riqueza, exuberância, tensão e movimento. As obras de arte barrocas serviam como instrumentos de divulgação do poder de Deus, no contexto de Contra-Reforma, e de propaganda do poder e prestígio da Coroa. Por outro lado, o Classicismo é uma corrente artística que advém do Renascimento. O seu carácter retorna às referências culturais da Grécia e Roma antigas tendo como elementos a harmonia, a simplicidade e a racionalidade. A sua influência permaneceu ao longo dos séculos e coexistiu com o Barroco, dominando-o por vezes.

Os exemplos mais significativos da arquitectura da Idade Moderna no concelho de Rio Maior são: a Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo, em Rio Maior; a Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira; a Igreja Paroquial de Santo António, nas Fráguas; e a Igreja Paroquial de S. Gregório Magno, em Arruda dos Pisões. Nestas igrejas convergem os diferentes estilos: as fachadas são caracterizadas pela sua simplicidade, típica do maneirismo e do “estilo chão”, enquanto que o seu interior é ricamente decorado com elementos clássicos, barrocos e rococós.

A nível da fachada é de destacar os portais das seguintes igrejas: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira, cujo portal de calcário lavrado representa uma cabeça de anjo alada inscrita em moldura e ladeado por ornamentos barrocos; e a Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, em Arroquelas, cujo portal maneirista em calcário lavrado, ostenta anjos em baixo-relevo a segurar correntes de folhas e flores. A representação de anjos que se assemelham a querubins e cupidos é um tema comum nas artes renascentistas, que reavivaram nas obras artísticas os mitos da Antiguidade Clássica. O que acabou por influenciar e reinterpretar a arte cristã durante a época moderna¹⁸⁸.

¹⁸⁵ Cit. José António Ferreira de Almeida (orientador e coordenador), “Maneirismo”, *Tesouros Artísticos de Portugal*, *op. cit.*, p. 30.

¹⁸⁶ *Idem.*

¹⁸⁷ Vide Vítor Serrão, “O naturalismo tenebrista: a natureza-morta, a mitologia e o retrato na abertura da arte da pintura a novos «géneros»”, *História da Arte em Portugal – O Barroco*, Lisboa, Editorial Presença, 2003, p. 13.

¹⁸⁸ Vide Maria Carla Prette e Alfonso De Giorgis, “O Barroco”, *História da Arte: técnicas, épocas e estilos*, *op. cit.*, p. 148.



Portal da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Na decoração interior nas igrejas do concelho, deste período, há exemplos significativos na utilização da telha dourada e decoração azulejar:

- ❖ O altar-mor da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo, em Rio Maior, é o exemplo mais significativo da talha dourada do concelho, pela sua riqueza e cenografia: as colunas salomónicas são amplamente decoradas com folhagem, cachos de uvas e com a introdução de escultura¹⁸⁹; a representação simbólica do Espírito Santo, a pomba, que está esculpida vinte e três vezes em diferentes poses; e vários anjos semelhantes a querubins (os que suportam as colunas às costas demonstram no seu rosto uma expressão de cansaço o que contribuiu para uma maior teatralidade da obra).
- ❖ O altar-mor da Igreja Paroquial de S. Gregório Magno foi construído após o Terramoto de 1755¹⁹⁰ e é de destacar pela sua monumentalidade. É uma peça de madeira que cobre na totalidade a parede do presbitero; é revestida a ouro (talha dourada) nos capitéis das colunas e no frontão, portanto, como se pode observar, nestes altares existe uma continuidade de elementos clássicos como as colunas e o frontão na sua composição. Estes elementos não têm uma função prática mas somente decorativa¹⁹¹; e a madeira é policromada.

¹⁸⁹ Vide José Fernandes Pereira, “A Arte Barroca”, *História de Portugal: De Portugal Cativo ao Portugal absolutista (I)*, João Medina (dir.), Amadora, Ediclube, 2004, pp. 449-478,

¹⁹⁰ Vide “Apontamentos para uma história regional: O Concelho de Rio Maior há 200 anos...Arruda dos Pizoens”, *Folha Quinzenal de Informação Regionalista*, Quinta-feira, 1 de Maio de 1940.

¹⁹¹ Vide Herbert Read, “Definição do Barroco”, *O Significado da Arte, op. cit.*, p. 102.



Altar-mor da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo, em Rio Maior. Fotografia tirada a 13-5-2010.

❖ A decoração azulejar nas igrejas distingue-se em dois tipos: o padrão ou tapete, cuja forma abstracta ou geométrica preenche as paredes, enriquecendo-as; e temas religiosos. A utilização de azulejos contribuiu para uma diminuição da pintura dos retábulos¹⁹² e de acordo com António Camões Gouveia “atingem no azul e branco setecentista a sua afinação máxima”¹⁹³. Na Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo a nave central da igreja é decorada por um silhar de azulejos de padronagem¹⁹⁴ do

séc. XVII, a meia-parede. Estes formam um gradeamento (fundo branco com barras a azul, ao alto) com um friso azul e amarelo. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja de Santo António são os únicos exemplos do concelho cujas paredes são decoradas na totalidade por azulejos. Em ambas existem vários tipos de padrão mas o jogo cromático permanece o mesmo: azul, branco e amarelo.

- ❖ A nível de painéis iconográficos de temas religiosos estes ocorrem na Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena (duas obras sobre a Santa Maria Madalena); na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário (S. Sebastião; Santo António a dar um sermão aos Peixes; o Menino de Jesus Salvador do Mundo; e, no arco triunfal, uma custódia resplandecente ladeada por anjos); e na Igreja Paroquial de Santo António dois painéis figurativos, nomeadamente, um de Santo António e um de Nossa Senhora do Rosário. Portanto, os temas valorizam a vida dos Santos, de Jesus e de Nossa Senhora. Na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário existe uma pomba de faiança, tridimensional e policromada, incrustada na parede por cima do púlpito. É uma situação invulgar pela sua raridade, sendo única no concelho.

¹⁹² Vide António Camões Gouveia, “As Artes e o Sagrado”, *História Religiosa de Portugal: Humanismos e reformas*, Vol. 2, Carlos Moreira Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 477-478.

¹⁹³ Cit. Idem, *Ibidem*, p. 478.

¹⁹⁴ Vide Vítor Serrão, “O azulejo de Seiscentos: o esplendor cenográfico do artifício ornamental”, *História da Arte em Portugal – O Barroco*, op. cit., p. 115.

A nível escultórico a amostra mais significativa da época moderna é: a imagem de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira; a imagem de Nossa Senhora da Assumpção, na capela de Nossa Senhora da Vitória, nas Quintas; a imagem de Nossa Senhora da Conceição, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Rio Maior; a imagem de Santo António, na capela de S. Pedro, nas Correias; e o crucifixo barroco, na capela de Santo André, na Ribeira de Santo André. Como já foi referido anteriormente, durante os séculos XVII e XVIII, o dourado era associado a uma cor divina, a luz. Assim, o ouro foi aplicado na decoração interior e nas peças decorativas, especialmente nos panejamentos, o que as enriqueceu visual e quantitativamente. A sua produção tinha um carácter doutrinal e, para se atingir esse fim, valorizou-se o simbolismo¹⁹⁵. Por este motivo são claramente visíveis os atributos destas imagens o que as permite identificar e reflectir sobre o seu significado. Por fim, denota-se uma dramatização¹⁹⁶ dos gestos e da fisionomia, típicas do Barroco. Como o Cristo Crucificado, em que o movimento do corpo e a sua fisionomia demonstram sofrimento e a anatomia do corpo e das feridas estão bastante realistas.

11. Movimento de Renovação de Arte Religiosa (MRAR)



Fachada da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Rio Maior. Fotografia tirada a 13-5-2010.

No Jardim Municipal de Rio Maior localiza-se a actual Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, também conhecida como a Igreja Nova. Foi inaugurada em 1968, uma obra modernista que teve um projecto inicial, em 1961, por Formosinho Sanches e o projecto definitivo de José Luís Zúquete e José Duarte da Silva Bruschy. É uma Igreja ampla, construída de acordo com os cânones da arquitectura modernista da via “mecanomórfica”¹⁹⁷, isto é, a sua forma obedece à sua função e não tem muitos

ornamentos.

¹⁹⁵ Vide José Fernandes Pereira, “A Arte Barroca”, *História de Portugal: De Portugal Cativo ao Portugal absolutista (I)*, op. cit., pp. 449-478.

¹⁹⁶ Vide Nelson Correia Borges, “O barroco joanino: Escultura”, *História da Arte em Portugal, do Barroco ao Rococó*, Vol. 9, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 42 – 47.

¹⁹⁷ Vide Penelope J. E. Davies e outros, “Rumo à Abstracção: A Revolução Modernista, 1904-1914”, *A Nova História de Arte de Jason: A Tradição Ocidental*, op. cit., p.1009.

Durante a década de 1960, houve uma maior implementação da renovação das igrejas modernas, sendo que esta Igreja é o exemplo mais significativo do Concelho que integra todas as características desta época: “Elas têm em comum uma total expressão de modernidade, quer nos materiais e técnicas (betão aparente, panos brancos de simples paredes rebocadas, integração de obras plásticas modernas), quer na espacialidade (espaços internos assimétricos, de traçado frequentemente poligonal, de sentido «orgânico»), quer ainda na articulação com o espaço urbano onde se inserem (pela preocupação de acentuar a relação «aberta» com a comunidade envolvente).”¹⁹⁸

Esta procura de renovação da Igreja Católica, durante o século XX, no âmbito da arquitectura e da arte sacra ficou conhecido como o Movimento de Renovação de Arte Religiosa (MRAR). Este procurava marcar um corte entre os antigos gostos dos ditos “modelos tradicionalistas”¹⁹⁹ a favor do uso de novos materiais e a adopção de novos cânones artísticos que reflectissem uma nova mentalidade descrita por José Manuel Fernandes²⁰⁰: “um novo entendimento do papel social da Igreja, com o fortalecimento do conceito de «comunidade» paroquial, de teor mais igualitário e socializante; a inserção activa no plano sistema urbano; as novas concepções litúrgicas, requerendo novos tipos de espaços, ou mesmo de tipologias espaciais, e de materiais; a ampla participação dos artistas plásticos, a par e com os arquitectos ligados a uma nova geração emergente entre 1945 e 1950”. Portanto, denota-se um renascimento da Igreja Católica que influenciou profundamente o espaço físico e o uso dos novos templos.

¹⁹⁸ Vide José Manuel Fernandes, “Arquitectura religiosa”, *A Igreja e a Cultura em Portugal 1950/2000*, Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes (coordenadores), Lisboa, Universidades Católica, 2001, p. 24.

¹⁹⁹ Vide Paulo F. de Oliveira Fontes, “Renovação Pastoral e formas de expressão cultural: da arte sacra aos meios de comunicação social”, *História religiosa de Portugal: Religião e Secularização*, Carlos Moreira Azevedo (dir.), Vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 221.

²⁰⁰ Idem.

III

Projectos de roteiros

A Câmara Municipal de Rio Maior propôs a realização de um roteiro turístico que abrangesse o património religioso do concelho, como tema de estágio curricular. Para atingir esse objectivo foi efectuado um inventário dos bens imóveis, móveis e imateriais do concelho, que se encontra em Anexo. A partir desta informação são propostos dois projectos de roteiro turístico, que se apresentam a seguir sob o título genérico “A Rota do Sagrado”.

Em ambos os projectos, foi realizada uma divisão histórica do património inventariado, desde a Pré-História até ao século XX. Na primeira proposta foram sugeridos três percursos: da Pré-História aos Mouros; do século XVI ao XIX; e, por fim, o século XX. Cada percurso tem uma duração máxima de 10h (das 9h às 19h). No segundo projecto foi proposto um único percurso, para ser efectuado num dia (das 9h às 19h).

Em cada percurso, foi seleccionado o património que se destaca pelo seu valor histórico, artístico e arquitectónico, o que teve como consequência que algumas freguesias não tenham sido referidas no projecto. Deste modo, foi sugerido pelos Serviços do Turismo da Câmara Municipal de Rio Maior a elaboração de uma segunda parte do projecto de roteiro, com o título genérico “Pode ainda visitar...”. Neste caso, a visita aos pontos de interesse não é acompanhada pelos Serviços do Turismo, como se prevê ocorrer com os percursos definidos na primeira parte dos projectos.

A Rota do Sagrado

Duração aproximada de cada percurso: 10h (das 9h-19h)

Aconselha-se a deslocação a pé na visita aos pontos de interesse na cidade de Rio Maior e a deslocação de carro para visitar as localidades.

1º Percurso: Da Pré-História aos Mouros

Comece a manhã com uma viagem ao mundo da Pré-História, com uma visita à Anta-capela da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena (9h) [1], nas Alcobertas. É um dos dez maiores monumentos megalíticos da Península Ibérica. Faça um passeio pela Gruta das Alcobertas (10h) [2], localizada junto à aldeia de Chãos. Esta gruta já foi conhecida outrora como uma das mais belas grutas da Europa. Pode almoçar nos vários restaurantes de carácter serrano desta região.

Siga para a cidade de Rio Maior, para conhecer a presença romana no Concelho. Na cidade desloque-se até à Casa Senhorial de El-rei D. Miguel, no Centro Histórico, onde pode ver uma exposição permanente sobre a *uilla* romana de Rio Maior (14-16h) [3]. Nesta, encontra-se exposta a Ninfa Fontenária de Rio Maior, uma escultura antropomórfica do século I e uma telha curva com uma inscrição em latim, onde é visível o monograma de Cristo. Depois, visite as ruínas desta *uilla*, a poucos metros de distância desta Casa.

Siga pela estrada N114 até chegar a São João da Ribeira, onde encontrará a Torre Mourisca (17h) [4], que se julga tratar-se um minarete de uma mesquita que existiria neste local. Nesta região reza a lenda que, durante a ocupação muçulmana, os mouros terão enterrado dois potes no Monte de S. Gens. Um terá ouro e enriquecerá quem o encontrar e o outro terá a peste e trará a desgraça. Retorne a Rio Maior, onde pode jantar e/ou passar a noite.

CONCELHO DE RIO MAIOR



1º Percurso: da Pré-história aos Mouros

1 – Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena.

2 – Gruta de Alcobertas.

3 – Casa Senhorial de El-rei D.

Miguel/Villa romana de Rio Maior

4 – Igreja Paroquial de São João Baptista

2º Percurso: Do século XVI ao XIX

Este percurso inicia-se na Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena (9h) [1], nas Alcobertas, uma das igrejas mais antigas do concelho. Nesta igreja é de destacar a reconversão de um monumento megalítico numa capela cristã durante a Idade Média, tendo sido elevada à categoria de Igreja Paroquial em 1536. A nível de artes decorativas é de salientar a imagem quatrocentista de Santa Maria Madalena, que se encontra na fachada e, no seu interior os dois painéis figurativos do século XVII/XVIII da Santa Maria Madalena localizados, respectivamente, um sobre a entrada da anta e o outro no seu interior, assim como, as pias de água baptismal e de água benta, peças quinhentistas e de grande mérito.

Visite em seguida a Igreja Paroquial de Santo António (10h) [2], nas Fráguas. A sua nave central e o altar-mor encontram-se decorados, na sua totalidade, por azulejos padrão do século XVII e aonde figuram dois painéis azulejares: um que representa o Santo António e, o segundo, que figura a Nossa Senhora do Rosário.

Depois siga pela N361 para Rio Maior, onde se encontra a Capela do Espírito Santo (11h) [3], cujo altar-mor se destaca por se tratar do exemplar mais significativo do Barroco no concelho. Pode almoçar na cidade.

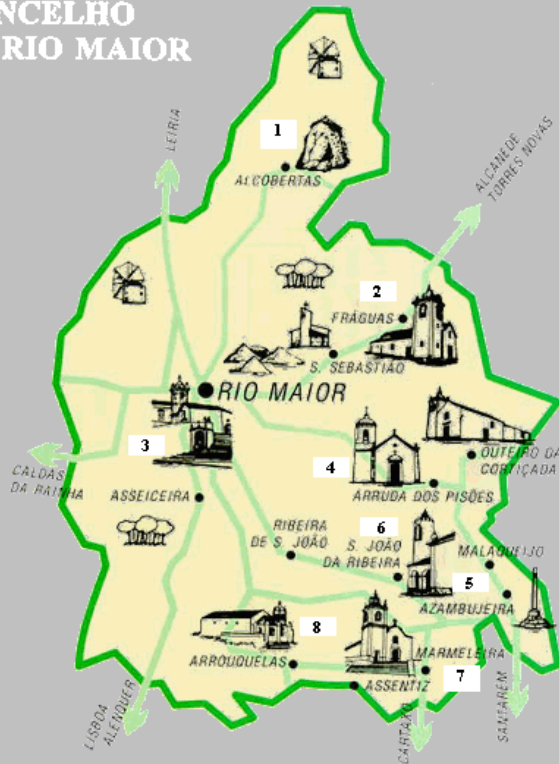
Depois siga para Arruda dos Pisões para visitar a Igreja Paroquial de São Gregório Magno (14h) [4], que foi construída em 1562. É de destacar a representação da mitra papal em alto-relevo do século XVI e o altar-mor do século XVIII.

Pode ir à Azambujeira, cuja Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário (15h) [5] que é um dos maiores monumentos do concelho. O seu portal é lavrado em pedra calcária encimado com uma representação de uma cabeça de anjo alada inscrita em moldura e ladeado por ornamentos rococós. O seu interior é totalmente revestido a azulejos onde figuram quatro representações religiosas: S. Sebastião; Santo António a dar um sermão aos Peixes; o Menino Jesus Salvador do Mundo; e, no arco triunfal, uma custódia resplandecente ladeada por anjos.

Volte à estrada N114, em direcção a Rio Maior, até S. João da Ribeira, de modo a visitar a Igreja Paroquial de São João Baptista (16h) [6], sendo de destacar a torre circular, o relógio de sol datado de 1868 e, no seu interior, encontra-se um importante espólio artístico quinhentista e dois altares colaterais barrocos. Daqui siga para a Vila da Marmeleira que, na Igreja Paroquial de S. Francisco de Assis (17h) [7], é de destacar o altar-mor do século XVII/XVIII.

Depois, termine a viagem em Arroquelas, cuja Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação (18h) [8] foi construída, de acordo com a tradição, para celebrar o aparecimento de Nossa Senhora da Encarnação neste local. É de destacar o alpendre e o portal maneirista em calcário lavrado, ostentando anjos em baixo-relevo a segurar correntes de folhas e flores. No adro da Igreja encontra-se um relógio de sol, datado de 1869.

CONCELHO DE RIO MAIOR



2º Percurso: do Século XVI ao XVIII

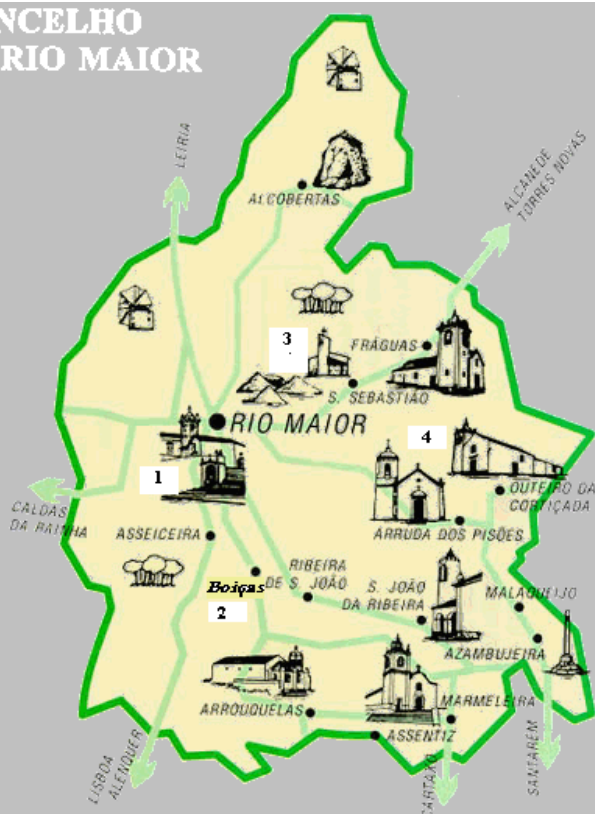
- 1 - Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena
- 2 - Igreja Paroquial de Santo António
- 3 - Capela do Espírito Santo
- 4 - Igreja Paroquial de São Gregório Magno
- 5 - Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário
- 6 - Igreja Paroquial de São João Baptista
- 7 - Igreja Paroquial de São Francisco de Assis
- 8 - Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação

3º Percurso: o século XX

Comece o percurso na Casa Senhorial de El-rei D. Miguel, em Rio Maior, e visite a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição (9h) [1], um dos exemplos mais paradigmáticos do estilo moderno dos anos 60 do País, sendo de destacar a sua planta assimétrica, a utilização de técnicas e materiais modernos, e a integração de obras modernas, nomeadamente, a tapeçaria contemporânea que representa “Cristo Ressuscitado”.

Daqui siga pela estrada N114 até Boiças e vire para Anteporta, onde pode visitar, a Capela de Santo António (10h) [2], um exemplo do estilo pós-modernista, que procurou conciliar a arquitectura moderna com as características da arquitectura tradicional. Retorne à estrada N114 e siga até à estrada N361, até S. Sebastião, de modo a visitar a Capela de São Sebastião (11h) [3], outro edifício que pertence ao estilo pós-modernista. Aproveite para ir em direcção a Vale Marinhas, na freguesia de Outeiro da Cortiçada, onde pode apreciar os vitrais contemporâneos da Capela de Nossa Senhora de Fátima (12h) [4].

CONCELHO DE RIO MAIOR



3º Percurso: o século XX

- 1 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição
- 2 – Capela de Santo António
- 3 – Capela de São Sebastião
- 4 – Capela de Nossa Senhora de Fátima

Pode ainda visitar...

A freguesia de Asseiceira para conhecer a capela de S. Domingos, do século XVII, e para visitar a capela de Nossa Senhora da Aparição onde, de acordo com a tradição local, a 16 de Maio de 1954, a Nossa Senhora fez a sua primeira aparição ao jovem de 11 anos, Carlos Alberto da Silva Delgado. Mas este aparecimento não foi ratificado pelo Vaticano.

A freguesia de Assentiz, cuja capela do século XVI é propriedade privada dos Morgados e Viscondes de Assentiz, mas que está aberta ao público, sendo de destacar o relógio de sol, na sua fachada.

A freguesia de Malaqueijo, onde se encontra a capela de S. Brás, uma antiga ermida medieval e cujo orago é uma obra quinhentista, de grande mérito artístico.

A freguesia de Rio Maior, onde pode visitar a capela de Santo António, na Azinheira. Na sua fachada é de destacar os elementos decorativos barrocos, em especial, o frontão onde se encontra

representada uma concha e uma cruz, assim como, no topo da fachada, a cornija decorada com volutas e duas flechas.

A freguesia de Ribeira de São João, onde a tradição conta que apareceu a imagem de Nossa Senhora da Barreira a um lavrador e que, de todas as vezes que tentou levá-la para a Paróquia de S. João Baptista, esta retornou ao local de origem. Nesse sítio construiu-se a capela de Nossa Senhora da Barreira e, a nível arquitectónico, é de realçar a preservação dos contrafortes.

Contactos:

Câmara Municipal de Rio Maior - Geral: 243 999 300

Posto de Informação das Salinas: 243 991 121

E-mail: turismo@cm-riomaior.pt

A Rota do Sagrado

Duração aproximada do percurso: 10 horas (das 9.00h às 19h)

Aconselha-se a deslocação a pé na visita dos pontos de interesse na cidade de Rio Maior e a deslocação de carro para visitar as localidades.

Comece a manhã com uma visita à Pré-História ao visitar a Anta-capela da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena [1] (9.00h), nas Alcobertas, o ponto de encontro e de início deste percurso. A Anta de Alcobertas é um dos dez maiores monumentos megalíticos da Península Ibérica e remonta aos finais do Neolítico. É formado por dez esteios de grande espessura (oito formam a câmara e dois o corredor com uma laje por cima) e a câmara é coberta com telhado, datado do século XVII/XVIII, consequência da fractura do chapéu em data incerta. As tradições locais afirmam que esta Anta foi construída pela Santa Maria Madalena, que trouxe as pedras da Serra da Luz ou que fez nascer as pedras naquele lugar para os crentes irem expiar os seus pecados. Actualmente, encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público.

Siga para Rio Maior onde pode ver a exposição permanente sobre a *uilla* romana de Rio Maior [2] (10.00h) na Casa Senhorial de El-rei D. Miguel. Entre o espólio desta é de destacar uma peça de estatuária quase intacta, a denominada Ninfa Fontenária de Rio Maior, e os fragmentos de uma telha curva com uma inscrição paleocristã. Faça uma visita às ruínas (às 11h), a poucos metros de distância. Actualmente, estão a descoberto quatro corredores, seis salas e duas absides da *pars urbana* e todos os compartimentos estão revestidos a pavimentos musivos policromados que representam elementos vegetalistas e geométricos. Aproveite para almoçar na cidade e desfrutar do Jardim Municipal de Rio Maior (12-00h -13.30h)

Depois, siga pela estrada N114 até São João da Ribeira, onde se encontra a Torre mourisca [3] (14h), que se julga tratar-se de um minarete de uma antiga mesquita que existiria nesse local e transformada numa igreja cristã durante a Idade Média. Coroada por merlões assemelha-se ao modelo de minarete agulha, com o seu tecto cónico pontiagudo. Nesta região, é ainda de destacar uma lenda associada à presença árabe que conta que, no cabeço de S. Gens, estarão enterrados dois potes, um com ouro e outro com peste.

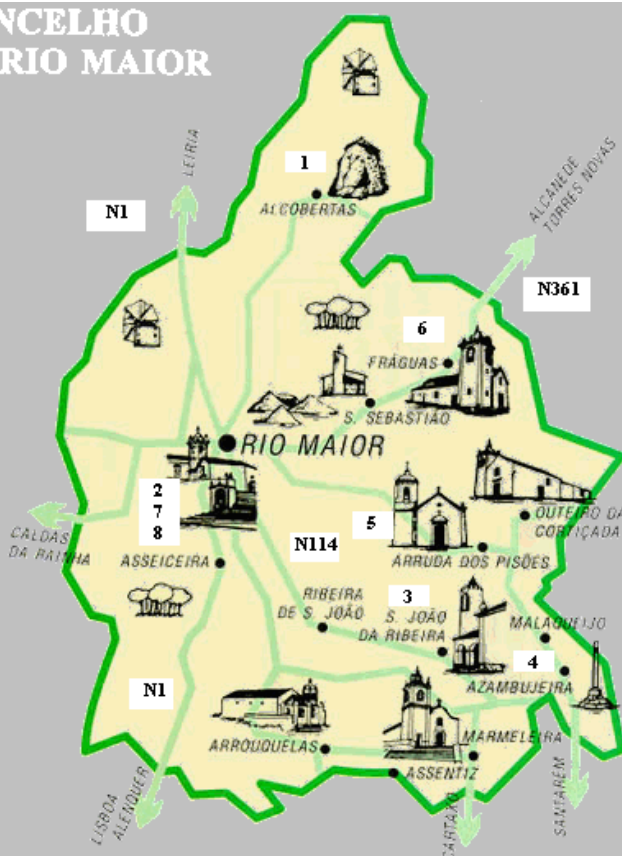
Continue pela mesma estrada até chegar a um desvio que indique Azambujeira, onde pode visitar a Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário [4] (15h), edifício do século XVII, que se encontra totalmente revestida a azulejos do tipo padrão, a representação de uma pompa tridimensional de cerâmica policromada e quatro painéis figurativos religiosos: S. Sebastião; Santo António a dar um sermão aos Peixes; o Menino de Jesus Salvador do Mundo; e, no arco triunfal, uma custódia resplandecente ladeada por anjos.

Siga até Arruda dos Pisões e passe pela Igreja Paroquial de São Gregório Magno [5] (16h). Pensa-se que este templo foi construído em 1562, data assinalada na guarnição de uma porta lateral, sob a representação de uma mitra papal em alto-relevo. Tendo ficado bastante arruinado com o Terramoto de 1755, a sua decoração apresenta elementos decorativos barrocos.

Nas Fráguas, visite a Igreja Paroquial de Santo António [6] (17h), situada no centro da povoação. A sua nave central e altar-mor encontram-se decorados na sua totalidade por azulejos padrão do século XVII onde figuram dois painéis azulejares, um que representa o Santo António e o outro Nossa Senhora do Rosário.

Pela estrada N361 retorne a Rio Maior, onde pode visitar o exemplo mais significativo do Barroco do concelho, a Capela do Espírito Santo [7] (18h). Termine a visita com um dos exemplos mais paradigmáticos do estilo modernista dos anos 60 a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição [8] (19h), junto ao Jardim Municipal de Rio Maior, sendo de destacar a sua espacialidade, arquitectura e a integração de obras contemporâneas, em especial, a tapeçaria que representa “Cristo Ressuscitado”.

CONCELHO DE RIO MAIOR



A Rota do Sagrado

Legenda:

- 1 – Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena
- 2- Casa Senhorial de El-rei D. Miguel/*Villa* romana de Rio Maior
- 3 – Igreja Paroquial de São João Baptista
- 4 – Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário
- 5 – Igreja Paroquial de S. Gregório Magno
- 6 – Igreja Paroquial de Santo António
- 7 – Capela do Espírito Santo
- 8 – Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição

Pode ainda visitar...

A freguesia de Arroquelas onde, de acordo com a tradição, apareceu a Nossa Senhora e em Sua honra foi construída, nesse local, a Igreja Paroquial de Nossa da Encarnação. É de destacar o portal maneirista ostentando anjos em baixo-relevo a segurar correntes de folhas e flores.

A freguesia de Asseiceira, onde pode visitar a capela de S. Domingos, do século XVII, e a capela de Nossa Senhora da Aparição onde, de acordo com a tradição local, a 16 de Maio de 1954, a Nossa Senhora fez a sua primeira aparição ao jovem de 11 anos, Carlos Alberto da Silva Delgado. Mas, este aparecimento não teve reconhecimento ecuménico.

A freguesia de Assentiz, cuja capela do século XVI é propriedade privada dos Morgados e Viscondes de Assentiz, mas que está aberta ao público, sendo de destacar o relógio de sol na sua fachada.

A freguesia de Malaqueijo, onde pode visitar a capela de S. Brás, uma antiga ermida medieval, cujo orago é uma obra quinhentista, de grande mérito artístico.

A freguesia de Outeiro da Cortiçada, onde pode visitar a Igreja de Nossa Senhora da Ribeira que é agora paroquial, em Porto de Vala. É de salientar o púlpito, datado de 1676, decorado com elementos clássicos. Em Vale de Marinhas, visite a capela de Nossa Senhora de Fátima, uma capela pós-modernista, onde pode apreciar os vitrais contemporâneos que representam a vida de Nossa Senhora.

A freguesia de Ribeira de São João, onde a tradição conta que apareceu a imagem de Nossa Senhora da Barreira a um lavrador e que, de todas as vezes que tentou levá-la para a Paróquia de S. João Baptista, esta retornou ao local de origem. Nesse sítio construiu-se a capela de Nossa Senhora da Barreira e, a nível arquitectónico é de realçar a preservação dos contrafortes.

A freguesia de Rio Maior onde pode visitar a capela de Santo António, na Azinheira. Na sua fachada é de destacar os elementos decorativos barrocos, em especial, o frontão onde se encontra representada uma concha e uma cruz, assim como, no topo da fachada, a cornija decorada com volutas e duas flechas. Em Anteporta, a capela de Santo António pertence ao estilo pós-modernista.

A freguesia de São Sebastião, cuja capela de São Sebastião é uma obra pós-modernista, sendo de destacar as suas formas geométricas e linhas simples.

A freguesia da Vila da Marmeleira, onde a Igreja Paroquial de S. Francisco de Assis foi mandada construir, provavelmente, pelo Abade de Alcobaça, no século XIV, sendo de destacar o altar-mor do século XVII/XVIII.

Contactos:

Câmara Municipal de Rio Maior - Geral: 243 999 300

Posto de Informação das Salinas: 243 991 121

E-mail: turismo@cm-riomaior.pt

Considerações finais

Na primeira parte deste trabalho, foi adoptado o princípio que o modelo iconológico defende que o estudo da Arte não deve estar dividido em períodos históricos estáticos e que existe uma continuidade de símbolos e de cultura artística entre as épocas, preservada numa memória colectiva ou social. De seguida, foi considerado que uma peça artística pode ser vista como um testemunho dos valores do indivíduo e da sociedade que a compôs. Assim, a arte religiosa torna-se um reflexo das crenças de uma determinada cultura.

Em seguida, concluiu-se que, na História da Religião, também se constata uma preservação de símbolos e de culturas entre as várias épocas e que estas não estão fechadas num determinado período de tempo ou de espaço. Assim, é possível observar no património religioso (imóvel, móvel e imaterial) tanto a incorporação de novidades técnicas, artísticas e religiosas como o ressurgimento ou continuidade de outras culturas religiosas, por vezes opostas.

Na segunda parte do trabalho, esta situação foi exposta na análise dos diferentes cultos identificados na área que forma actualmente o concelho de Rio Maior. Constatou-se que existem registos de presença humana nesta região desde há 600 000 anos a.C., que existem vestígios de cultos dos mortos desde o Neolítico (5.000 a.C. – 2.000 a.C), com a prática de enterramentos em necrópoles, e que, desde então, esta área conheceu a introdução sucessiva de novas culturas e ritos, com a presença romana, muçulmana e cristã.

Foi possível observar ainda, que ocorreram casos de sincretismo de cultos, por exemplo: a associação de divindades de origem distinta; a reutilização de espaços, como a transformação da Anta de Alcobertas numa capela de invocação de Santa Maria da Madalena, que pode ser considerada a continuidade de um culto a uma Deusa-Mãe; a sobreposição de festividades, como o pode ser considerado o Dia do Bom Verão; e a continuidade de cultos e de práticas religiosas anteriores, camuflados por uma nova potência religiosa, como por exemplo a devoção popular às imagens que pode ser considerada uma continuidade de idolatria.

Este trabalho abordou ainda, a análise da imagética do património artístico do concelho, nomeadamente: a simbologia das cores utilizadas no vestuário da Virgem Maria; o significado dos atributos das peças artísticas como por exemplo os da Ninfa Fontenária de Rio Maior; e realizou uma análise da evolução artística, identificando casos de transformação como na passagem da Idade Média para o Barroco e no Movimento de Renovação de Arte Religiosa da Igreja Católica.

Na terceira parte do trabalho, foram propostos dois projectos de roteiro turístico para a elaboração de um pela Câmara Municipal de Rio Maior, com o objectivo de permitir a fruição deste património a um público mais alargado.

Os principais obstáculos para a realização deste trabalho foram a carência de informação documental e a impossibilidade de visitar facilmente o interior do património construído. No primeiro caso, existem poucos estudos académicos sobre a história do concelho e as fontes históricas encontram-se espalhadas por diferentes arquivos e, provavelmente, existe ainda mais documentação por descobrir. Mas existe a consciência de que a recolha de informação efectuada foi a mais vasta possível dentro dos prazos para a realização deste estudo.

No segundo caso, devido a uma vaga de assaltos ao património religioso do concelho, os templos católicos encontram-se, normalmente, encerrados ao público, só abrindo as suas portas para cumprirem as suas funções litúrgicas. Logo, a visita a este património decorreu ao longo de vários meses, e estava dependente ou da realização dos serviços religiosos ou da disponibilidade dos responsáveis pelas chaves desses edifícios. Em todo o caso, era necessário lidar com os receios das populações locais, que receavam novos assaltos e, por isso, duvidavam das intenções das pessoas que desejavam visitar esse património.

Anexos

Inventário da Arquitectura Religiosa do Concelho de Rio Maior



Estalactite da Gruta de Alcobertas, em Chãos. Imagem obtida no site <http://www.cm-riomaior.pt/riomaior/Concelho/Turismo/GrutaAlc.htm>.

Nº inventário: AR.0001

Designação: Monumento Megalítico

Localização: Alcobertas/Chãos

Título: Gruta das Alcobertas

Descrição:

❖ Composta por quatro salas, com uma extensão de 150 metros de comprimento e, em alguns locais, atinge os nove metros de altura.

Espólio arqueológico associado: ossos humanos, ossos de animais e facas de sílex.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ **Memórias Paroquiais:** Descrita do seguinte modo pelo prior Joam Frazam: “e no lugar das Alcobertas [...] está hũa grutta com a boca para o Sul e se estende pella serra dentro para o Norte, tanto como tem de comprimento o Terreiro do Passo de Lisboa, pouco mais ou menos. No meyo desta grutta está hũa penha como parede a que se sobre por hũa escada de mão; e passando para a outra parte se continua a mesma concavidade outro tanto; por toda esta grutra com as chuvas do Inverno cahe alguma agoa, coada por entre as /p.567/ penhas da mesma serra, e quando chega ao concavo da Lapa vay tão fria que se congela pelas paredes da mesma Lapa, e em outros penedos dell; e fica em bicos e castelinhos muy galantes e fermozos; e se esta agoa vem pura entre as penhas e se congela sobre outras pedras limpas, fica muy branca e cristalina, porem se passa por alguma terra ou se congela sobre a terra fica com a cor da mesma terra que he entre vermelho e pardo, e esta são as mais que se acham e ainda que na cor não são tão vistozas os castelinhos são muy galantes e cortados em pedaços com a pedra em que se congelaram, servem para embrexados que se fazem jardins, e para outras coriozidades.”²⁰¹.

²⁰¹ Cit. João Cosme e José Varandas, “Alcobertas, 1758, Abril, 20”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, *op. cit.*, p. 94.

❖ **Visita:** Com o tempo, estas grutas foram danificadas e, como medida de salvaguarda, é necessário marcar com antecedência uma visita no Gabinete de Turismo ou na Cooperativa da Terra Chã.

Cronologia: Neolítico

Tipologia: Arquitectura religiosa.



Gruta em Nossa Senhora da Luz. Imagem obtida no site do IGESPAR.

Nº inventário: AR.0002

Designação: Monumento Megalítico

Localização: Rio Maior/Nossa Senhora da Luz

Título: Grutas em Nossa Senhora da Luz

Descrição:

❖ A Gruta da Nossa Senhora da Luz foi utilizada como uma necrópole.

❖ À semelhança de outras grutas no concelho, foi ocupada sucessivamente ao longo do tempo, desde o

Neolítico até ao Calcolítico²⁰².

❖ O seu interior é formado por duas salas de grandes dimensões ligadas por um corredor.

Espólio arqueológico associado:

❖ Foram descobertos enterramentos neolíticos, cujos corpos estavam acompanhados com oferendas funerárias. Entre essas oferendas é de destacar os objectos associados ao universo de carácter “mágico-simbólico”²⁰³, nomeadamente: um cilindro liso de calcário, um machado votivo e dois vasos de calcário, cuja matéria-prima pode também ser conotada com o fabrico de utensílios de carácter sagrado durante o Calcolítico²⁰⁴.

❖ Em Nossa Senhora da Luz, foi descoberta também uma outra necrópole, na Gruta dos Vales.

Espólio arqueológico associado:

❖ Estes túmulos tiveram uma deposição simples e estavam acompanhados com oferendas funerárias (adornos, cerâmica e indústria lítica)²⁰⁵.

Classificação: Gruta da Nossa Senhora da Luz | Monumento Nacional

Cronologia: Neolítico Antigo | Calcolítico

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁰² Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70288/>.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=52959>.

Nº inventário: AR.0003

Designação: Mamoas

Localização: Rio Maior/Rio Maior

Título: *Tumuli da Marinha*²⁰⁶

Descrição:

- ❖ Estrutura tumular de forma circular, com couraça de pedra e tem um pequeno murete interior.
- ❖ De diâmetro máximo de 4 a 5 m.
- ❖ A cerca de 10m SE desta mamoas encontra-se outra estrutura semelhante.
- ❖ Ambas estão bastante destruídas devido à construção de um muro e pela plantação de árvores de grande porte.

Cronologia: Calcólico | Idade do Bronze

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁰⁶ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=2100678>.



Vestígios de ruínas do Castro de S. Martinho.
Fotografia tirada a 10-4-2010.

Nº inventário: AR.0004

Designação: Castro

Localização: Alcobertas/Teira

Título: Castro de S. Martinho ou Monte do Castelo

Descrição:

- ❖ Povoado fortificado, com três linhas de muralha.
- ❖ Encontra-se a 265m de altitude.
- ❖ Está bastante destruído e coberto de vegetação.
- ❖ O sítio foi intervencionado em 1935, por Dr. Manuel Heleno.

Espólio arqueológico associado:

- ❖ Foram recolhidos no local por Afonso Paços e outros: vários machados de cobre, dois de pedra polida, um fragmento de placa de arqueiro e vários fragmentos de grandes vasilhas, provavelmente da Idade do Bronze.
- ❖ Existe o registo de que um morador local, José Tomás, proprietário de terrenos que ficam a Sul do Monte, ao trabalhar a terra, encontrou restos de sepulturas: “umas manchas rectangulares de «terra podre», onde havia vasilhas de barro muitas vezes partidas e alguns objectos metálicos”²⁰⁷.
- ❖ Destas sepulturas nada existe.
- ❖ Entre os objectos metálicos encontrados no local são de destacar: um machado plano de cobre; dois machados de talão providos de um simples anel; um machado de talão provido de duas pegas horizontais; um machado de cubo.

Cronologia: Idade do Bronze | Idade do Ferro

Tipologia: Povoação

²⁰⁷ Vide Afonso Paços e Outros, “Notas Arqueológicas da Região de Alcobertas (Rio Maior)”, *I Congresso Nacional de Arqueologia, Separata do I Vol. Das Actas e Memórias, op. cit.*, p. 287.



Pormenor de um pavimento musivo policromado da *uilla* romana de Rio Maior. Imagem obtida no site Igespar.

Nº inventário: AR.0005

Designação: *Uilla* Romana

Localização: Rio Maior/Rio Maior

Título: *Uilla* Romana de Rio Maior

Descrição:

- ❖ A *uilla* romana de Rio Maior está localizada no centro da cidade.
- ❖ Baseada na análise estilística dos mosaicos defendida por Cristina Fernandes de Oliveira²⁰⁸, é datada do século III/IV d.C.
- ❖ Encontraram-se vestígios da primeira fase da *uilla*, do século I, que foi provavelmente demolida para se a reconstruir de acordo com os novos cânones arquitectónicos e artísticos.
- ❖ A *uilla* romana de Rio Maior terá sido abandonada pelos seus proprietários entre o século IV e V. Cristina Fernandes de Oliveira considera que a última fase de vida da residência foi curto, pois os mosaicos não aparentam desgastes de uso nem restauros antigos²⁰⁹.
- ❖ A destruição do edifício dificulta a reconstituição deste e o desmantelamento das paredes danificou as bordas dos mosaicos.
- ❖ Até à data, somente se pôs à vista a residência da *pars urbana*. Actualmente, estão a descoberto quatro corredores, seis salas e duas absides. Todos os compartimentos estão revestidos a pavimentos musivos policromados que representam elementos vegetalistas e geométricos.

Espólio arqueológico associado:

- ❖ Entre o espólio²¹⁰ encontrado no decurso das investigações na *uilla*, é de destacar: em 1992, foi descoberta uma escultura antropomórfica, em bom estado, do século I, que foi denominada de Ninfa Fontenária de Rio Maior; uma telha curva com uma inscrição paleocristã; um fragmento de coluna, em mármore, com uma cruz inscrita em baixo-relevo; fragmentos de placas em calcário comum e cristalino, de mármore dos mais variados tipos e cores, usados na ornamentação dos rodapés e outras partes arquitectónicas do imóvel; fragmentos de vários objectos de vidro; duas patas de felino, aladas, em bronze, que fariam parte da base de um objecto ainda não determinado; uma asa de um jarro de bronze; algumas moedas; fragmentos de cinco estátuas; e fragmentos de cerâmica.

²⁰⁸ Vide Cristina Fernandes de Oliveira, *A villa romana de Rio Maior. Estudo de Mosaicos*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, *op.cit.*, p. 8.

²⁰⁹ Vide Idem, *Ibidem*, p. 214.

²¹⁰ Vide <http://www.cm-riomaior.pt/riomaior/PracaPublica/Cultura/EspVil.htm>.

- ❖ Perto da *uilla* romana de Rio Maior, foram encontrados vestígios materiais do período visigótico²¹¹, o que sugere mais uma presença cultural nesta região, conseqüente com o controlo visigótico de *Scallabis*²¹².

Cronologia: Séc. I | Séc. III/IV

Classificação: Em vias de classificação

Tipologia: Arquitectura residencial

²¹¹ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=52003>.

²¹² Vide João Medina (dir.), “A Antiguidade Tardia e a Desagregação do Império”, *História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, O Mundo Luso-Romano (II), Portugal Medieval (I)*, op. cit., p. 222.



Anta de Alcobertas, imagem do seu exterior. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Nº inventário: IMV.0001

Designação: Monumento Megalítico/Igreja

Localização: Alcobertas/Alcobertas

Título: Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena

Descrição:

❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco; com um alpendre (século XX); uma torre sineira; um nicho onde está localizada uma imagem de Santa Maria Madalena; e um frontão do século XVIII, com elementos decorativos clássicos e rococós (uma concha). A Anta-capela está adossada à Igreja, a Este.

❖ **Interior:** O templo tem duas naves direccionadas para o altar-mor (a nave principal e a nave lateral, que foi construída em 1999); dois altares colaterais; e uma capela, esta dedicada a Santa Maria Madalena.

Componentes:

❖ Anta-capela de Santa Maria Madalena:

- **Exterior:** Dez esteios de grande espessura (oito formam a câmara e dois o corredor, com uma laje por cima); a câmara é encimada por um pequeno telhado, datado do século XVII/XVIII, consequência da fractura do chapéu em data incerta.
- **Interior:** O arco da capela é forrado a azulejos de estilo padrão (a azul e amarelo); sobre a entrada, encontra-se um conjunto de vinte e cinco azulejos figurando a santa no momento da crucificação, onde se lê a seguinte legenda: “S. M^a da M.”; altar com elementos decorativos pintados, deteriorados. Neste encontra-se uma representação azulejar da Santa Maria Madalena, enquanto pecadora. Não existe espólio arqueológico associado.

❖ Altar-mor: A mesa é contemporânea e apresenta elementos decorativos semelhantes à pia baptismal, nomeadamente, duas colunas com fitas entrelaçadas e a representação de vasos com plantas.

❖ Altares colaterais: Durante as ampliações da Igreja, estes foram bastante adulterados. Actualmente, são formados por dois nichos que, no seu interior, são decorados com uma concha em alto-relevo e o seu arco é composto por duas colunas rectangulares.

❖ Elementos a destacar: A nave original é decorada por um silhar de azulejos de tipo padrão (a azul e amarelo), do século XVI, que é imitado no resto da igreja; púlpito do século XVII/XVIII com elementos decorativos clássicos (colunas rectangulares, caneladas).

Nota Histórico-Artística:

- ❖ Alcobertas foi instituída como freguesia a 4 de Julho de 1536, por D. Afonso, Cardeal de S. Brás, arcebispo de Lisboa. A localidade de Alcobertas tornou-se sede de freguesia e a Igreja de Santa Maria Madalena foi elevada a sede paroquial. Pertenceu ao concelho de Alcanede até 24 de Outubro de 1856, data de integração no concelho de Rio Maior.
- ❖ A sua toponímia tem origem árabe, derivado de “alcoble” ou “al-coble”, que significa “pequena torre ou torrinha”²¹³.
- ❖ No século XVIII, esta freguesia pertencia ao patriarcado de Lisboa, comarca de Santarém²¹⁴. E, por pertencer ao concelho de Alcanede, estava abrangida pela Ordem de S. Bento de Avis²¹⁵.
- ❖ **Memórias Paroquiais:** A especificidade da Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena consiste na adaptação de um monumento funerário neolítico (uma anta) numa capela cristã. A sua evolução histórica está documentada pelo prior da vila de Alcanede, Joam Frazam²¹⁶: “Das outras três freguezias sufraganeas a Matris hé a primeira e mais antiga do lugar de Alcubertas; a sua igreja antes de ser freguezia era hũa ermidinha pequena e tosca, e as suas paredes formadas de hũas pedras grandes que ali criou a natureza, e entre ellas se compôs a pobre ermidinha e ali collocaram para ser venerada hũa imagem de Santa Maria Magdalena e esta foi a /p.560/primeira igreja que teve esta freguezia, a qual foi instituhida por hũa carta de licença do Senhor D. Affonço, cardeal de S. Bras, arcebispo de Lisboa, passada em quatro de Julho de 1536, que está no cartório da igreja de Alcanede; depois vendo os freguezes que lhe era necessário igreja mayor, a fizeram no mesmo lugar, deixando ficar esta mesma ermidinha aberta com hum arco na mesma igreja, no meyo da parede na parte do Evangelho; e ficou a nova igreja da mesma invocação de Santa Maria Magdalena; está fora do lugar com pouca vezinhança;”²¹⁷.
- ❖ A Igreja de Santa Maria da Madalena é a sede paroquial da freguesia.

Classificação: Imóvel de Interesse Público. Decreto n.º 41 191, DG n.º 162, de 18-07-1957.

Cronologia:

Neolítico | Monumento Megalítico.

Idade Média | O espaço foi recuperado e utilizado como capela cristã de invocação de Santa Maria da Madalena.

²¹³ Vide <http://turismoriomaior.blogspot.com/2009/12/11.html>.

²¹⁴ Vide João Cosme e José Varandas, “Alcobertas, 1758, Abril, 20”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., p. 91.

²¹⁵ Vide João Cosme e José Varandas, “Alcanede, 1758”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., p. 418.

²¹⁶ Cit. Idem, *Ibidem*, p. 421.

²¹⁷ Cit. Idem, *Ibidem*, pp. 421-422.

XVI | Moderna | Em 1536 foi construída uma ampliação. O acesso à anta, onde se localizava o altar-mor, era realizado pelo interior da ampliação |

XVII e XVIII | Moderna | Novas ampliações e rotação do templo. A anta perdeu a função de altar-mor.

XX | Contemporânea | Primeira metade do século XX, construção de um alpendre e aumento da torre sineira | 14 de Julho de 1996, obras de embelezamento do adro foram concluídas | 29 de Novembro de 1999, ampliações da Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena.

Tipologia: Arquitectura religiosa.



“Torre Mourisca” da Igreja Paroquial de São João Baptista. Fotografia tirada a 22-02-2011.

Nº inventário: IMV. 0002

Designação: Mesquita/Igreja

Localização: São João da Ribeira/São João da Ribeira

Título: Igreja Paroquial de São João Baptista da Ribeira

Descrição:

❖ De acordo com a tradição local, a Igreja Paroquial de São João Baptista é uma adaptação de uma antiga mesquita que existiria neste local, construída em 1111. Porém, não existem estudos científicos que comprovem que este edifício tenha como origem uma mesquita.

❖ A população local denomina a torre como “Torre Mourisca”. Esta é circular, coroadada por merlões e assemelha-se ao modelo de minarete agulha²¹⁸, como o seu tecto cónico pontiagudo.

- ❖ **Exterior:** A Igreja está caiada de branco e foi alvo de remodelações nos séculos XVIII (1767), XIX (1829;1868) e XX. Sobre uma porta lateral, encontra-se um relógio de sol datado de 1868, em bom estado.
- ❖ **Interior:** O seu interior é formado por uma nave única, altar-mor, dois altares colaterais, a capela do Espírito Santo e um coro apoiado em duas colunas.

Componentes:

- ❖ **Altar-mor:** O Arco triunfal é composto por duas colunas clássicas. A parede do altar, em baixo, é forrada a azulejos (azuis, amarelos e verdes) mudejâres de aresta, do século XVI.
- ❖ **Altares colaterais:** Semelhantes entre si, os dois altares colaterais apresentam elementos decorativos barrocos (colunas lisas e colunas salomónicas, com o capitel decorado com elementos vegetalistas; o remate do arco é decorado com elementos vegetalistas). Foram alvo de várias camadas de tinta e nos locais onde a tinta lascou é possível observar a pintura subposta.
- ❖ **Capela do Espírito Santo:** As paredes estão caiadas de branco. No arco abobadado da entrada desta existem vestígios de uma pintura anterior e uma inscrição em latim.

Elementos a destacar:

- ❖ A nave original é decorada por um silhar de azulejos de tipo padrão (a azul e amarelo), do século XVI, que é imitado no resto da igreja.
- ❖ O púlpito é do século XVII/XVIII, com as colunas decoradas com elementos vegetalistas.

²¹⁸ Vide Gabriele Mandel Khân, *Dicionário das Religiões: Islão II, op. cit.*, p. 57

- ❖ O chão e o tecto foram, recentemente, alterados.
- ❖ É de destacar as cabeceiras de sepulturas medievais, reaproveitadas como degraus de acesso ao púlpito.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ **Memórias Paroquiais:** De origens remotas, a freguesia de São João da Ribeira já existia em 1111. Sobre esta freguesia o Vigário Carlos Jozé da Moura²¹⁹ afirmou o seguinte: “Esta freguezia de São João da Ribeyra he deste Patriarcado do termo e Comarca da villa de Santarem. (...) Toda esta freguezia paga outavos sua Magestade que Deos guarde, excepto o lugar de Mallaqueijo, que os servimos ao Excellentissimo Duque de Lafoens. (...) Esta freguezia he vigarara e he da apresentação dos Padres da Congregação de São João Evangelista do Convento de São Bento de Xabregas, teria de venda para o vigário cento e sincoenta mil reis, pouco mais ou menos. (...) Há nesta freguezia hum hospício de Relligiozos Dominicos subjecto ao Convento da Serra de monte junto de Nossa Senhora das Neves.”
- ❖ A Igreja de São João Baptista é a sede paroquial das seguintes freguesias: a de São João da Ribeira, a de Ribeira de São João, e a de Malaqueijo.

Cronologia: 1111 | XVI | 1767 | 1829 | 1869 | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²¹⁹ Vide Ribeira, Santarém, Memórias Paroquiais, Vol. 31, nº 91, pp. 536 a 546. [Transcrição de Lúcia Jorge].



Fachada da capela de Nossa Senhora da Vitória. Fotografia tirada a 20-7-2010.

Nº Inventário: IMV.0003

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Rio Maior

Título: Capela de Nossa Senhora da Vitória

Descrição:

❖ Obra medieval, situa-se junto ao local de um antigo Paços Senhoriais medieval, no ponto mais alto da cidade, sendo a sua torre visível de vários pontos da cidade.

❖ Desconhece-se a sua data de edificação, mas existem fontes que a referem em 1516²²⁰. Neste local também poderá ter existido um castelo.

- ❖ Foi reconhecida pela Capela das Almas por ter pertencido à Irmandade das Almas e pertenceu também a Igreja da Misericórdia de Rio Maior.
- ❖ Foi restaurada recentemente.
- ❖ **Exterior:** A torre sineira tem na sua frente dois pináculos e um relógio de sol do século XVIII; o telhado da torre tem quatro pináculos; o arco da porta é de calcário e de linhas direitas; o arco da janela tem uma forma ogival ou em ponta, típica do estilo gótico; e o telhado tem três pináculos (dois defronte da torre) e uma cruz.
- ❖ **Interior:** Capela de nave única, coro apoiado em colunas e o seu altar-mor encontra-se destruído. O seu espaço está ocupado por estantes, pois tem como função albergar materiais recolhidos nas campanhas arqueológicas efectuadas pelo Departamento de Arqueologia.

Cronologia: Medieval | 1516 | XVIII | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²²⁰ Vide <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/sitios/?sid=sitios.resultados&subsid=56215>.



Fachada da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo. Fotografia tirada a 13-05-2010.

Nº inventário: IMV. 0004

Designação: Igreja

Localização: Rio Maior/Rio Maior

Título: Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo

Descrição:

- ❖ **Exterior:** Composta por dois pisos, segue a proporção da arquitectura renascentista, isto é, a altura iguala a largura²²¹, sendo também característico do “estilo chão”. Por último, apresenta um frontão inacabado em voluta, com um nicho com uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em pedra, e no topo uma cruz.
- ❖ **Interior:** A sua planta interior é formada por uma nave central, coberta de um tecto de madeira, de três planos; um altar-mor, dois colaterais e um lateral; e um coro singular, que se dobra em dois corpos laterais apoiados em arcarias.

Componentes:

- ❖ **Altar-mor:** O arco triunfal é formado por duas colunas de calcário. O altar-mor apresenta os seguintes elementos decorativos: a talha dourada (madeira revestida a ouro); colunas salomónicas; representação de anjos (de corpo inteiro ou somente a suas cabeças, cujas expressões variam entre o sorridente e o triste); folhagem e cachos de uvas; símbolos cristãos como o cordeiro, a pomba que simboliza o Espírito Santo (está representada vinte e três vezes: uma a sair da tiara papal; dezasseis apoiadas nos ramos a bicar as uvas; seis de asas abertas) e o coração da Paixão de Cristo na tiara papal.
- ❖ **Altar lateral:** O arco é formado por duas colunas de calcário que rematam num coração da Paixão de Cristo. O altar é composto por duas colunas lisas com os capitéis trabalhados, que suportam um frontão onde está representado o coração da Paixão de Cristo e uma coroa. Tem como elementos decorativos a talha dourada e a representação de folhagem e de flores. Por debaixo deste existe uma câmara com uma porta de vidro e no interior está uma imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo, no túmulo.
- ❖ **Altars colaterais:**
 - O altar da esquerda é uma obra quinhentista²²². Tem duas colunas coríntias com os capitéis trabalhados. No topo do frontão está representada uma figura

²²¹ Vide Penélope Davies e outros, “O Renascimento Tardio e o Maneirismo em Itália no Século XVI”, *A Nova História da Arte de Jansen, A Tradição Ocidental*, op. cit., p. 619.

humana, um homem, que está a segurar uma faixa com a seguinte inscrição: “Ave Maria”. Por debaixo desta figura, estão esculpidos anjos, luas e estrelas. Provavelmente, estes símbolos remetem para um culto de Nossa Senhora da Assumpção. O nicho é decorado com rosários e a representação de dois perfis da cabeça de dois homens, com rufos. Sobre estas cabeças e na base do altar estão representadas flores.

- O altar da direita é uma obra quinhentista²²³. Tem duas colunas coríntias com os capitéis trabalhados. Os elementos decorativos consistem em figuras geométricas (ovais e quadrados esculpidos) e no nicho uma concha, o que faz supor uma alteração feita no século XVIII.
- ❖ Nave: A nave central da igreja é decorada por um silhar de azulejos de padronagem do século XVII, a meia-parede. Estes formam um gradeamento (fundo branco com barras a azul, ao alto), com um friso azul e amarelo.
- ❖ Tectos: Os tectos pintados foram alvo de um restauro recentemente. Iconograficamente, o tecto do altar-mor tem no centro um cordeiro que representa Cristo Salvador, tendo uma dimensão apocalíptica. O segundo tecto representa a Paixão de Cristo, com os símbolos das várias fases: a Última Ceia (pão e água); a tortura (o pilar e o chicote romano); e a crucificação (a cruz, à sua direita a lança que feriu Cristo, à sua esquerda um pau com uma esponja que teria água e vinagre e no chão uma adaga.
- ❖ Epígrafes: A maioria das epígrafias são ilegíveis, quer por desgaste quer por distância. Estão localizadas no chão, no fim das escadas, no tecto do altar-mor, e ao pé do altar da *Mater Dolorosa*. Este último é legível e o seu conteúdo é: “Altar da Senhora das Dores Privilegiado,, in perpetuum,, para Segundas, Quartas e Sextas-feiras de cada semana, e todo o Oitavario dos Santos: por Breve de Pio VI. Expedido em XXII de Março de MDCCXCIII”. Portanto, data de 22 de Março de 1793.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ Esta Igreja, aquando a ruína da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, assumiu as funções de Igreja Paroquial desde o século XVIII²²⁴ até 1968, data da inauguração da Igreja Nova, a actual igreja matriz.

²²² Vide Gustavo de Matos Sequeira, “Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição”, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Santarém, op. cit.*, pp. 55-56.

²²³ Idem.

²²⁴ Vide “De uma vez por todas... a nossa feira anual já em se realizava Rio Maior no ano de 1722”, Amândio Videira Santos, *Região de Rio Maior*, 90.10.05, p. 8.

- ❖ Possuía por Orago a Nossa Senhora da Conceição mas, com a transferência de funções, passou a ter como Orago a Rainha Santa Isabel, padroeira das Misericórdias²²⁵.
- ❖ **Memórias Paroquiais:** Foi descrita do seguinte modo por Frei João da Cunha: “Esta Igreja é do Priorado da Ordem de Aviz, que tem renda três moios de trigo, dois de cevada e 20 mil réis em dinheiro. Tem um benefício usado também como uma Ordinária de dois moios de trigo, moio e meio de cevada e 10 mil reis em dinheiro. Em Rio Maior, há quatro Irmandades na Matriz, que são a do S.mo Sacramento, a do N. S. do Rosário, a do Espírito Santo e a do Menino Jesus”²²⁶.
- ❖ Em 1759, recebeu a Irmandade da Misericórdia e cumpre até à data as suas funções de Igreja da Misericórdia.

Cronologia: Medieval | XVI | XVII | XVIII | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²²⁵ Vide <http://www.cm-riomaior.pt/riomaior/Concelho/LocaisInteresse/Roteiro+da+Cidade.htm>.

²²⁶ Vide “A Vida em Rio Maior no Século XVIII”, Baseada num documento arquivado na Torre do Tombo em Lisboa, Investigado pelo Prof. Arnaldo da Soledade, *Jornal do Oeste*, nº 423, 6 de Abril de 1968.



Fachada da capela de Nossa Senhora da Escusa.
Fotografia tirada a 23-4-2011.

Nº inventário: IMV. 0005

Designação: Capela

Localização: São João da Ribeira/Casais da Atágueda

Título: Capela de Nossa Senhora da Escusa

Descrição:

❖ Capela medieval, que foi alvo de obras de remodelação em 1989.

❖ **Exterior:** Capela caida de branco, com um alpendre e uma cruz de braços trifólios.

❖ **Interior:** Planta rectangular, de nave única. O altar-mor é uma mesa de pedra, contemporânea, de colunas lisas e tem dois altares colaterais sem elementos decorativos incorporados.

Cronologia: Medieval | 1989

Tipologia: Arquitectura religiosa.



Fachada da capela do Espírito Santo. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Nº inventário: IMV. 0006

Designação: Capela

Localização: Alcobertas/Teira

Título: Capela do Espírito Santo

Descrição:

❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco; no telhado tem arco com um sino, no lado esquerdo, e uma flecha, no lado direito. Ampliação do lado esquerdo sem

ligação interna com a capela.

- ❖ **Interior:** Capela de nave única; a pia da entrada não tem elementos decorativos; um altar-mor contemporâneo; a pomba, que simboliza o Espírito Santo, está na mesa do altar.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ Não é referida nas Memórias Paroquiais, todavia, estas referem uma localidade “Feira”²²⁷. Uma vez que, actualmente, não existe nenhuma localidade com este nome na freguesia e a proximidade gramatical com Teira, indiciam que os párocos se estavam, provavelmente, a referir esta localidade: “Santo Ignacio, bispo, em o lugar da Feira;”²²⁸ e “Feira com huã ermida de Santo Ignacio, e tem 83 fogos e pessoas 296”²²⁹. Porém, para as populações locais, esta capela é conhecida como a Capela do Espírito Santo. A única capela desta invocação nas Memória Paroquiais é descrita do seguinte modo: “e o Divino [E]spirito Santo no lugar principal de Alcobertas.”²³⁰. O lugar principal de Alcobertas deveria ser a própria aldeia de Alcobertas, mas existe a possibilidade do pároco estar a referir Teira. Por outro lado, a tradição local afirma que esta capela foi construída para substituir a de São Martinho e para albergar o Santo. Portanto, existem várias invocações associadas a esta capela: Espírito Santo; Santo Inácio, bispo; e São Martinho.

Cronologia: Medieval | Contemporâneo

Tipologia: Arquitectura Religiosa

²²⁷ Cit. João Cosme e José Varandas, “Acobertas, 1758, Abril, 20”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., p. 92.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Cit. João Cosme e José Varandas, “Alcanede, 1758”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., p. 422.

²³⁰ Cit. João Cosme e José Varandas, “Acobertas, 1758, Abril, 20”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., p. 92.



Parede lateral esquerda da Capela de Nossa Senhora da Barreira. Fotografia tirada a 3-4-2011.

Nº inventário: IMV. 0007

Designação: Capela

Localização: Ribeira de São João/Ribeira de São João

Título: Capela de Nossa Senhora da Barreira

Descrição:

- ❖ Existem registos de que esta capela já

existia no século XIV²³¹.

- ❖ Foi remodelada em 1983.
- ❖ O vigário Carlos Jozé da Moura descrevia a localidade do seguinte modo²³²: “A Irmida de Nossa Senhora da Barreyra está ao pé de quatro moradores e também he da administração do povo.”
- ❖ **Exterior:** Fachada com alpendre. Preservação dos contrafortes do lado esquerdo do edifício. Torre sineira com volutas e duas colunas lisas.
- ❖ **Interior:** Templo de nave única, tecto de madeira, altar-mor, um altar colateral e púlpito rectangular, de linhas direitas.

Componentes:

- ❖ O retábulo do altar-mor tem duas colunas lisas e com um frontão rectangular.
- ❖ O altar colateral é uma estrutura de madeira com duas colunas lisas e um frontão rectangular, semelhante ao altar-mor.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ Durante um curto período de tempo no século XVIII, Ribeira de S. João pertenceu à freguesia de Rio Maior.
- ❖ Elevada a freguesia a 16 de Maio de 1984, foi desanexada da freguesia de São João da Ribeira.
- ❖ A capela de Nossa Senhora da Barreira tem direitos paroquiais e está anexa à Paróquia de São João da Ribeira.

Cronologia: XIV | XVIII | 1983

Tipologia: Arquitectura religiosa

²³¹ Vide José Manuel Paixão da Silvam “Na Ribeira de São João”, *Ribeira de São João, a capela de Nossa Senhora da Barreira, através dos tempos*, Rio Maior, Edição do Autor, 2002, p. 2.

²³² Vide Ribeira, Santarém, Memórias Paroquiais, Vol. 31, nº 91, pp. 536 a 546. [Transcrição de Lúcia Jorge].



Fachada da Capela de Santo Amaro.
Fotografia tirada a 23-10-2010.

Nº inventário: IMV. 0008

Designação: Capela

Localização: Alcobertas/Sourões

Título: Capela de Santo Amaro

Descrição:

❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco, com uma torre encimada por duas flechas. Sobre a porta encontram-se três inscrições: “4 de Maio Anno do Sor de 1590” (data de inauguração); “Readificada pelo povo em 1912” (data de obras efectuadas na capela); “Ratificada pelo povo do lugar em 1975” (reconhecida pelo povo em 1975).

❖ **Interior:** Capela de nave única e um coro apoiado em colunas. O altar-mor é formado por um arco composto de duas colunas clássicas e um nicho rococó (o interior é decorado com uma concha em alto-relevo).

Nota Histórico-Artística: É referida nas Memórias Paroquiais²³³ da freguesia das Alcobertas.

Cronologia: 1590 | XVIII | 1912 | 1975

Tipologia: Arquitectura religiosa

²³³ Vide João Cosme e José Varandas, “Alcanede, 1758”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., 422.



Torre sineira da Capela de São Brás.
Fotografia tirada a 6-11-2010.

Nº inventário: IMV. 0009

Designação: Capela

Localização: Malaqueijo/Malaqueijo

Título: Capela de São Brás

Descrição:

- ❖ Capela do século XVI.
- ❖ Foi alvo de remodelações entre 1980 e 1985, que alteraram substancialmente o seu aspecto.
- ❖ **Exterior:** Edifício caiado de branco, torre quadrangular e tem um alpendre na fachada.
- ❖ **Interior:** Capela de nave única, o nicho do altar-mor é do século XVIII, formado por um arco de duas colunas

lisas (elementos decorativos clássicos) e a representação de uma concha.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ É referida nas Memórias Paroquiais da freguesia de São João da Ribeira²³⁴.
- ❖ A Capela de São Brás contem direitos paroquiais e pertence à Paróquia de São João da Ribeira.

Cronologia: XVI | XVIII | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²³⁴ Vide Ribeira, Santarém, Memórias Paroquiais, Vol. 31, nº 91, pp. 536 a 546. [Transcrição de Lúcia Jorge].



Fachada da Igreja Paroquial de São Francisco de Assis. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Nº inventário: IMV. 00010

Designação: Igreja

Localização: Vila da Marmeleira/Vila da Marmeleira

Título: Igreja Paroquial de S. Francisco de Assis

Descrição:

❖ Originalmente era uma capela de invocação de S. Francisco de Assis, a qual deve ter sido ordenada construir por ordem do Abade de Alcobaça, entre os finais do século XVI²³⁵. Desta antiga ermida, sobrevive parte da abóbada de pedra onde está o Altar de Nossa Senhora da Conceição. Foi ampliada em 1755, data legível sobre a porta principal. Foi, novamente, ampliada em 1900 e restaurada em 1943 e 1944:

“O antigo tecto da igreja era de madeira, ornamentado com uma pintura, muito simples, tendo sido substituído por outro, mas liso. O soalho deu lugar a um piso de tijoleira, que ainda hoje se mantém. Os altares também foram restaurados”²³⁶.

- ❖ **Exterior:** A fachada é caiada de branco; tem um alpendre e é encimada por uma cruz e duas flechas; a torre sineira é quadrangular, terminada em cúpula, com três sinos e tem quatro flechas.
- ❖ **Interior:** O interior é simples em termos decorativos, sendo formada por uma nave única, um coro apoiado em colunas, um altar-mor e dois altares colaterais.

Componentes:

- ❖ A capela-mor tem um tecto semi-esférico e o altar é policromado com elementos decorativos clássicos.
- ❖ Os dois altares colaterais são de madeira policromada do século XVIII. São ambos decorados com elementos decorativos que remetem para as construções clássicas, nomeadamente, colunas com um capitel trabalhado e um frontão, a imitar mármore.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ A povoação da Marmeleira remonta historicamente a 1527 e foi elevada a vila a 25 de Abril de 1927.
- ❖ A freguesia da Vila da Marmeleira foi desanexada da freguesia de S. João da Ribeira a 16 de Maio de 1878, formada pelas localidades Marmeleira e Assentiz, devido na altura não haver

²³⁵ Vide Joaquim António Lopes do Rosário, “Templo Religioso”, *Pequena monografia da freguesia da Vila da Marmeleira*, Vila da Marmeleira, Livrejo, 1994, p. 29.

²³⁶ Cit. Idem, *Ibidem*, pp. 29-30.

“comunicação fácil para a sede actual da freguesia de São João Baptista da Ribeira”²³⁷. Como na povoação da Marmeleira havia um “templo com suficiente capacidade e mais condições necessárias para serem recebidos”²³⁸, este foi elevado a Paróquia com a invocação de S. Francisco de Assis.

- ❖ Actualmente, é a sede paroquial das seguintes freguesias: da Vila da Marmeleira e da freguesia de Assentiz, criada em 1989.

Cronologia: XVI | 1755

Tipologia: Arquitectura religiosa

²³⁷ Cit. “Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos, Segunda Repartição (Paço em 16 de Maio de 1878)”, in Bernardo Varela, *Esboço histórico: Vila da Marmeleira*, Rio Maior, Edição do Autor, 1965, p. 9.

²³⁸ *Idem.*



Fachada da Igreja Paroquial de S. Gregório Magno.
Fotografia tirada a 10-4-2011.

Nº Inventário: IMV.0011

Designação: Igreja

Localização: Arruda dos Pisões/Arruda dos Pisões

Título: Igreja Paroquial de S. Gregório Magno

Descrição:

➤ **Exterior:**

➤ Na sua frontaria é de destacar o frontão, encimado por uma cruz de braços trifólios; pilastras rematadas por pináculos; sobre uma porta secundária existe a representação de uma tiara papal, em alto-relevo, e uma data (1562).

- No largo da Igreja encontra-se uma cruz com a inscrição: “1734 ANS” (data provável da sua construção).
- **Interior:** Edifício de nave única, com um coro, um altar-mor e dois altares colaterais.

Componentes:

- ❖ O retábulo do altar-mor é de madeira e ocupa toda a superfície desde o chão ao tecto; a madeira é policromada (castanho, verde, dourado e azul); é composto por seis colunas de influência clássica e os capitéis são decorados a talha dourada; o topo é decorado com talha dourada com o símbolo do Vaticano: a tiara papal sobre duas chaves sobrepostas. O nicho é forrado com um tecido vermelho.
- ❖ A nave é decorada com um silhar de azulejos de padrão a azul e branco, do século XIX.
- ❖ O púlpito é rectangular e com elementos decorativos barrocos.
- ❖ A pia baptismal, em forma de cálice indica, na sua base, a data de 1568.
- ❖ A pia na entrada apresenta a forma de uma concha (séc. XVIII).
- ❖ Os dois altares colaterais encontram-se despojados de qualquer elemento decorativo.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ A Freguesia de Arruda de Pisões foi criada em 1702²³⁹. É uma das freguesias mais antigas do concelho. Crê-se que a sua toponímia remete, respectivamente, para uma planta utilizada para fins medicinais e para um instrumento utilizado para a moagem de cereais ou faz referência a uma indústria de panos, dado que existia uma máquina com esse nome para dar mais consistência aos panos.

²³⁹Vide <http://www.cm-riomaior.pt/riomaior/Autarquia/JuntasFreguesia/Junta+de+Freguesia+de+Arruda+dos+Pis%C3%B5es.htm>.

- ❖ O Padre Luís Cardoso, em 1758, forneceu as seguintes indicações a respeito desta freguesia: “Este lugar da Arruda dos Pizões é do termo e comarca de Santarém, do Patriarcado de Lisboa, que antigamente eram os seus moradores fregueses da Colegiada de Santa Maria d Alcaçova da dita vila de Santarém, de onde dista três léguas, por cuja causa se tornou freguesia separada há sessente e seis anos. Pertence ao Mestrado de Aviz, e o seu Comendador ao Presente é o Conde de Unhais.”²⁴⁰. A Igreja Paroquial de S. Gregório Magno ficou bastante arruinada com o Terramoto de 1755: “No terramoto de mil setecentos e setenta e cinco só a igreja que se achava bastante arruidada, padeceu maior ruína que ainda não está reparada”²⁴¹. Portanto, foi durante a sua recuperação que foi dotada de elementos decorativos barrocos.

Cronologia: 1562 | XVIII | XIX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁴⁰ Cit. “Apontamentos para uma história regional: O Concelho de Rio Maior há 200 anos...Arruda dos Pizoens”, *Folha Quinzenal de Informação Regionalista*, Quinta-feira, 1 de Maio de 1940.

²⁴¹ Idem.



Fachada da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação. Fotografia tirada a 01-11-2010.

Nº Inventário: IMV.0012

Designação: Igreja

Localização: Arrouquelas/Arrouquelas

Título: Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação

Descrição:

- ❖ Não se conhece a data da sua edificação.
- ❖ Este templo foi alvo de acrescentos nos séculos XVII e XVIII.

- ❖ **Exterior:** Na sua fachada é de destacar o seu alpendre e o portal maneirista em calcário lavrado, ostentando anjos em baixo-relevo a segurar correntes de folhas e flores. No espaço que a engloba é de destacar, ainda, um relógio de sol, datado de 1869; e uma fonte de origem medieval.

- ❖ **Interior:** É uma igreja-salão²⁴², de nave única, com um altar-mor e dois altares colaterais. As paredes são decoradas com um silhar de azulejos padrão policromado do século XVII até meia parede. O seu púlpito é circular apoiada numa coluna. No tecto encontra-se uma pintura a representar o milagre da aparição da Nossa Senhora da Encarnação.

Componentes:

- ❖ Altar-mor: O arco do retábulo é formado por duas colunas pintadas; a capela-mor é revestida por azulejos do tipo padrão, do século XVI; tectos e paredes pintadas com elementos decorativos de influência barroca (querubins, tochas e elementos vegetalistas). Estas pinturas foram recentemente restauradas, o que as adulterou e, deste modo, impossibilita a sua datação.
- ❖ Altares colaterais: São dois altares de madeira, policromada, cuja pintura procura imitar mármore; são idênticos; o recente restauro impossibilita a sua datação.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ A freguesia de Arrouquelas foi desanexada da freguesia de S. João da Ribeira, a 19 de Fevereiro de 1962.

²⁴² Vide Penelope J. E. Davies e outros, “Glossário”, *op. cit.*, p. 5.

- ❖ É referida nas Memórias da freguesia de São João da Ribeira²⁴³: “Arroquellas consta de setenta e tres vizinhos” e “a Irmida de Nossa Senhora da Encarnação fica ao pé do lugar de Arroquellas, he da administração do povo”.
- ❖ Situada a sul do concelho, tinha uma feira a 15 de Setembro que funcionou desde 1674 a 1739²⁴⁴, levada a cabo pela Irmandade da Nossa Senhora da Encarnação cujos lucros foram remetidos para fazer obras na Igreja Paroquial.

Cronologia: XVI | XVII | XVIII | XIX | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁴³ Vide Ribeira, Memórias Paroquiais, Vol. 31, nº 91, p. 526. [Transcrição de Lúcia Jorge].

²⁴⁴ Vide <http://turismoriomaior.blogspot.com/2009/12/11.html>.



Fachada da Capela de Nossa Senhora da Vitória.
Fotografia tirada a 01-11-2010.

Nº Inventário: IMV.0013

Designação: Capela

Localização: Assentiz/Assentiz

Título: Capela de Nossa Senhora da Vitória

Descrição:

❖ Esta capela, do século XVI, é propriedade privada da quinta dos morgados e viscondes de Assentiz, mas de utilização pública.

❖ Possui um acesso lateral para o jardim da quinta.

- ❖ **Exterior:** A sua fachada é caiada de branco; é simples a nível decorativo, sendo de destacar as pilastras: uma é rematada por um pequeno campanário e a outra por um relógio de sol.
- ❖ **Interior:** Capela de nave única, tecto de madeira, altar-mor e dois colaterais sem elementos decorativos. No seu interior, encontram-se três sepulturas epigrafadas quinhentistas de antepassados do primeiro Morgado de Assentiz.

Componentes:

- ❖ **Altar-mor:** O arco é formado por duas colunas caneladas e está bastante fragmentado; é de madeira com elementos decorativos barrocos (elementos vegetalistas e a representação de um querubim) e clássicos (duas colunas com os capiteis decorados com elementos vegetalistas).

Nota Histórico-Artística:

- ❖ Esta freguesia foi criada em 1989, fruto de desmembramento da freguesia da Marmeleira. É a mais recente freguesia do concelho de Rio Maior.
- ❖ A povoação nasceu em redor da Casa Senhorial do Morgado de Assentiz. O título de Visconde de Assentiz foi criado em 23 de Maio de 1908, por D. Carlos.
- ❖ Segundo a tradição local, o Morgado tinha uma amada chamada Maria Afentiz, de onde terá derivado o nome da povoação²⁴⁵.
- ❖ A capela tem direitos paroquiais e encontra-se anexada à Paróquia da Vila da Marmeleira.

Cronologia: XVI | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁴⁵ Vide <http://assentizonline.weebly.com/histoacuteria.html>.



Fachada da Capela de São Domingos.
Fotografia tirada a 23-4-2011.

Nº Inventário: IMV.0014

Designação: Capela

Localização: Asseiceira/Asseiceira

Título: Capela de São Domingos

Descrição:

❖ Templo do século XVII (1618?) foi alvo de remodelações no século XVIII (1728) e no século XX (1926).

❖ Esta capela é referida nas Memória Paroquiais da freguesia de Rio Maior, referindo que estaria sujeita ao Ordinário²⁴⁶.

❖ **Exterior:** da sua frontaria é de destacar a torre sineira; a guarnição clássica da porta principal; e a cruz de braços trifólios.

❖ **Interior:** Templo de nave única, No seu interior é de destacar o altar-mor, cujo retábulo é formado por um arco com duas colunas lisas e, no topo, tem uma cruz de madeira, datada de 1728, profusamente decorada.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ Esta freguesia foi criada em Maio de 1984, tendo sido desanexada da de Rio Maior.
- ❖ Não tem direitos paroquiais e está anexa à Paróquia de Rio Maior.

Cronologia: 1618 | 1728 | 1926

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁴⁶ Vide “A Vida em Rio Maior no século XVIII, Baseada num documento arquivado na Torre do Tombo em Lisboa”, Prof. Arnaldo da Soledade, *Jornal do Oeste*, 6 de Abril de 1968.



Fachada da Igreja Paroquial de Santo António.
Fotografia tirada a 23-4-2011.

Nº Inventário: IMV.0015

Designação: Igreja Paroquial de Santo António

Localização: Fráguas/Fráguas

Título: Igreja Paroquial de Santo António

Descrição:

❖ Como o pároco Joam Frazam descreve: “A sua igreja foi primeira por cima do mesmo lugar, em pouca distancia em hum sitio ermo de huã charneca, e era da invocação de S. Miguel (...) mas vendo os freguezes lhe era necessario reformá-la, determinaram antes de aumentar huã ermida que tinham dentro do mesmo lugar de Fragoas, da invocação de Santo

António, e por determinação do vezitador do Ordinario, e provizão da Meza de Consciencia mudaram para ella a freguezia em dia de S. Mathias, e quatro de Fevereiro de 1622 (...)”²⁴⁷. Portanto, a data de construção original desta igreja é anterior a 1622 e de 1699, data inscrita no arco triunfal, no seu interior.

- ❖ No lavabo da sacristia encontra-se inscrita a data de 1764²⁴⁸.
- ❖ Foi alvo de obras de restauro e reabriu ao público a 13-6-1962.
- ❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco; a torre sineira é quadrangular e tem dois relógios (um com numeração romana e outro com numeração árabe); os arcos são de alvenaria; no topo tem quatro flechas e uma cruz com um galo. Na frontaria, é de destacar o trabalho de alvenaria da janela e a cruz de braços trifólios.
- ❖ **Interior:** Templo de nave única, com um coro, um púlpito, altar-mor, dois altares colaterais e três capelas: a capela de Nossa Senhora do Rosário, a capela de Santo António e a capela da pia baptismal. Estas capelas encontram-se despojadas de qualquer elemento decorativo. A pia baptismal tem forma de cálice e a pia de água benta, que se encontra na entrada principal, também é em forma de cálice, mas a coluna é anelada. O púlpito é do século XVIII e as colunas rectangulares são aneladas com os capitéis trabalhados.

Componentes:

- ❖ Altar-mor: a capela-mor é abobadada; o arco triunfal e o arco do nicho são decorados com duas colunas lisas.

²⁴⁷ “Apontamentos para uma história regional: O Concelho de Rio Maior há 200 anos...Fragoas”, *Folha Quinzenal de Informação Regionalista*, Sábado, 13 de Junho de 1940.

²⁴⁸ Vide José António Ferreira de Almeida (coord.), “Fráguas”, *Tesouros Artísticos de Portugal, op. cit.*, p. 274.

- ❖ Altares colaterais: os dois altares colaterais são do século XVIII, lavrados em cantaria calcária, e têm como elementos decorativos um frontão e volutas.
 - O altar da direita tem uma brasão, em baixo, com a sigla MA, que significa *Maria* (uma referência à Virgem Maria) e no topo um brasão em forma de coração com asas.
 - O altar da esquerda tem um brasão, no topo, com três flechas sobrepostas e o inferior não apresenta nenhuma inscrição.
- ❖ Nave: A sua nave central e altar-mor encontram-se decorados na sua totalidade por azulejos padrão do século XVII, onde figuram dois painéis azulejares sobre as respectivas capelas: um que representa o Santo António e o segundo Nossa Senhora do Rosário.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ A freguesia das Fráguas foi instituída no lugar de S. Miguel em Setembro de 1555²⁴⁹, por Bula papal, e pertenceu ao concelho de Alcanede até 1855, data da extinção deste.
- ❖ O seu nome pode derivar de “*Frávegas*”²⁵⁰, indicando a possibilidade de actividades ligadas ao ferro.
- ❖ A Igreja Paroquial de Santo António engloba as seguintes freguesias: freguesia de Fráguas e a freguesia de São Sebastião.

Cronologia: 1622 | 1699 | 1764 | 1962

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁴⁹ Vide João Cosme e José Varandas, “Alcanede, 1758”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., p. 423.

²⁵⁰ Vide <http://turismoriomaior.blogspot.com/2009/12/11.html>.



Parede lateral direita da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Ribeira. Fotografia tirada a 1-5-2011.

Nº Inventário: IMV.0016

Designação: Igreja

Localização: Outeiro da Cortiçada/Porto de Vala

Título: Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Ribeira

Descrição:

- ❖ Situada num ponto elevado e afastado da povoação, a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Ribeira é um monumento cuja data de construção se desconhece. Na sua fachada encontra-se uma placa com a data de 1776, data provável de alterações, dado que no seu interior no arco triunfal se encontra a inscrição de 1726 e no púlpito a data de 1676.
- ❖ Foi alvo de remodelações no seu interior há pouco tempo.
- ❖ **Exterior:** Da sua fachada é de destacar a torre sineira rematada por pináculos e o trabalho de alvenaria clássica da porta principal.
- ❖ **Interior:** A sua planta é de nave única, decorada por um silhar de azulejos de tipo padrão seiscentista, um coro apoiado em colunas e um púlpito do século XVII, decorado com colunas rectangulares com os coríntios trabalhados. Tem um altar-mor, dois altares colaterais e uma divisão onde se encontra a pia baptismal.

Componentes:

- ❖ Divisão da pia baptismal: esta divisão é decorada com o mesmo silhar de azulejos da nave e no chão está uma lápide com a seguinte inscrição: “AQUI JAZ MANOEL FILHO DE MANOEL SARAM PIDREIRO NA [ilegível] DALMOS FALICEO AOS DOZE EXE DE NO VI [ilegível] DE [ilegível]”.
- ❖ Altar-mor: do século XVII/XVIII, as pinturas murais foram restauradas recentemente.
 - No tecto, está pintada uma coluna com uma pomba desenhada, no fuste, e o capitel é circular, com raios solares a sair deste. Na parede frontal, está pintada uma coroa sobre duas penas verdes cruzadas. Os restantes elementos decorativos pintados são formas geométricas cujas cores variam entre o rosa, verde-claro e cinzento.
 - A parede do púlpito, em baixo, está ainda decorada com um silhar de azulejos, com o mesmo padrão entrelaçado, a azul e amarelo, seiscentista, do resto da Igreja.
 - O nicho central é formado por um arco clássico e tapado por uma cortina de veludo vermelho.

- Os dois nichos colaterais são pintados na parede, dando a ilusão da existência de dois altares do século XVIII, tridimensionais, decorados com volutas, colunas clássicas e no interior uma concha.
- ❖ Altares colaterais: os dois altares colaterais são compostos por dois arcos com colunas lisas, contemporâneos.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ No século XVIII, esta freguesia já existia: “Esta terra, freguezia de Nossa Senhora da Ribeira fica na provinzia da Beira pertence ao Patriarcado de Lisboa, e ao termo e Comarca da villa de Santarem. He de El Rey, e paga dizima ao priorado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do lugar da Abitureiras, pertencente ao Cadeira de Mafra, que hoje se chama hua das Cadeiras, suprimidas.”²⁵¹ .
- ❖ A Igreja de Nossa Senhora da Ribeira, na localidade de Porto de Vala, é a sede paroquial da freguesia.

Cronologia: 1676 | 1726 | 1776 | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁵¹ Cit. Ribeira da Cortiçada, Santarém. Memórias Paroquiais, 1758, Vol. 32, nº 96, pp. 573 a 575. [Transcrição de Lúcia Jorge].



Fachada da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Nº Inventário: IMV.0017

Designação: Igreja

Localização: Azambujeira/Azambujeira

Título: Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário

Descrição:

❖ Templo do século XVII, dedicado a Nossa Senhora do Rosário.

❖ É um dos maiores monumentos do concelho de Rio Maior.

❖ O vigário Francisco Batista descreve a presença da Ordem de S. Domingos nesta zona²⁵²: “tem esta Freguezia duas confrarias, huma do Santissimo Sacramento e outra de Nossa Senhora do Rozario, esta confraria de Nossa Senhora do Rozario esta soberdinada

ao Prior do convento de São Domingos, da villa de Santarem. O Parroco desta Freguezia he vigário e he apresentado pello Excelentissimo Conde de Soure a renda certa que tem são dois moyos de trigo, e hum moyo de Feijão fradinho, quatro cantarn de azeyte, e huma terra no Paul chamado emtre a vallas que costuma dar de novidade trigo e milho dois moyos o mais he pe do Altar que junto juma couza com a outra, rendera huns annos pellos outros cento e vinte milheis.”²⁵³.

- ❖ **Exterior:** A sua frontaria apresenta elementos decorativos barrocos, sendo de destacar o frontão de volutas contracurvado envolvendo um nicho central, com uma imagem recente da padroeira da igreja; o portal é lavrado em pedra calcária, encimado com uma representação de uma cabeça de anjo alada inscrita em moldura e ladeado por ornamentos rococós; e a torre sineira é rematada por pináculos.
- ❖ **Interior:** Igreja de nave única tem um tecto de madeira, um coro apoiado em colunas, um altar-mor e um altar colateral. Totalmente revestida a azulejos do tipo padrão e tapete do século XVII, incluem-se uma pompa tridimensional de cerâmica policromada (junto ao púlpito) e quatro painéis figurativos religiosos: S. Sebastião; Santo António a dar um sermão aos Peixes; o Menino de Jesus Salvador do Mundo; e, no arco triunfal, uma custódia resplandecente ladeada por anjos.

²⁵² Cit. Azambujeira, Santarém, Memórias Paroquiais, Vol. 5, nº 67, pp. 557 a 560. [Transcrição de Lúcia Jorge].

²⁵³ Idem.

Componentes:

- ❖ Altar-mor: o arco da entrada do altar-mor é formado por duas colunas lisas. O altar é abobadado; a parede do púlpito e as paredes laterais são forradas a azulejos, de tipo padrão seiscentista, azul e amarelo; na parede do púlpito, o estuque é profusamente decorado com pinturas murais a representar elementos vegetalistas; talha dourada a formar dois corações invertidos, a tocarem-se, quatro vezes, e no topo, é de talha dourada, com as siglas MA sobrepostas (*Maria*). No retábulo encontra-se uma estrutura de madeira trabalhada, mas não tem nenhuma imagem apoiada.
- ❖ Altar colateral: estrutura de madeira apoiada numa pedra calcária, esta está decorada com um silhar de azulejos, tipo padrão, seiscentista, azuis e amarelos. A estrutura de madeira é do século XVII/XVIII, policromada, com elementos clássicos (colunas), rococós (concha), rematada por dois pináculos e um frontão com as siglas MA sobrepostas (*Maria*), e diferentes elementos decorativos embutidos na madeira.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ Existem dúvidas se a 23 de Agosto de 1514, D. Manuel I concedeu o foral à freguesia de Azambujeira (formando, assim, o concelho da Azambujeira) ou à de Zambujal, freguesia de Condeixa-a-Nova²⁵⁴. A freguesia da Azambujeira foi sede de concelho até 1836, data que foi integrada no concelho de Rio Maior. Em 1650, D. João VI, elevou a aldeia da Azambujeira a vila.
- ❖ Recentemente, Azambujeira promoveu recreações medievais.
- ❖ A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira, é a sede paroquial da freguesia.

Cronologia: XVII | XVIII | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁵⁴ Vide José António Ferreira de Almeida (coord.), “Azambujeira”, *Tesouros Artísticos de Portugal*, op. cit., p. 119.



Fachada da Capela de Santo António. Fotografia tirada a 16-12-2010.

Nº Inventário: IMV.0018

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Azinheira

Título: Capela de Santo António

Descrição:

❖ No frontão sobre a porta principal deste templo encontra-se inscrita uma data: 1769. Esta data pode indicar o ano de remodelação da capela, mas não se trata da data da sua inauguração, dado que esta é referida em fontes anteriores, como no Inquérito sobre o Terramoto de 1755²⁵⁵.

- ❖ Foi restaurada em 1978.
- ❖ **Exterior:** Na sua fachada é de destacar os elementos decorativos barrocos, como o frontão onde se encontra representada uma concha e uma cruz. No topo da fachada, a cornija está decorada com volutas e duas flechas ou coruchéus.
- ❖ **Interior:** Templo de nave única, tecto de madeira e altar-mor.

Componentes:

- ❖ Altar-mor: O arco do altar-mor é formado por duas colunas lisas e no remate tem uma cruz em alto-relevo. O nicho do altar-mor é do século XVII/XVIII, formado por duas colunas lisas e um arco redondo clássico a unir ambas, decorado com dois coruchéus e um frontão com volutas e uma cruz de braços trifólios no topo.

Cronologia: XVII | 1769 | 1978

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁵⁵ Vide “A Vida em Rio Maior no século XVIII, Baseada num documento arquivado na Torre do Tombo em Lisboa”, Prof. Arnaldo da Soledade, *Jornal do Oeste*, 6 de Abril de 1968.



Torre da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Fotografia tirada a 20-07-2010.

Nº inventário: IMV. 0019

Designação: Igreja

Localização: Rio Maior/Rio Maior

Título: Ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Descrição:

- ❖ No local onde existe hoje o Cemitério Municipal de Rio Maior, encontrava-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que teve funções paroquiais até ao seu desabamento nos inícios do século XVIII.
- ❖ As causas da sua ruína devem-se à sua própria antiguidade²⁵⁶.
- ❖ Desta Igreja só restou a torre sineira.

Cronologia: XVIII

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁵⁶ Vide “De uma vez por todas...a nossa feira anual já em se realizava Rio Maior no ano de 1722”, Amândio Videira Santos, *Região de Rio Maior*, 90.10.05, p. 7.



Fachada da capela de Nossa Senhora da Luz.
Fotografia tirada a 16-12-2010.

Nº inventário: IMV. 0020

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Nossa Senhora da Luz

Título: Capela de Nossa Senhora da Luz

Descrição:

❖ Esta é uma capela privativa da Quinta da Nossa Senhora da Luz, mas é acessível ao público durante a realização de ritos litúrgicos. Desconhece-se a sua data de construção, mas é referida nas Memórias Paroquiais da freguesia de Rio Maior: “Fora da Vila (...) N. S. da Luz e a de S. Ana, todas sujeitas ao Ordinário, e sem começo de romagens”²⁵⁷, o que indicia que esta capela foi construída antes de 1758.

- ❖ **Exterior:** É de destacar o alpendre e o portal, ladeado de duas flechas e, no interior deste, a data de 1858, provavelmente, um ano em que foi alvo de remodelações.
- ❖ **Interior:** O altar é formado por um arco com duas colunas lisas. As paredes são decoradas com azulejos do século XX que representam, por um lado, uma cena da infância de Jesus Cristo (este está a ajudar o pai na carpintaria) e, por outro lado, jovens querubins a segurar cestas de frutas e flores e ao lado destes vasos de flores.

Cronologia: XVIII | 1858 | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁵⁷ Idem.



Fachada da Capela de São Gregório.
Fotografia tirada a 23-4-2011.

Nº Inventário: IMV.0021

Designação: Capela

Localização: Fráguas/Carvalhais

Título: Capela de S. Gregório

Descrição:

❖ Capela do século XVIII (1702) foi alvo de obras em 1920 e em 1983. De invocação de S. Gregório, é referida nas Memórias Paroquiais: “tem outra ermida no lugar de Carvalhais, com confraria de invocação de S. Gregório”²⁵⁸.

❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco. Torre sineira quadrangular, de linhas direitas, sem elementos decorativos.

❖ **Interior:** Capela de nave única, altar-mor e dois altares colaterais.

Componentes:

- ❖ Altar-mor: A mesa do altar-mor é do século XVIII, com volutas; o nicho do altar-mor, onde se encontra o S. Gregório, é do século XVIII, tem duas colunas clássicas a formar um arco e no interior uma concha invertida;
- ❖ Altares colaterais: os dois altares colaterais são do século XVIII, com duas colunas clássicas a formar um arco, mas sem decoração interior.

Cronologia: 1702 | 1920 | 1983

Tipologia: Arquitectura religiosa.

²⁵⁸ Vide “Apontamentos para uma história regional: O Concelho de Rio Maior há 200 anos...Fragoas”, *Folha Quinzenal de Informação Regionalista*, Sábado, 13 de Junho de 1940.



Estação da Procissão dos Passos, na rua João de Deus. Fotografia tirada a 25-7-2010.



Estação da Procissão dos Passos, na rua D. Afonso Henriques. Fotografia tirada a 25-8-2010.



Estação da Procissão dos Passos, no Largo D. Maria I. Fotografia tirada a 13-05-2010.

Nº Inventário: IMV.0022

Designação: Estações

Localização: Rio Maior/Rio Maior

Título: Estações das Procissões dos Passos

Descrição:

❖ Originalmente seriam sete capelas que compunham a Procissão dos Passos, evocativas da Paixão de Cristo. Actualmente, são três e estão localizadas: no gaveto da rua João de Deus; na rua D. Afonso Henriques; e no largo de D. Maria I. São acessíveis ao público durante a Páscoa.

❖ São datadas de 1760.

❖ **Exterior:** Estão incorporadas em edifícios.

➤ Estação na rua de João de Deus: o arco da porta tem por duas colunas simples e é rematado por dois pináculos e uma cruz de braços trifólios.

➤ Estação na Rua D. Afonso Henriques: o arco tem duas colunas e um frontão; é rematado por dois pináculos e uma cruz de braços trifólios, com a inscrição INRI.

➤ Estação no Largo de D. Maria I: o arco da porta é decorado com elementos geométricos e um frontão simples; é rematado por dois pináculos e uma cruz de braços trifólios.

❖ **Interior:** No seu interior, todas têm um silhar de azulejos de estilo padrão setecentista (uma grade a azul e branco e

uma barra a azul e amarelo a formar elementos vegetalista) e com painéis azulejares do século XX, figurando em cada uma delas uma representação da vida de Cristo. Dois dos tectos são pintados, do século XVIII. O tecto da Estação na rua João de Deus representa uma cruz envolta em folhas estilizadas; e o tecto da Estação na Rua D. Afonso Henriques o rosto de Jesus Cristo num pano.

Cronologia: 1760 | XX



Fachada da Capela de São Pedro. Fotografia tirada a 26-4-2011.

Tipologia: Arquitectura religiosa.

Nº inventário: IMV. 0023

Designação: Capela

Localização: Outeiro da Cortiçada/Correias

Título: Capela de São Pedro

Descrição:

❖ A sua data de construção é desconhecida mas é referida nas Memórias Paroquiais: “Tem huma hermidia de Sam Pedro dentro no lugar das Correias e pertence ao tal povo; tem mais duas imagens, huã do Santo Antonio e outra de Sam Gonçaldo.”²⁵⁹.

- ❖ **Exterior:** Caiada de branco, por debaixo da cruz do telhado está inscrita a data de 1983 (data de obras efectuadas na capela).
- ❖ **Interior:** Capela de nave única, coro e altar-mor. O altar-mor é composto por uma mesa e por detrás desta existe uma passagem para a sacristia.

Cronologia: XVIII | XX

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁵⁹ Cit. Ribeira da Cortiçada, Santarém. Memórias Paroquiais, 1758, Vol. 32, nº 96, pp. 573 a 575. [Transcrição de Lúcia Jorge].



Em cima: Fachada da Capela de Nossa Senhora da Vitória. Fotografia tirada a 2-7-2011. Em baixo: Antiga fachada da capela de Nossa Senhora da Vitória. Fotografia tirada no século XX. Cortesia do Centro recreativo de Quintas.

Nº Inventário: IMV.0024

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Quintas

Título: Capela de Nossa Senhora da Vitória

Descrição:

❖ Localizada num ponto elevado, num monte o lugar de Quintas. Não é referida nas Memórias Paroquiais. Foi alvo de várias remodelações ao longo do tempo, que alteraram tanto a sua fachada como o seu interior. As últimas obras ocorreram em 2010.

❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco com uma barra azul. Alpendre de pequenas dimensões, só cobre a porta da entrada principal. Torre sineira de linhas direitas.

❖ **Interior:** Capela de nave única, com um silhar de azulejos do século XX. O altar-mor é uma construção contemporânea, pois tem uma parede branca, lisa, com uma forma encovada. A pia da entrada é do século XVIII, tem a forma de uma concha.

Cronologia: Moderna | 2010

Tipologia: Arquitectura religiosa



Fachada da Capela de Casais Monizes. Fotografia tirada a 10-4-2011.

Nº inventário: IMV.0025

Designação: Capela

Localização: Alcobertas/Casais Monizes

Título: Capela de Casais Monizes

Descrição:

❖ **Exterior:** Cruz de braços trifólios com um arco com um sino de um lado e uma flecha do outro. Ampliação do lado esquerdo sem

ligação interna com a capela. Sobre a porta encontra-se a seguinte inscrição: “F.F.P. POVO D.T. LUGAR 8 1918” (data de inauguração).

- ❖ **Interior:** Capela de nave única, o altar-mor apresenta características do estilo clássico (arco formado por duas colunas clássicas) e do estilo rococó (o nicho decorado com uma concha em alto-relevo). Portanto, apresenta um revivalismo destes estilos.

Nota Histórico-Artístico:

- ❖ Na primeira metade do século XX a arquitectura religiosa seguiu os modelos derivados do século XIX: um revivalismo das anteriores correntes. Portanto, a capela de Casais Monizes apresenta uma continuidade dos modelos de construção das capelas desta região.
- ❖ Casais Monizes é a povoação que se encontra no ponto mais elevado do Concelho, na Serra de Aires e Candeeiros. Portanto, este templo foi construído para satisfazer uma necessidade religiosa desta localidade ao permitir a realização de missas, sem ser necessários os crentes se terem de deslocar continuamente à Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena.

Cronologia: 1918

Tipologia: Arquitectura religiosa



Fachada da Capela de Nossa Senhora do Rosário.
Fotografia tirada a 7-2-2011.

Nº inventário: IMV.0026

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Abuxanas

Título: Capela de Nossa Senhora do Rosário

Descrição:

- ❖ Foi construída a expensas do povo da região em 1923.
- ❖ **Exterior:** A sua fachada tem um alpendre com um silhar de azulejos, de tipo padrão, do século XX; sobre o alpendre existe um relógio circular com numeração árabe; a cruz é de metal; a torre tem um telhado, igual ao do resto do edifício.
- ❖ **Interior:** Planta rectangular. A nave é decorada com um silhar de azulejos, até meia-parede, de tipo padrão, do século XX, formando uma grade azul, amarela e branca; o altar-mor apresenta um sentido estético modernista, pois tanto os móveis como o altar são geométricos e de linhas direitas; o retábulo é uma parede lisa, branca e côncavo.

Cronologia: 1923.

Tipologia: Arquitectura religiosa



Parede lateral direita da Capela de Santa Casa da Misericórdia. Fotografia tirada a 21-12-2010.

Nº inventário: IMV.0027

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Rio Maior

Título: Capela da Santa Casa da Misericórdia

Descrição:

❖ A Santa Casa da Misericórdia foi inaugurada em 1933. Tem uma capela privativa, para o uso dos seus utentes e visitantes.

❖ **Exterior:** O alpendre e a torre sineira têm um telhado de telha, igual ao resto do edifício. A torre sineira é encimada por um cato de vento com a forma de um galo. Partes do edifício têm à vista blocos de pedra.

❖ **Interior:** A nave é de planta rectangular e a capela-mor tem uma planta em forma de pentágono; a nave única é decorada com um silhar de azulejos de padronagem a azul e amarelo; tem um coro apoiado em colunas; o altar-mor é de mármore policromado e remete para uma decoração clássica, com a utilização de duas colunas como base de uma mesa onde se apoia o cofre, decorado com duas colunas clássicas e um telhado com linhas direitas e curvas.

Cronologia: 1933

Tipologia: Arquitectura religiosa



Fachada da Capela de Nossa Senhora da Aparição.
Fotografia tirada a 23-4-2011.

Nº inventário: IMV.0028

Designação: Capela

Localização: Asseiceira/Asseiceira

Título: Capela de Nossa Senhora da Aparição

Descrição:

❖ De acordo com a tradição local, a 16 de Maio de 1954, a Nossa Senhora fez a sua primeira aparição ao jovem de 11 anos, Carlos Alberto da Silva Delgado. Para honrar essa

aparição construiu-se uma capela nesse local. Mas esta aparição não é aceite pelo Vaticano

- ❖ **Exterior:** Obra dos anos 90 apresenta características de uma igreja pós-modernista ao valorizar as formas geométricas e os novos materiais (vidro, ferro e betão).
- ❖ **Interior:** Capela de nave única e engloba, no seu interior, a capela original, construída nos anos 50. Esta capela é de planta rectangular, com um telhado de telha e janelas de madeira. No seu interior encontra-se o altar-mor dedicado a Nossa Senhora da Aparição.

Cronologia: 1954 | 1994-1999

Tipologia: Arquitectura religiosa



Fachada da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição.
Fotografia tirada a 5-4-2011.

Nº inventário: IMV.0029

Designação: Igreja

Localização: Rio Maior/Rio Maior

Título: Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição ou Igreja Nova

Descrição:

❖ No Jardim Municipal localiza-se a actual Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, também conhecida como a Igreja Nova. Foi inaugurada em 1968, uma obra

modernista que teve um projecto inicial em 1961 por Formosinho Sanches e o projecto definitivo de José Luís Zúquete e José Duarte da Silva Bruschy.

- ❖ É uma Igreja ampla, construída de acordo com os cânones da arquitectura modernista da via “mecanomórfica”²⁶⁰, isto é, a sua forma obedece à sua função e não tem muitos ornamentos.
- ❖ Durante a década de 1960, houve uma maior implementação da renovação das igrejas modernas, sendo que esta Igreja é um exemplo significativo que integra todas as características desta época: “Elas têm em comum uma total expressão de modernidade, quer nos materiais e técnicas (betão aparente, panos brancos de simples paredes rebocadas, integração de obras plásticas modernas), quer na espacialidade (espaços internos assimétricos, de traçado frequentemente poligonal, de sentido «orgânico»), quer ainda na articulação com o espaço urbano onde se inserem (pela preocupação de acentuar a relação «aberta» com a comunidade envolvente).”²⁶¹

Nota Histórico-Artística:

- ❖ A Igreja de Nossa Senhora da Conceição é a sede paroquial das seguintes freguesias: a freguesia de Rio Maior e a freguesia de Asseiceira.

Cronologia: 1968

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁶⁰ Vide Penelope J. E. Davies e outros, “Rumo à Abstracção: A Revolução Modernista, 1904-1914”, *A Nova História de Arte de Jason: A Tradição Ocidental, op. cit.*, p.1009.

²⁶¹ Vide José Manuel Fernandes, “Arquitectura religiosa” in *A Igreja e a Cultura em Portugal 1950/2000, op. cit.*, p. 24.



Fachada da Capela de Santo André. Fotografia tirada a 23-4-2011.

Nº inventário: IMV.0030

Designação: Capela

Localização: Asseiceira/Ribeira de Santo André

Título: Capela de Santo André

Descrição:

- ❖ Nas Memórias Paroquiais²⁶² é referida uma capela de Santo André, sujeita ao Ordinário e não tinha romagens. Esta ermida foi demolida e construído um templo modernista que foi inaugurado em 1975 e foi alvo de remodelações pelo APRODER entre 2001 e 2006. Localiza-se num sítio ermo, junto a um cruzeiro de 1943.
- ❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco. A torre é composta por duas paredes lisas unidas no topo, permitindo passagem entre essas paredes.
- ❖ **Interior:** Planta assimétrica e de nave única. A nave é separada do altar-mor por uma porta deslizante de madeira. O altar-mor é formado por uma mesa rectangular branca e o espaço é decorado por um silhar de azulejos de tipo padrão, azul e branco.

Cronologia: 1975 | 2001 | 2006

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁶² Vide “A Vida em Rio Maior no século XVIII, Baseada num documento arquivado na Torre do Tombo em Lisboa”, Prof. Arnaldo da Soledade, *Jornal do Oeste*, 6 de Abril de 1968.



Fachada da Capela de São Sebastião. Fotografia tirada a 1-5-2011.

Nº inventário: IMV.0031

Designação: Capela

Localização: São Sebastião/São Sebastião

Título: Capela de São Sebastião

Descrição:

❖ Esta capela foi construída no lugar de uma antiga ermida, descrita do seguinte modo por Gustavo de Matos Sequeira: “Pitoresca no prospecto exterior, com o seu alpendre de colunas, mas sem nada a

destacar interiormente”²⁶³. No século XVIII, teria uma confraria com invocação do Mártir São Sebastião²⁶⁴. A actual capela foi inaugurada a 3-6-1976, pelo Bispo de Santarém D. António Francisco Marques.

- ❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco. Linhas direitas e adopção de formas geométricas: torre quadrangular e a planta rectangular. A fachada tem um alpendre.
- ❖ **Interior:** Planta de nave única, rectangular. O altar-mor é composto por uma mesa, púlpito e pia baptismal, cujas colunas destes móveis imitam o modelo de três colunas que se encontram expostas na nave, que foram trasladadas da antiga capela.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ A freguesia de S. Sebastião foi criada em 16 de Maio de 1984, tendo sido desanexada da freguesia das Fráguas. Tinha como antiga denominação Cabos, que significava que se localizava no cabo do concelho de Alcanede.
- ❖ A capela de São Sebastião tem direitos paroquiais e encontra-se anexada à Paróquia das Fráguas.

Cronologia: 3 de Junho de 1976

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁶³ Vide Gustavo de Matos Sequeira, “Concelho de Rio Maior” in *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Santarém*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1949, pp. 55 – 58, p. 57.

²⁶⁴ Vide “Apontamentos para uma história regional: O Concelho de Rio Maior há 200 anos...Fragoas”, *Folha Quinzenal de Informação Regionalista*, Sábado, 13 de Junho de 1940.



Fachada da Capela da Fonte da Bica. Fotografia tirada a 7-2-2011.

Nº inventário: IMV.0032

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Fonte da Bica

Título: Capela da Fonte da Bica

Descrição:

❖ Construída por uma comissão eleita pelo povo de Fonte da Bica, Casal Calado e Vizinhos, foi inaugurada a 7 de Agosto de 1977, pelo bispo de Santarém D. António Francisco Marques.

- ❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco. Dá primazia às linhas simples e formas geométricas. A torre sineira encontra-se no centro do edifício, é um paralelepípedo e tem um relógio incorporado. A entrada tem um pequeno telhado.
- ❖ **Interior:** Planta de nave única e assimétrica. Simplicidade na decoração. O altar-mor é formado por uma mesa de base circular; o púlpito é uma parede rectangular, lisa; e a parede do presbítero é decorada com um silhar de azulejos lisos, cremes.

Cronologia: 7 de Agosto de 1977

Tipologia: Arquitectura religiosa.



Fachada da Capela de Casais da Memória.
Fotografia tirada a 16-12-2010.

Nº inventário: IMV.0033

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Casais da Memória

Título: Capela de Casais da Memória

Descrição:

❖ Consagrada a 2-7-1978, pelo primeiro Bispo de Santarém D. António Francisco Marques e pelo povo de Casais da Memória e localidades vizinhas.

- ❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco e barra castanha na base; valoriza as linhas simples e formas geométricas; a torre sineira tem a forma de um paralelepípedo e o tecto tem um ângulo inclinado; a fachada tem um alpendre.
- ❖ **Interior:** Planta rectangular e as paredes são pintadas, até meia-parede, de azul claro; o altar-mor é formado por uma mesa e púlpitos de blocos rectangulares.

Cronologia: 2 de Julho de 1978

Tipologia: Arquitectura religiosa



Fachada da Capela de Nossa Senhora de Fátima.
Fotografia tirada a 23-4-2011.

Nº inventário: IMV.0034

Designação: Capela

Localização: Outeiro da Cortiçada/Vale Marinhas

Título: Capela de Nossa Senhora de Fátima

Descrição:

❖ Esta capela foi inaugurada a 24-5-1981, pelo Bispo de Santarém D. António Francisco Marques.

❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco, linhas simples e geométricas. A torre tem a forma

quadrangular e um tecto cónico. A fachada tem um pequeno alpendre e na parede lateral esquerda encontram-se um conjunto de seis vitrais contemporâneos que representam a vida de Nossa Senhora: o seu nascimento; a sua adolescência; a vinda do anjo anunciar a vinda Jesus; o nascimento de Cristo; a Assumpção; o último é uma obra abstracta ou simbólica, figurando uma vela.

❖ **Interior:** Planta rectangular e espaço amplo. O altar-mor é formado por um conjunto de móveis de madeira, sem elementos decorativos de realce.

Cronologia: 24 de Junho de 1981

Tipologia: Arquitectura religiosa



Reprodução do Arco da Memória. Fotografia tirada a 16-12-2010.

Nº inventário: IMV.0035

Designação: Arco

Localização: Rio Maior/Casais da Memória

Título: Arco da Memória

Descrição:

❖ Na rua de Cister, em Casais da Memória, encontra-se uma reprodução do Arco da Memória. A toponímia desta rua faz referência aos limites do couto do Mosteiro Santa Maria de Alcobaça, da Ordem de Cister.

- ❖ O Arco da Memória foi construído, de acordo com a tradição local, no século XII para assinalar um dos limites do couto de Alcobaça, e ruiu em 1911.
- ❖ Foi recriado em 1981, pela Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Piedade de Vidais, excepto a estátua de D. Afonso Henriques que encimava o monumento, cujo original se encontra em Leiria. Lê-se a seguinte legenda: “O Sancto Rei Dom Afonso Henriques Fundador de Alcobaça”.
- ❖ Esta reprodução do Arco da Memória não se encontra no local original. Este seria no sítio onde foi construído o Reservatório de Água, uns metros acima.

Cronologia: 1981

Tipologia: Arquitectura religiosa



Fachada da Capela de Santo António.
Fotografia tirada a 1-11-2010.

Nº inventário: IMV.0036

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Anteporta

Título: Capela de Santo António

Descrição:

❖ Capela inaugurada a 10-5-1985, pelo Bispo da Diocese de Santarém, com o apoio do povo de Anteporta.

❖ **Exterior:** A Capela de Santo António, de estilo pós-

moderno, procura conciliar o modernismo (com uma planta assimétrica, própria do estilo modernista) e com a tendência neotradicional²⁶⁵ (com uma torre paralelepípedica, característica do neotradicionalismo e em “forma branca”²⁶⁶, transmitindo uma sensação de pureza e esoterismo à construção).

❖ **Interior:** Planta assimétrica, de nave única; a nave é decorada com um silhar de azulejos, até meia-parede, de tipo padrão, contemporâneo, azul e branco; o tecto está pintado de azul-claro; a atenção do visitante recai para o altar: a parede do presbítero é uma estrutura geométrica em forma de paralelepípedo, com um nicho pintado de azul-claro; a mesa e o púlpito são móveis de pedra de linhas simples.

Cronologia: 10 de Junho de 1985

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁶⁵ Vide José Manuel Fernandes, “Arquitectura religiosa” in *A Igreja e a Cultura em Portugal 1950/2000*, op. cit., p. 39.

²⁶⁶ Vide Idem, *Ibidem*, p. 41.



Fachada da Capela de São João Baptista. Fotografia tirada a 7-2-2011.

Nº inventário: IMV.0037

Designação: Capela

Localização: Rio Maior/Vale de Óbidos

Título: Capela de São João Baptista

Descrição:

❖ Esta capela foi construída pelo povo de Vale de Óbidos e foi inaugurada a 28-5-1987, pelo primeiro bispo de Santarém Sr. D. António Francisco Marques.

❖ **Exterior:** Valoriza as formas geométricas, em especial na torre. A fachada tem dois alpendres: um na entrada principal e outro numa entrada secundária.

❖ **Interior:** Planta rectangular, de nave única. A nave e o altar-mor estão pintados de vermelho primário: a nave até meia-parede e o altar na sua totalidade. O altar-mor é formado por móveis de formas geométricas abstractas e a parede do presbítero tem um losango branco.

Cronologia: 28 de Junho de 1987.

Tipologia: Arquitectura religiosa



Fachada da Capela de Alfouvés. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Nº inventário: IMV.0038

Designação: Capela

Localização: Azambujeira/Alfouvés

Título: Capela de Alfouvés

Descrição:

❖ Inaugurada a 9-9-1987.

❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco, de linhas simples; torre é quadrangular, e tem um telhado com uma cruz.

❖ **Interior:** Planta rectangular, de nave única. A nave é decorada por um silhar de azulejos, até meia-parede, de padronagem a azul e branco. O altar-mor é formado por uma mesa e púlpito de colunas clássicas. E na parede do presbitero um losango de cerâmica com o cofre da capela.

Cronologia: 9 de Agosto de 1987.

Tipologia: Arquitectura religiosa.



Fachada da Capela de Chãos. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Nº inventário: IMV.0039

Designação: Capela

Localização: Alcobertas/Chãos

Título: Capela de Chãos

Descrição:

- ❖ Inaugurada a 5 – 3 - 1989, foi construída pelo povo e Junta de Freguesia de Alcobertas e a Câmara Municipal de Rio Maior.
- ❖ **Exterior:** Na fachada é de destacar o alpendre.
- ❖ **Interior:** O tecto é de madeira; de nave única, o altar é formado por uma mesa de metal.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ De acordo com José Manuel Fernandes, o período entre 1975 e 2000 é um tempo de “diversidade e dúvida”²⁶⁷, onde se regista uma valorização dos antigos cânones artísticos, o que tinha sido contestado nas décadas anteriores.
- ❖ Nesta capela é possível observar os seguintes elementos arquitectónicos, também utilizados noutras capelas do concelho: o alpendre, telha, planta rectangular e a utilização de um tecto de madeira.

Cronologia: 5 de Março de 1989

Tipologia: Arquitectura religiosa

²⁶⁷ Vide Idem, *Ibidem*, p. 15.



Fachada da Capela de Vale de Barco. Fotografia tirada a 7-4-2011.

Nº inventário: IMV.0040

Designação: Capela

Localização: São João da Ribeira/Vale de Barco

Título: Capela de Vale de Barco

Descrição:

- ❖ Inaugurada a 28-6-2003.
- ❖ **Exterior:** Fachada caiada de branco e

estrutura arquitectónica em forma de pentágono. A torre tem uma forma de paralelepípedo.

- ❖ **Interior:** Planta assimétrica e de nave única; a nave é decorada por um silhar de azulejos até meia-parede, de tipo padrão, azuis e amarelos; o altar-mor é formado por uma mesa e púlpito de influência clássica, com colunas rectangulares caneladas.

Cronologia: 28 de Junho de 2003.

Tipologia: Arquitectura religiosa.

Inventário das Artes plásticas e decorativas religiosas do concelho de Rio Maior



Estátua da Ninfa Fontenária de Rio Maior. Imagem obtida no site da Câmara Municipal de Rio Maior.

Imóvel: AR.0005

Nº inventário: A.0001

Tipo de património: Escultura

Designação: Ninfa Fontenária de Rio Maior

Descrição:

- ❖ Escultura antropomórfica do séc. I, pouco fragmentada em termos escultóricos: a face apresenta uma quebra e falta uma parte do cabelo do lado direito. A água escorreria pelo cântaro, através de um cano oculto na peça.
- ❖ **Material:** mármore branco.
- ❖ **Dimensões:** 94 cm de comprimento, 42 cm de largura máxima e 31 cm de altura máxima.
- ❖ **Posição:** Deitada sobre uma superfície rochosa, provavelmente de um leito fluvial; a mão direita apoiada no ombro esquerdo e a face ligeiramente apoiada nessa mão; a mão direita apoiada num cântaro; a túnica é drapejada e cobre-lhe somente o baixo-ventre.
- ❖ **Atributos:** Esta peça apresenta os atributos²⁶⁸ divinos que a identificam como uma Ninfa: o cântaro, que a associa a uma divindade aquática; o facto de se encontrar semi-nua, característica das representações divinas; e o drapejado da sua túnica é trabalhado do mesmo modo que representação de outras deusas e ninfas. Sobre esta temática já foi produzido um

²⁶⁸ Vide Paulo Mendes Pinto, *A Ninfa Fontenária de Rio Maior*, op. cit., p. 62.

importante estudo por Paulo Mendes Pinto (*A Ninfa Fontenária de Rio Maior*, Rio Maior, Câmara Municipal de Rio Maior, 2004).



Telha com uma inscrição paleocristã. Imagem obtida no site da Câmara Municipal de Rio Maior.

Imóvel: AR.0005

Nº inventário: A.0002

Tipo de património: Telha

Designação: Telha curva com uma inscrição paleocristã

Descrição:

- ❖ Telha curva com uma inscrição em latim, cursiva.
- ❖ **Inscrição:** Não se decifrou, até à data, a inscrição. Porém, é claramente visível o monograma de Cristo, formado por um P e uma X (cruz) sobreposta.



Fragmento de coluna da *uilla* romana de Rio Maior. Imagem obtida no site da Câmara Municipal de Rio Maior.

Imóvel: AR.0005

Nº inventário: A.0003

Tipo de Património: Coluna

Designação: Fragmento de coluna da *uilla* romana de Rio Maior

Descrição:

- ❖ Fragmento de coluna.
- ❖ **Material:** mármore.
- ❖ **Inscrição:** tem uma inscrição de uma cruz, em baixo-relevo.

Como a representação de uma cruz como símbolo cristão só começou a ser utilizado durante a Idade Média, é difícil determinar a data desta inscrição, podendo ter sido feita numa ocupação posterior da habitação.



Imagem de Santa Maria da Madalena. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Imóvel: IMV.0001

Nº inventário: A.0004

Tipo de património: Escultura

Designação: Imagem de Santa Maria Madalena

Descrição:

❖ **Localização:** Nicho da Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena.

❖ Imagem de pedra, quatrocentista, de Santa Maria da Madalena.

- ❖ **Atributos:** Encontra-se numa posição sentada, com um livro ao seu colo, cabelos soltos, e numa mão tem um frasco de alabastro de perfume (uma referência ao episódio bíblico [Lucas, 7-36]) e na outra mão tem um objecto não identificado (a tampa do alabastro de perfume?); não se identifica o tipo de vestuário no tronco; a saia tem movimento: são duas camadas e com pregas.



Imagem de Santa Ana. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Imóvel: IMV.0001

Nº inventário: A.0005

Tipo de património: Escultura

Designação: Santa Ana

Descrição:

❖ **Localização:** Anta-capela de Santa Maria Madalena.

❖ Imagem de pedra, moderna, policromada, de Santa Ana.

❖ **Atributos:** Encontra-se numa posição sentada, com um livro ao seu colo e a cabeça apoiada na mão esquerda; veste diferentes camadas de roupa, que

apresentam movimento: capa azul e amarela; túnica amarela com franjas; saiote vermelho. Vêem-se os dedos dos pés



Representação de Santa Maria da Madalena. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Imóvel: IMV.0001

Nº inventário: A.0006

Tipo de património: Painel de Azulejos

Designação: Santa Maria da Madalena

Descrição:

❖ Painel de azulejos figurando a Santa Maria da Madalena, do século XVII/XVIII.

❖ **Localização:** Encontra-se na capela da Santa Maria da Madalena.

❖ **Atributos:**

➤ Representação do momento da

crucificação com a cruz ao longe, com a placa onde se lê INRI; e um monte, por detrás, compõe o cenário.

- No canto superior direito vêem-se uns raios de luz, na direcção da santa (o Sol ou o símbolo da subida de Cristo aos Céus).
- A Santa Maria Madalena: está representada enquanto pecadora (os cabelos longos, soltos, e está semi-nua); tem uma auréola a identificar a sua condição de santidade; perto da cruz tem um frasco de alabastro.
- As mãos cobrem o peito com um manto azul e a saia amarela cobre as pernas.
- ❖ **Inscrição:** Em baixo lê-se a legenda: S. M^a Madalena.



Representação da Santa Maria da Madalena. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Imóvel: IMV.0001

Nº inventário: A.0007

Tipo de património: Painel de Azulejos

Designação: Santa Maria da Madalena

Descrição:

❖ Painel de azulejos figurando a Santa Maria da Madalena, do século XVII/XVIII.

❖ **Localização:** Encontra-se sobre a entrada da capela de Santa Maria da Madalena.

❖ **Atributos:**

➤ Representação do momento da

crucificação com a cruz ao longe, onde Jesus Cristo ainda se encontra crucificado.

- O cenário é um ambiente natural, com árvores e flores. Aos pés da cruz encontra-se uma caveira.
- A Santa Maria da Madalena: está ajoelhada; os cabelos estão soltos; tem uma auréola a identificar a sua santidade; a mão direita está a apontar para o chão; a mão esquerda tem a palma para cima; ao seu lado tem um livro aberto e um frasco de alabastro.
- Encontra-se vestida com uma túnica azul com um cinto branco. Está descalça.
- **Inscrição:** Lê-se a legenda: “S. M^a. M.da.”



Pia baptismal da Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Imóvel: IMV.0001

Nº inventário: A.0008

Tipo de património: Pia baptismal

Designação: Pia baptismal da Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena

Descrição:

- ❖ Peça do século XV, de pedra.
- ❖ **Elementos decorativos:** está decorada com elementos vegetalistas nas faces, e a coluna tem umas fitas entrançadas.



Pia de água benta da Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena. Fotografia tirada a 23-10-2010.

Imóvel: IMV.0001

Nº inventário: A.0009

Tipo de património: Pia de água benta

Designação: Pia de água benta da Igreja Paroquial de Santa Maria da Madalena

Descrição:

- ❖ Peça do século XV.
- ❖ **Estado:** Deteriorada.
- ❖ **Elementos decorativos:** está decorada com elementos vegetalistas na base e topo; a coluna tem fitas entrançadas.



Imóvel: IMV.0002

Nº inventário: A.0010

Tipo de património: Escultura

Designação: Santo Antão da Igreja Paroquial de São João Baptista

Descrição:

- ❖ Peça do século XV/XVI, policromada.
- ❖ **Localização:** encontra-se na Capela do Espírito Santo, na Igreja Paroquial de São João Baptista.

❖ **Atributos:**

➤ Gustavo de Matos Sequeira: “Bela escultura de pedra do século XVI, ainda com a pintura antiga, barrete de orelha, a sineta e o porco bravo aos pés. Altura 0m,760”²⁶⁹.

➤ Um dos seus símbolos é o porco pois, durante a Idade Média, surgiu a tradição das aldeias criarem colectivamente um porco para este ser entregue aos monges antonianos²⁷⁰.

Imagem de Santo Antão da Igreja Paroquial de São João Baptista. Fotografia tirada a 22-2-2011.



Imagem de São João Baptista da Igreja Paroquial de São João Baptista. Fotografia tirada a 22-2-2011.

Imóvel: IMV.0002

Nº inventário: A.0011

Tipo de património: Escultura

Designação: São João Baptista da Igreja Paroquial de São João Baptista

Descrição:

- ❖ Peça do século XV/XVI encontra-se fragmentada em termos escultóricos, faltando uma mão e a cabeça do cordeiro; imagem policromada com a pintura original.

²⁶⁹ Cit. Gustavo de Matos Sequeira, “Igreja Paroquial de S. João Baptista”, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Santarém, op. cit.*, p. 58

²⁷⁰ Vide “Antão, Abade”, *Christos, Enciclopédia do Cristianismo*, prefácio de D. José da Cruz Policarpo Cardeal-Patriarca de Lisboa, Lisboa, Verbo, 2004, p. 80.



Imagem de Nossa Senhora do Leite da Igreja Paroquial de São João Baptista. Fotografia tirada a 22-2-2011.

❖ **Localização:** encontra-se na Capela do Espírito Santo, na Igreja Paroquial de São João Baptista.

Imóvel: IMV.0002

Nº inventário: A.0012

Tipo de património: Escultura

Designação: Nossa Senhora do Leite da Igreja Paroquial de São João Baptista

Descrição:

- ❖ Peça do século XV/XVI, policromada. Altura, 0m, 795²⁷¹.
- ❖ **Localização:** Capela do Espírito Santo
- ❖ **Atributos:**
 - A Nossa Senhora está coroada e o vestido vermelho e o manto azul apresentam elementos decorativos de flora.
 - O Menino Jesus, ao seu colo, tem uma mão apoiada no seu peito e a outra na Pomba.



Pia baptismal da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo. Fotografia tirada a 13-5-2010.

Imóvel: IMV.0004

Nº inventário: A.0013

Tipo de Património: Pia baptismal

Designação: Pia baptismal da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo

Descrição:

❖ Traslada da Igreja da Nossa Senhora da Conceição²⁷².

❖ **Elementos decorativos:** Pia baptismal decorada com elementos vegetalistas no fuste e na borda da pia. Altos-relevos na base da pia.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Vide “A Vida em Rio Maior no Século XVIII, Baseada num documento arquivado na Torre do Tombo em Lisboa”, Investigado pelo Prof. Arnaldo da Soledade, *Jornal do Oeste*, nº 423, 6 de Abril de 1968.



Imagem de São João Baptista da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo. Fotografia tirada a 13-5-2010.

Imóvel: IMV.0004

Nº inventário: A.0014

Tipo de Património: Escultura

Designação: São João Baptista da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo

Descrição:

❖ Imagem do século XVI, policromada.

❖ **Localização:** Divisão da pia baptismal

❖ **Atributos:**

➤ Representação de São João Baptista, descalço, sobre uma superfície rochosa, com a túnica rasgada e uma capa vermelha.

➤ Na mão esquerda tem um livro e sobre este um cordeiro; e a mão direita aponta para o cordeiro, como que a indicar que o caminho dos fiéis é seguir Cristo.



Imagem de Mater Dolorosa da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo. Fotografia tirada a 13-5-2010.

Imóvel: IMV.0004

Nº inventário: A.0015

Tipo de património: Escultura

Designação: *Mater Dolorosa* da Igreja da Misericórdia de invocação do Espírito Santo

Descrição:

❖ Imagem do século XVIII, policromada.

❖ **Localização:** Altar lateral

❖ **Atributos:** a imagem está a olhar para cima; a mão esquerda está apoiada no peito e a mão direita estendida; tem os cabelos cobertos por um lenço branco e o manto azul e a túnica têm bordados a ouro.



Imagem de Nossa Senhora da Escusa. Fotografia tirada a 23-4-2011.

Imóvel: IMV.0005

Nº inventário: A.0016

Tipo de património: Escultura

Designação: Nossa Senhora da Escusa da Capela de Nossa Senhora da Escusa

Descrição:

- ❖ Imagem medieval, policromada.
- ❖ **Localização:** Localizada num altar colateral.
- ❖ **Atributos:**
 - A Nossa Senhora da Escusa está coroada, tem um lenço branco a cobrir os cabelos e uma capa vermelha e azul a cobrir as vestes.
 - A mão direita está virada para baixo e está a agarrar um ramo de flores.
 - A mão esquerda segura o Menino Jesus. Este está vestido de vermelho, a olhar para cima e nas mãos segura uma pomba.



Imóvel: IMV.0006

Nº inventário: A.0017

Tipo de património: Escultura

Designação: São Martinho, bispo de Dume (?) /Santo Inácio, bispo de Antioquia (?)

Descrição:

- ❖ Peça medieval, policromada.
- ❖ **Localização:** Na parede da nave, numa peanha.
- ❖ **Atributos:**
 - Representação de um bispo com uma capa vermelha a envolver o corpo e a segurar um livro (Bíblia) com as duas mãos. O rosto é imberbe e apresenta um leve sorriso.
 - A sua invocação é incerta. A tradição local (IM.0004) refere

Imagem de São Martinho, bispo de Dume ou de Santo Inácio, bispo de Antioquia. Fotografia tirada a 23-10-2010.

uma imagem de São Martinho. Se for esta imagem, será uma referência a São Martinho, de Dume, bispo de Braga e de Dume. Por outro lado, é possível se tratar de uma representação do Bispo de Santo Inácio, referido nas Memórias Paroquiais da freguesia de Alcobertas, mas não apresenta o símbolo que normalmente o identifica: o leão.



Imagem de Nossa Senhora da Barreira. Fotografia tirada a 6-4-2011.

Imóvel: IMV.0007

Nº inventário: A.0018

Tipo de património: Escultura

Designação: Nossa Senhora da Barreira

Descrição:

❖ Imagem medieval, policromada.

❖ **Localização:** Altar-mor

❖ **Atributos:**

➤ A Nossa Senhora da Barreira está coroadada com um lenço branco a cobrir os cabelos castanhos. A capa é azul a cobrir a túnica vermelha.

➤ Tem o Menino Jesus ao colo, apoiado na mão esquerda e uma maçã na mão direita. Este tem cabelos castanhos curtos e está vestido com uma túnica branca. Com a mão direita segura o lenço da mãe e a mão esquerda apoiada na maçã.



Imagem de São Brás da Capela de São Brás. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Imóvel: IMV.0009

Nº inventário: A.0019

Tipo de património: Escultura

Designação: São Brás da Capela de São Brás

Descrição:

- ❖ Imagem quinhentista²⁷³, policromada.
- ❖ **Localização:** Altar-mor.
- ❖ **Atributos:**
 - Tem uma mitra bispal e uma túnica vermelha sobre o hábito azul. Na mão esquerda tem um cajado e a mão direita está a apontar para o Céu.
 - Aos seus pés, ajoelhado, um jovem menino que S. Brás salvou a vida, vestido com uma túnica azul.



Imagem de S. Francisco de Assis. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Imóvel: IMV.0010

Nº inventário: A.0020

Tipo de património: Escultura

Designação: Igreja Paroquial de S. Francisco de Assis

Descrição:

- ❖ Imagem moderna, policromada.
- ❖ **Localização:** Na parede do púlpito.
- ❖ Tem uma auréola de prata.
- **Atributos:** Com as duas mãos abre a batina para mostrar uma chaga no peito, no mesmo local que Jesus Cristo foi ferido pela flecha. As mãos também apresentam chagas.

²⁷³ Gustavo de Matos Sequeira, "Igreja Paroquial de S. Gregório", *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Santarém, op. cit.*, p. 57.



Imagem de São Gregório Magno da Igreja Paroquial de S. Gregório Magno. Fotografia tirada a 17-4-2011.

Imóvel: IMV.0011

Nº inventário: A.0021

Tipo de Património: Escultura

Designação: São Gregório Magno

Descrição:

❖ A imagem de São Gregório Magno é peça quinhentista²⁷⁴ policromada cujo restauro recente a alterou substancialmente.

❖ **Localização:** Altar colateral.

❖ **Atributos:** O manto é vermelho primário com o forro amarelo. Tem um barrete que cobre a cabeça e sobre este a mitra papal. A túnica é decorada com elementos vegetalistas, pretos, e as bordas são douradas. A mão direita está a apontar para o Céu e na mão esquerda tem um báculo.



Imagem de Nossa Senhora da Encarnação na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação. Fotografia tirada a 1-11-2010.

Imóvel: IMV.0012

Nº inventário: A.0022

Tipo de património: Escultura

Designação: Nossa Senhora da Encarnação

Descrição:

❖ Localização: Altar-mor.

❖ A sua descrição corresponde à feita por Frei Agostinho da Silva: “He efta Santa Imagem tão pequena, que não chega a palmo, & meyo a fua eftatura; eftá com muyta veneração recolhida em hũ tabernáculo, ou nicho de vidraça;”²⁷⁵

²⁷⁴ Vide José António Ferreira de Almeida, “Arruda dos Pisões”, *Tesouros Artísticos de Portugal, op. cit.*, p. 105.



Imagem de Santo António na Igreja Paroquial de Santo António. Fotografia tirada a 23-4-2011.

Imóvel: IMV.0015

Nº inventário: A0023

Tipo de Património: Escultura

Designação: Santo António

Descrição:

- ❖ **Localização:** no altar colateral da esquerda.
- ❖ Imagem moderna de Santo António, policromada.
- ❖ **Atributos:** Tem uma aureola de prata e na mão direita segura um ramo de flores, de prata; na mão esquerda tem uma Bíblia e sobre esta, em pé, está o Menino Jesus. Este está vestido com roupas brancas, feitas à sua medida, e na mão esquerda tem um ramo de flores, de prata.



Representação de Santo António. Fotografia tirada a 23-4-2011.

Imóvel: IMV.0015

Nº inventário: A0024

Tipo de Património: Painel de Azulejos

Designação: Santo António

Descrição:

- ❖ Painel de azulejos figurando Santo António.
- ❖ Século XVII/XVIII, policromado.
- ❖ **Localização:** Nave central.
- ❖ **Atributos:**
 - O cenário é ao ar livre. Santo António veste o hábito franciscano com um cordão a servir de cinto. Tem sandálias calçadas. A mão esquerda segura uma cruz. A mão direita segura um livro fechado, onde está sentado o Menino

Jesus, nu.

- Menino Jesus: Este segura com as duas mãos a cabeça de Santo António. Ambos se estão a olhar nos olhos.

²⁷⁵ Vide Frei Agostinho de Santa Maria, “Da Imagem de nossa Senhora de Arroquerellas, ou da Encarnação”, *op. cit.*, p. 486.



Representação de Nossa Senhora do Rosário.
Fotografia tirada a 23-4-2011.

Imóvel: IMV.0015

Nº inventário: A0025

Tipo de Património: Painel de Azulejos

Designação: Nossa Senhora do Rosário

Descrição:

❖ Painel de azulejos figurando Nossa Senhora do Rosário.

❖ Século XVII/XVIII, policromado.

❖ Localização: Nave central.

❖ **Atributos:**

➤ O cenário é o céu, identificado pelas nuvens.

➤ Ao redor de Nossa Senhora

está um rosário de contas e flores que Esta agarra com a mão esquerda.

- Nossa Senhora do Rosário: está coroada e com os cabelos soltos. A túnica é creme e o manto azul. Na mão direita segura o Menino Jesus, também vestido com uma túnica creme.
- Menino Jesus: A mão esquerda está oculta por detrás da cabeça da Virgem e com a mão direita segura um rosário que, na ponta, tem um laço semelhante ao do outro rosário.



Pintura sobre madeira de Nossa Senhora do Rosário, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Imóvel: IMV.0017

Nº inventário: A.0026

Tipo de Património: Pintura

Designação: Pintura de Nossa Senhora do Rosário

Descrição:

❖ Pintura em madeira, obra quatrocentista²⁷⁶, representando a Nossa Senhora do Rosário.

❖ **Localização:** Nave central.

❖ **Atributos:**

➤ Nossa Senhora: a Nossa Senhora está coroada e sobre o vestido branco debruado a ouro tem uma túnica azul; a mão direita segura o Rosário, que a envolve, formado por pérolas e rosas. Na mão esquerda segura o Menino Jesus. A Nossa Senhora está apoiada numa nuvem onde estão três cabeças de anjos e oito cabeças de anjos que a ladeiam.

- Menino Jesus: Este também está coroado e está vestido com uma túnica verde. Na mão direita segura um pequeno rosário e na mão esquerda um pote com uma cruz.
- A moldura é decorada com flores e outros elementos vegetalistas, que dão a ilusão de envolverem as flores, formando colunas salomónicas (possivelmente esta pintura foi alvo de modificações no século XVIII) e, na base da moldura, a cabeça de um anjo a soprar e, a representação do vento, está pintado de vermelho.

²⁷⁶ José António Ferreira de Almeida (orientador e coordenador), “Azambujeira”, *Tesouros Artísticos de Portugal*, op. cit., p. 119.



Pomba tridimensional sobre o púlpito. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Imóvel: IMV.0017

Nº inventário: A.0027

Tipo de Património: Faiança

Designação: Faiança tridimensional de uma pomba

Descrição:

❖ Representação tridimensional em faiança de uma pomba, que simboliza o Espírito Santo.

❖ Peça do século XVII/XVIII, policromada.

❖ **Localização:** por cima do púlpito.

❖ **Atributos:** É possível distinguir as patas, bicos e olhos. As penas também estão marcadas e

pintadas.



Painel de azulejos. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Imóvel: IMV.0017

Nº inventário: A.0028

Tipo de Património: Painel de azulejos

Designação: O Menino Jesus Salvador do Mundo

Descrição:

❖ Painel de azulejos figurando uma cena íntima do Menino Jesus, de mão dada, com o seu pai S. José.

❖ Obra do século XVII/XVIII, policromada.

❖ **Localização:** Localizado sobre a entrada para a torre.

❖ **Atributos:**

➤ Estes passeiam num bosque.

➤ S. José tem cabelos e barba brancos. Está vestido com uma túnica cinzenta e tem um manto amarelo. Na mão direita segura um cajado e uma flor branca. Com a mão esquerda segura na mão direita do Menino Jesus.

➤ O Menino Jesus está descalço e vestido com uma túnica cinzenta.

➤ Ambos têm ao redor das cabeças auréolas de luz a indicar o seu estado de santidade.



Painel de azulejos a representar S. Sebastião. Fotografia tirada a 6-11-2010.

❖ **Localização:** Nave central.

❖ **Atributos:**

- São Sebastião está amarrado a um tronco e está a ser executado à morte por flechas. Este encontra-se somente vestido com um tecido à volta da cintura, à semelhança de Jesus Cristo. O seu cabelo e bigode são próprios da moda do século XVII.
- Os dois soldados estão vestidos com túnicas e seguram um arco e flechas trabalhados. O soldado da direita tem uma boina e botas amarelas. O soldado da esquerda tem uma fita no cabelo e umas caneleiras, estando descalço.

Imóvel: IMV.0017

Nº inventário: A.0029

Tipo de Património: Painel de azulejos

Designação: S. Sebastião

Descrição:

❖ Painel de azulejos figurando uma cena da vida de S. Sebastião.

❖ Obra do século XVII/XVIII, policromada.



Painel de azulejos a figurar Santo António pregando aos peixes. Fotografia tirada a 6-11-2010.

Imóvel: IMV.0017

Nº inventário: A.0030

Tipo de Património: Painel de azulejos

Designação: Santo António Pregando aos Peixes

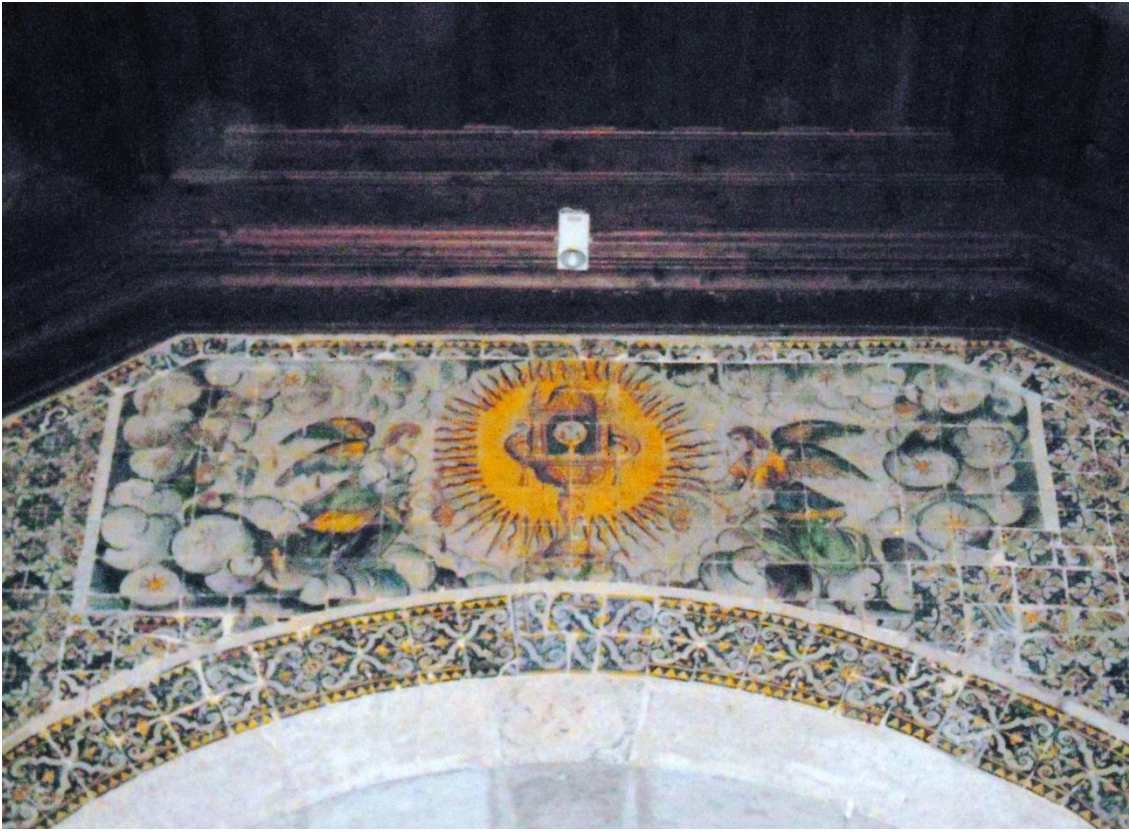
Descrição:

❖ Painel de azulejos figurando uma representação do sermão de Santo António aos Peixes.

❖ Obra policromada, do século XVII/XVIII.

❖ **Localização:** Na nave central, ao pé da escada de acesso ao púlpito.

- ❖ **Atributos:** Santo António está no centro da peça. Tem uma auréola que o identifica. Tem vestido o hábito de franciscano. Na mão esquerda segura um livro e tem a mão direita fechada, com dois dedos estendidos para os peixes. Este está ladeado por dois franciscanos, que o ouvem. Os peixes encontram-se na água, com a cabeça de fora. Ao fundo, perto de uma ponte de pedra, estão os homens a quem Santo António se dirige na realidade, com o seu sermão. Estes homens estão vestidos ricamente com túnicas, boinas e botas.



Painel de azulejos a figurar uma custódia resplandecente. Fotografia tirada a 6 – 11 – 2010.

Imóvel: IMV.0017

Nº inventário: A.0031

Tipo de Património: Painel de azulejos

Designação: Custódia resplandecente

Descrição:

- ❖ Painel de azulejos a figurar dois anjos ascensores a ladearem uma custódia resplandecente.
- ❖ Obra policromada, datada do século XVII/XVIII.
- ❖ **Localização:** está localizado sobre o arco triunfal.
- ❖ **Atributos:** Os anjos têm vestidos túnicas amarelas e verdes. O ostensório é uma peça de ouro trabalhada que expõe uma hóstia no seu interior.



Imagem de Santa Luzia da Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Rosário, na Azambujeira. Fotografia tirada a 5-6-2011.

Imóvel: IMV.0017

Nº inventário: A.0032

Tipo de Património: Escultura

Designação: Imagem de Nossa Senhora do Rosário

Descrição:

❖ Imagem do século XVII/XVIII está coroada.

❖ **Localização:** Altar lateral.

❖ **Atributos:**

➤ Nossa Senhora do Rosário: A sua túnica é vermelha e a sua capa é verde e ambos têm elementos decorativos a

imitar folhas e flores bordados a ouro. A mão direita está levantada, com a palma para cima, e na mão esquerda segura o Menino Jesus. Sobre a peça está colocado um rosário.

- Menino Jesus: Este está vestido com uma túnica creme, é loiro e tem ambas as mãos levantadas com as palmas viradas para cima.



Imagem de S. Gregório da Capela de S. Gregório, em Carvalhais. Fotografia tirada a 23-4-2011.

Imóvel: IMV.0021

Nº inventário: A.0033

Tipo de Património: Escultura

Designação: Imagem de S. Gregório

Descrição:

❖ Imagem do século XVIII, policromada.

❖ **Localização:** Altar-mor.

❖ Um recente restauro adulterou gravemente a imagem. As cores originais seriam: manto vermelho escuro, com o interior dourado; túnica branca e castanha; mitra papal dourada; sapatos castanhos.

❖ **Atributos:** A imagem actual apresenta o seguinte jogo cromático: o exterior da capa é um vermelho primário e o seu interior é amarelo primário. Estas duas cores se repetem na mitra papal; a túnica é branca e castanha, os sapatos vermelhos; livro castanho; e as mãos estão pintadas de vermelho, como que a sugerir que tem umas luvas. A mão direita está levantada para o Céu e a mão esquerda segura um livro.



Imagem de Santo António na Capela de São Pedro, nas Correias. Fotografia tirada a 26-22011

Imóvel: IMV.0023

Nº inventário: A.0034

Tipo de património: Escultura

Designação: Santo António

Descrição:

- ❖ Peça do século XVIII, policromada.
- ❖ **Localização:** Numa peanha, na nave.
- ❖ **Atributos:** O seu hábito franciscano está ricamente decorado

com a cor dourada e a representação de elementos vegetalistas. Tem a mão direita levantada e na mão esquerda a Bíblia e, sobre esta, está o

Menino Jesus, nu e de pé.



Imagem de Nossa Senhora da Assumpção na Capela de Nossa Senhora da Vitória, nas Quintas. Fotografia tirada a 7-2-2011.

Imóvel: IMV.0024

Nº inventário: A.0035

Tipo de Património: Escultura

Designação: Imagem de Nossa Senhora da Assumpção

Descrição:

- ❖ Imagem do século XVIII, policromada.
- ❖ **Localização:** Numa peanha, na nave central.
- ❖ **Atributos:** O manto é verde no exterior e dourado no interior; a

túnica tem tons de dourado e decorada com flores; a Nossa Senhora tem cabelos escuros e está coroada; tem as mãos unidas, numa prece; está apoiada numa nuvem. Por detrás da nuvem é visível uma meia-lua e, na parte da frente, são visíveis seis cabeças de anjos, a saírem da nuvem.



Imagem de Jesus Cristo na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Fotografia tirada a 13-5-2010.

Imóvel: IMV.0029

Nº inventário: A.0036

Tipo de Património: Escultura

Designação: Jesus Cristo

Descrição:

- ❖ Imagem quinhentista, policromada.
- ❖ **Localização:** Na nave central, numa peanha.
- ❖ **Atributos:** o manto é vermelho e a túnica creme; tem cabelos longos e barba;

a mão direita está aberta, virada para a frente; a mão esquerda está fechada, encostada ao peito.



Imagem de Nossa Senhora da Conceição na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Rio Maior. Fotografia tirada a 5-4-2011.

Imóvel: IMV.0029

Nº inventário: A.0037

Tipo de Património: Escultura

Designação: Nossa Senhora da Conceição

Descrição:

- ❖ Imagem do século XVIII, policromada.
- ❖ **Localização:** Na nave central, numa peanha.
- ❖ **Atributos:** os cabelos são longos e castanhos; está coroada e

no topo da coroa está uma pomba, representação do Espírito Santo; o manto é vermelho e azul, com bordados a ouro; a túnica é cinzenta com bordados a ouro e rosas pintadas; as mãos estão unidas, num gesto de oração; está apoiada num globo terrestre, cujo está envolvido por uma cobra (o símbolo da ausência de pecado). Por detrás do globo está uma meia-lua e por debaixo dos seus pés cinco cabeças de anjos, com as asas

pintadas a ouro.



Tapeçaria de João Marcos. Fotografia tirada a 13-05-2010.

Imóvel: IMV.0029

Nº inventário: A.0038

Tipo de Património: Tapeçaria

Designação: Cristo Ressuscitado

Descrição:

- ❖ Tapeçaria de João Marcos.
- ❖ Páscoa de 1986.
- ❖ **Localização:** a tapeçaria reveste a parede central do Presbitério.
- ❖ **Atributos:** Concebida a partir de um texto do século IV, leitura de Sábado Santo e executada para a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição: “Na figuração, Cristo Ressuscitado estende as mãos a Adão e Eva, as raízes da humanidade. A seus pés estão partidas as portas da morte e símbolos da opressão e escravidão. Atrás de Eva vê-se Sara, a mulher que gerou na velhice; Abraão, o pai dos crentes; Isaac; Jacob e Moisés, o libertador do Povo na primeira Páscoa. Após Adão, levanta-se David, de cuja descendência nasceu Jesus; Salomão, o rei sábio; João Baptista e Elias, o profeta defensor dos direitos de Deus e dos oprimidos”²⁷⁷.

²⁷⁷ Cit. Marcolino Nobre, *História da Igreja Nova de Rio Maior, Comerações Jubilares 1968-1993*, Rio Maior, Grafiartes, 1993, p. 94.



Imagem de Santo André na Capela de Santo André, na Ribeira de Santo André. Fotografia tirada a 5-6-2011.

Imóvel: IMV.0030

Nº inventário: A.0039

Tipo de património: Escultura

Designação: Santo André

Descrição:

- ❖ Imagem quinhentista, policromada.
- ❖ **Localização:** No altar-mor, apoiada numa peanha.
- ❖ Descrita do seguinte modo por Gustavo de Matos Sequeira: “O

orago, escultura de pedra do século XVI, policromada, medindo de altura 0m,720, é a única coisa a destacar”²⁷⁸.

❖ **Atributos:** A imagem tem cabelos longos, castanhos, e barba; a capa tem vestígios de vermelho e azul; a túnica é vermelha; na mão direita tem um cajado, para auxiliar na deslocação; a mão esquerda está ao nível do peito, coberta pela capa, e a segurar um livro vermelho aberto.



Crucifixo na Capela de Santo André, na Ribeira de Santo André. Fotografia tirada a 5-6-2011.

Imóvel: IMV.0030

Nº inventário: A.0040

Tipo de património: Crucifixo

Designação: Crucifixo da Capela de Santo André

Descrição:

- ❖ Crucifixo o século XVIII, policromado.
- ❖ **Localização:** Altar-mor.
- ❖ **Atributos:**

➤ A cruz é de madeira; as extremidades trabalhadas e a representação dos raios divinos em torno da cabeça de Jesus Cristo são de talha dourada.

➤ A placa com a inscrição INRI e a representação da estrela, sobreposta aos raios divinos, são de prata. A imagem de Cristo crucificada é de pedra.

²⁷⁸ Gustavo de Matos Sequeira, “Ermida de Santo André”, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Santarém, op. cit.*, p. 56.

- A estrutura muscular, óssea e vascular estão anatomicamente bem definidos; as feridas no corpo, em especial dos joelhos, estão representadas com pormenor; os cabelos e barba são loiros, e os olhos são sugeridos no entalhe da pedra.
- O pano que cobre a cintura da imagem tem muito movimento, fazendo um nó do lado direito.



Imóvel: IMV.0030

Nº inventário: A.0041

Tipo de património: Escultura

Designação: Santo António

Descrição:

❖ Imagem de Santo António, do século XVIII, policromada, bastante deteriorada.

❖ **Localização:** No interior da sacristia.

❖ **Atributos:** De cabelo curto, preto, e rosto barbeado; entre as sobrancelhas tem um objecto ou símbolo, que não está identificado; o hábito é preto com as extremidades amarelas e um cinto amarelo; por debaixo destas vê-se a túnica azul; os pés têm sandálias; a mão direita está fechada e virada para baixo; o braço esquerdo desapareceu. Mas depreende-se que com este braço seguraria o livro vermelho, que se encontra a nível do cinto.

Imagem de Santo António na Capela de Santo André, na Ribeira de Santo André. Fotografia tirada a 5-6-2011.



Imóvel: IMV.0031

Nº inventário: A.0042

Tipo de património: Escultura

Designação: Nossa Senhora com o Menino ao colo

Descrição:

❖ Imagem moderna de Nossa Senhora com o Menino Jesus ao colo, policromada.

❖ **Localização:** Na sacristia.

❖ **Atributos:** Tem um véu verde, a condizer com a capa verde; a túnica é vermelha com uma gola amarela; as duas mãos apoiam o Menino Jesus, que está vestido de azul e que tem o rosto bastante deteriorado.

Imagem de Nossa Senhora Virgem Maria, na Capela de S. Sebastião, em S. Sebastião. Fotografia tirada a 1-5-2011.

Inventário das tradições e lendas religiosas do concelho de Rio Maior

Nº imóvel: IMV. 0001

Nº inventário: IM. 0001

Tipo de Património: Imaterial

Designação: Lenda de Alcobertas

Descrição: As tradições locais afirmam que a Anta de Alcobertas foi construída pela Santa Maria Madalena, que trouxe as pedras da Serra da Luz ou que as fez nascer naquele lugar para os crentes irem expiar os seus pecados.

Nota Histórico-Artística:

- ❖ **Memórias Paroquiais:** trecho do padre Manoel da Sylva e Reys, que procura dar uma justificação do modo de construção da Anta-capela de Santa Maria da Madalena: “Ultimamente a capella de Santa Maria Magdalena, que já as[s]imã fica dita estar no lado direito da igreja co[m] arego della hé para admira a sua factura pois não foi arteficial porquanto as paredes são pedras ou laiges muito grossas e altas como profundas, sem haver noticia algũa de como esta obra foy feita. Huns dizem ser obra da natureza; outros, couza miraculoza. Tudo pode ser, porem sempre hé couza pasmoza. O tecto hé arteficial por ser abobada; o pavimento hé de terra, e sempre que estas pedras se acham húmidas o nixo da Santa hé embrexado. E alguns dizem foi santa de muita romagem. Hoje hé só a gente da terra, como tem susudido [a]thé agora.”²⁷⁹

Nº imóvel: IMV. 0002

Nº inventário: IM.0002

Tipo de Património: Imaterial

Designação: Lenda dos Mouros

Descrição: Reza a lenda que, durante a ocupação muçulmana, os mouros terão enterrado dois potes no Monte de S. Gens: um terá ouro e enriquecerá quem o encontrar, e o outro terá a peste e trará a desgraça.

²⁷⁹ Cit. João Cosme e José Varandas, “Alcobertas, 1758, Abril, 20”, *Memórias Paroquiais [1758-1759]*, op. cit., p. 94.

Nº imóvel: IMV.0005

Nº inventário: IM.0003

Tipo de Património: Imaterial

Designação: Lenda de Nossa Senhora da Escusa

Descrição: De acordo com a tradição, neste local, apareceu a Nossa Senhora da Escusa/Monte/Graça e que, apesar das tentativas de a colocar na Igreja Paroquial de São João da Ribeira, “os Anjos a havião levado, & collocado no mefmo lugar, em que fe havia manifestado”²⁸⁰. Como medida de protecção desta imagem “fe mandou fazer outra Imagem da eftatura, & proporção de huma mulher, & a materia della he barro, & dentro defta Imagem recolhêrão a antiga. O que fe affirma commumente he, que lha meterão no peito: mas eftá em forma que de não pode ver”²⁸¹.

Nº imóvel: IMV.0006

Nº inventário: IM.0004

Tipo de Património: Imaterial

Designação: Lenda de S. Martinho

Descrição: No Monte de S. Martinho, existiu outrora uma capela²⁸² de invocação deste santo, que foi destruída em data incerta e que só sobreviveram uns fragmentos de telha e alguns alicerces. De acordo com a tradição local, a população tinha muita dificuldade em subir o monte para prestar culto ao santo. Portanto, construíram a capela em Teira e procuraram trazer a imagem de São Martinho. De todas as vezes, a imagem retornava ao Monte até que construíram uma janela que permitia ao santo avistar o Castro.

²⁸⁰ Vide Frei Agostinho de Santa Maria, “Da Milagrosa Imagem de nossa Senhora da Escusa, ou do Monte”, *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça aos pregadores e dos devotos da mesma senhora*, ed. facsimilada, Tomo II, Livro 10, p. 484.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Vide Afonso do Paço e outros, “Notas Arqueológicas da Região de Alcobertas (Rio Maior)”, *I Congresso Nacional de Arqueologia, Separata do I Volume das Actas e Memórias*, Lisboa, 1959, p. 285.

Nº imóvel: IMV. 0007

Nº inventário: IM.0005

Tipo de Património: Imaterial

Designação: Lenda de Nossa Senhora da Barreira

Descrição: De acordo com a lenda²⁸³ um lavrador encontrou neste lugar a imagem de Nossa Senhora da Barreira. Tentou levá-la várias vezes para a Igreja Paroquial de S. João Baptista, em S. João da Ribeira. Todavia, de todas as vezes que a levava, esta voltava milagrosamente ao ponto de partida.

Nº imóvel: IMV. 0008

Nº inventário: IM.0006

Tipo de Património: Imaterial

Designação: Lenda de Amaro

Descrição: A lenda associada à capela de Santo Amaro conta que um senhor chamado Amaro, que padecia de grandes males de saúde, pernoitou na localidade de Sourões e, como no dia seguinte se sentiu melhor, resolveu construir a capela em honra de Santo Amaro e viver na localidade.

Nº imóvel: IMV.0012

Nº inventário: IM.0007

Tipo de Património: Imaterial

Designação: Lenda do milagre de Nossa Senhora da Encarnação

Descrição: Reza a lenda que a Nossa Senhora da Encarnação fez uma aparição em Arrouquelas: “Santíssima Imagem da soberana Emperatriz da gloria, a quem dão o titulo da Encarnação, porque o de Arrouquellas foy tomado do lugar do seu aparecimento, ou porque junto a elle fe manifestou”²⁸⁴. No local desta aparição foi construída a Igreja de Nossa Senhora da Encarnação.

²⁸³ Cit. Ricardo Santos Pinto, “Os santos da nossa devoção”, *Rio Maior, Maior Futuro...*, op. cit., p. 66.

²⁸⁴ Vide Frei Agostinho de Santa Maria, “Da Imagem de nossa Senhora de Arrouquellas, ou da Encarnação”, *Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça aos pregadores e dos devotos da mesma senhora*, Tomo II, Livro 10, ed. facsimilada, p. 485.

Fontes Documentais

C

ARTA de venda que fizeram Pero Baragão e sua mulher Sancha Soares à Ordem do Templo da parte que tinham no poço e salinas de Rio Maior.

E

M NOME DE DEUS. Esta é a carta de venda irrevogável que eu Pero Baragão e minha mulher Sancha Soares, tanto quanto podemos, te mandámos passar a ti João Domingos, comendador do templo, e a todos os freires de Tomar, tanto presentes como futuros, de um poço que temos em Rio Maior, a saber uma quinta de água para marinhas, com as seguintes confrontações: A oriente a albergaria do Rei. A ocidente D. Pardo e Hospital. Ao aquilão as marinhas de Hospital. Da parte de áfrica, as marinhas de D. Pardo. Vendemo-vos esta quinta do dito poço pelo preço de vós recebido, a saber cinco maravedis e meio, porque assim aprouve tanto a vós como a nós, e não resta nada por pagar. Possuais firmemente a água do poço, que temos, vós e os freires que forem depois de vós. Mas se acaso alguém, mesmo nós ou algum dos nossos ou estranho, quiser quebrar este nosso contrato, não lhe seja licito, e mesmo por o tentar fazer pague o dobro e o mesmo pelas melhorias feitas, e pelo domínio da terra outro tanto.

Carta feita no mês de Julho da Era de MCCXV.

Nós supra nomeados mandámos fazer esta carta perante testemunhas idóneas e a fizemos corroborar com este sinal ++.

Foram presentes Frei Pedro Sever que deu os maravedis. Testemunhas: Martinho Longo, testemunha. Pedro de Onorico, testemunha. João Trilia Cacos, testemunha. João parente de Martinho, de Coredomini, testemunha. João Mònaco. João Molazino, testemunha. Pelágio Garcia, testemunha. Pelágio Gonçalves, testemunha. Mendes Managete, testemunha. Mendes Pedro, testemunha. Domingos Pedro, testemunha. Pretelino subdiácono a notou.

Imagem da transcrição para português actual do documento "Doacom de falinas e Rio Mayor". Texto exposto no Gabinete de Turismo das Salinas de Rio Maior. Fotografia tirada a 20-3-2011.

Azambujeira

Emm.xo Snr.

O que posso dizer a respeito desta minha freguesia da villa de Azambujeira – hes o seguinte.

Pertence ao Patriarcado de Lisboa, comarca da villa de Santarem, termo da villa de Azambujeira e Freguezia de Nossa Senhora do Rozário.

Esta villa he donatário della o Excelentissimo Conde de Soure e o he ao presente.

Tem esta Freguezia nouenta e ste moradores, tem trezentas e sincuenta pessoas.

Está esta villa situada em hum monte e se descobre della a villa de Santarém donde dista duas legoas ara aparte do Nascente.

Tem esta villa seu termo chompreende dois lugares hum delles de chamão Louriceira que lhe da Freguezias de Almoster tem doze moradores, o outro lugar he desta Fregueziam e se chama Alfouvés, e tem trinta e seis moradores.

A Paroquia está dentro na villa, e fora da villa tem hum lugar que se chama Alfouvés; o orago desta Freguezia he Nossa Senhora do Rozario; tem a Igreja só huma Nave; tem tres Altares exceto o da capella mor; o da parte do Evangelho he do Santo Antonio; e o da Epistulla he do Senhor Jezus Crucificado; estes dois Altares ficão na facia da Igreja tem outro Altar na parede da Igreja da parte da Epistulla e he de Nossa Senhora do Rozario; tem esta Freguezia duas comfrarias, huma do Santissimo Sacramento e outra de Nossa Senhora do Rozario, esta comfraria de Nossa Senhora do Rozario esta soberdinada ao Prior do convento de São Domingos, da villa de Santarem. O Parroco desta Freguezia he vigário e he apresentado pello Excelentissimo Conde de Soure a renda certa que tem são dois moyos de trigo, e hum moyo de Feijão fradinho, quatro cantarn de azeyte, e huma terra no Paul chamado entre a vallas que costuma dar de novidade trigo e milho dois moyos o mais he pe do Altar que junto juma couza com a outra, rendera huns annos pellos outros cento e vinte milheis.

Tem esta Freguezia huma Ermida da Evocação de Santa Luzia aqual Imagem se acha na Igreja por estar a ruinada a Ermida. Esta Ermida pertence ao povo, tem muntas pessoas devoção com a Santa, donde vem varias vezes agradecer à Santa algum milagre que he fas a respeito dos othos.

Os Frutos que os moradores desta Freguezia recolhem são

São trigo munto e bom, sevada e bastante milho também. Recolhem munto vinho cazeite e legumes e todas as castas. He governada esta terra por hum juiz ordinários tem dois veriidores e hum Procurador do concelho e Almotace e 8 scrivaes da câmara e Alcaide e o mesmo juiz ordinário he juiz dos orfos. Esta justiça he feita de tres em tres annos por pelouro o qual se costuma a fazer justiça para tres annos e prezide a Eleição o corregedor da villa de Santarem pello qual são confrimados se abre o pellouro; Serviço esta terra do correyo da villa de Santarem donde dista duas legoas.

Fica esta terra distante da cidade de Lisboa quatorze legoas.

A ruína que padeceo no toremoto de 1755 forão só humas cazas de sobrado as quais cahirão ainda se achão cahidas.

Está esta terra hum monte a qual sercão dois rios hum la parte do poente o qual tem o seu nascimento na Freguezia de Rio mayor junto a huma quinta chamada o jogadouro no qual sitio como serve o mesmo nome do sitio donde nasce logo mais abaxo se chama Rio mayor tomando o nome da terra por onde passa e passando pela Freguezia de São João da Ribeira se chama o Rio do Amial por pazar por huma Ribeira chamada o Amial e dista desta Freguezia duas legoas ao seu nascimento.

Este Rio nasce logo caudolhozo e corre o anno.

Desta Freguezia para cima não he navegável por cauza de huma ponte de cantaria que se acha no meyo das Fazendas da Freguezia e a tal ponte impede a navegação daqui para sima. O outro Rio da parte do Nascente aonde chamão as Alcubertas lhe chamão olho dagoa das Alcubertas e nesta Freguezia se chama o Rio de Calharis, este Rio daqui para sima the o lugar do seu nascimento não he navegável. E por respeito dos Asudes, Este Rio também nasce logo caudelozo e corre todo o anno.

Qualquer destes dois Rios desde o sitio donde morem the a ponte que está nesta Freguezia são navegáveis no tempo de Imverno por Bateis que costuma carregar quinze de raçois moyos de pão.

Qualquer destes dois Rios em humas partes são de curso arebatado Arebatado e noutras quieto.

Correm estes dois rios do Norte para o Sul. Crião estes Rios quantidade de Peixes de toda a casta estes são munta em guia servos Fataças, sarmoins, ruivacas, e em alguns mezes do anno como são Março, Abril e Mayo se fazem huns caneiros donde se apanhão bastantes lampreas e de toda a pescaria uzam livremente todas as pessoas.

As Margens destes dois rios se cultivão donde se recolher bastante trigo milho e Legumes em algumas partes tem seu Arvoredo tanto de Fruto como Silvestre.

Estes dois Rios se juntão hum com outro nesta Freguezia donde chamão o canto do pego juntos em hum vão morrer no rio Tejo donde chamão o Rio novo.

Os moradores desta villa uzam Livremente de suas agoas para a cultura das suas terras.

O Rio da parte do Nascente desde o seu Nascimento athe donde morre dista sete legoas e da parte do Poente dista seis legoas; he o que a vossa Emm.^a poco dizer desta minha Freguezia de Azambujeira houje dois de Abril de 1758.

O Vigario Francisco Baup.ta

Aellação e resposta aos interrogatórios seguintes por seus cappitulos

Primeyramente

Esta freguezia de São João da Ribeyra he deste Patriarcado do termo e Comarca da villa de Santarem.

- 2º Toda esta freguezia paga outavos sua Magestade que Deos guarde, excepto o lugar de Mallaqueijo, que os servimos ao Excellentissimo Duque de Lafoens.
- 3º Consta esta freguezia de trezentos e outenta e dous fogos, ou vizinhos, pessoas mayores de confissão e comunhão mil e duzentas, e noventa e seis; e menores somente de confissã cento e setenta e quatro.
- 4º Este lugar de São João da Ribeyra esta situado em hum bayxo místico ao Rio e de huma e outra parte montes e delle senão descobre povoação alguma, e distara da primeyra hum quarto de legoa.
- 5º Esta freguezia he do termo de Santarem comprehende sinco lugares que he oite d São João da Ribeyra e Mallaqueijo e Marmeleira e Assentiz e Arroquellas e algumas Aldeyas e Cazaes agregados a estes lugares; consta este lugar de São João da Ribeyra de trinta e hum vizinhos, digo consta de trinta e nove vizinhos; e o lugar de Mallaqueijo consta de quarenta e tres vizinhos; e a Marmeleyra consta de noventa e tres vizinhos; Assentis consta de vinte e nove vizinhos; e Arroquellas consta de setenta e tres vizinhos. Aldeias pertencentes a este lugar de São João da Ribeyra, Alouzella; quintas do Frazoes; Ericeira a Louzella consta de outo vizinhos e mais alguns cazaes místicos. Quintas dos Frazoes consta de nove vizinhos; Escuza consta de tres vizinhos, e mais alguns cazaes místicos, e tem mais duas Aldeias, huma chamada Arroteia, que consta de seis vizinhos; e outra chamada de Mallaqueiginho, que consta de quatro vizinhos, e mais alguns cazaes místicos.
- 6º Esta Parroquia está dentro deste lugar de São João de Ribeyra. Consta dos lugares e Aldeias e Cazaes de que so fez menção no Cappitolo quinto.
- 7º O orago desta freguezia he São Joao Baptista, consta de quatro alatres, o Altar Mor he de São João; os Collatraes Nossa Senhora do Rozario, Nossa Senhora da Savação, e Espirito

Santo. Não tem Naves. Tem tres Irmandades convem a saber Nossa Senhora do Rozario, Nossa Senhora da Salvação e Espírito Santo.

- 8° Esta freguezia he vigarara e he da apresentação dos Padres da Congregação de São João Evangelista do Convento de São Bento de Xabregas, teria de venda para o vigário cento e sincoenta mil reis, pouco mais ou menos.
- 9° Nam tem Beneficiados, e so tem coadjutor congregao de quinze mil reis.
- 10° Há nesta freguezia hum hospício de Relligiozos Dominicos subjecto ao Convento da Serra de monte junto de Nossa Senhora das Neves.
- 11° Não tem hospital.
- 12° Nam tem Caza de Mizericordia.
- 13° Tem sette Irmidas, Nossa Senhora das Angustias, Sam Brás, Nossa Senhora da Escuza, Nossa Senhora da Barreyra, Nossa Senhora da Encarnação de Arrouquellas, Nossa Senhora da Vittoria de Assetiz, Sam Francisco da Marmeleyra; e tem mais hum oratório na Quinta da grimaneza. A Irmida da Nossa Senhora das Angustias está na quinta do Acipreste de que he Senhor Bento Jozé de Campos; a Irmida de Sam Brás está dentro do lugar de Mallaqueijo; a Irmida de Nossa Senhora da Escuza está em dezerto, e não tem administrados senão o povo e da mesma forma, a de Sam Brás. A Irmida de Nossa Senhora da Barreyra está ao pé de quatro moradores e também he da administração do povo; a Irmida de Nossa Senhora da Encarnação fica ao pé do lugar de Arrouquellas, he da administração do Do povo; a Irmida de Nossa Senhora da Vittoria esta dentro do lugar de Assentiz e he da administração do Morgado Gaspar Joze Cardozo de Almeyda e Vasconcellos. A Irmida Sam Francisco fica dentro do lugar de Marmeleyra, e he da administração do povo.
- 14° As Irmidas de Nossa Senhora de Arrouquellas e de Nossa Senhora da Vittoria de Assentiz acodem a ellas do Romagens vários dias do anno, e principalmente nos dias em aye se festejos como a Senhora da Vittoria a quinze de Agosto, e a Senhora da Encarnação a vinte e sinco de Março e em outros mais dias.
- 15° Os fruttos que se recohem nesta freguezia em mayor abundância são trigo, milho grosso, sevada, Azeyte, vinho.
- 16° Os juízes desta freguezia se chamão ventaneyros, e sam sinco hum em cada lugar e sam feytos pella Comerca da Villa de Santarem.
- 17° Nam he couto, nem cabeço de concelho ou honra.
- 18° Nam há memoria que nesta freguezia florecessem, ou della sahem homens insignes por virtudes, letras ou armas.
- 19° Nam tem feyras francas nem captivas.

- 20° Nam ha correio de Santarem.
- 21° Dista esta freguezia quatorze legoas da cidade de Lisboa.
- 22° Nam tem privilegios nem antiguidade dignas de memoria.
- 23° Nesta freguezia, em todos lugares della há varias fontes com abundância de agoas, mas com mais fertilidade a fonte de Assentiz.
- 24° Nam he porto de mar.
- 25° Nam he murada, nem praça de armas, nem tem castello, nem torres.
- 26° X No terramoto de 1755; supposto ouve alguma ruína não foy com m.to excesso, e a que ouve esta reparada.

Aellação dos Rios desta freguezia

- 1° O Rio, que passa esta freguzia se chama o Rio de Sam Joaõ, tem este o seu principal nascimento aonde chamão o jugadouro, freguezia de Riomayor.
- 2° Nasce logo caudolozo, mas noveram muntas vezes seca no seu proprio nascimento mas sempre corre por agoas que sehe adjuntão de varias partes.
- 3° Entrão neste rio hum que passa pello lugar de Arroquellas e pello de Assentiz e da Marmeleyra, e faz a sua entrada aonde chamão o Montujo; e outro rio que passa pella freguezia de Alcoentre, e Sam Pedro de Arrifana, e Almoester, e faz sua entrada aonde chamão a Salgada ao pé da villa Azambugeyra; e entra mais neste rio outro, que tem seu nascimento aonde chamão as Alcubertas, que passa pellos lugares das Fragoas, e Outeyro, e neste entrão os rios, que vem dos lugares da Cortiçada, e Arruda; os quais todos juntos passam por onde chama a ponte de Calharis; e faz sua entrada Entrada aonde chamão a Salgada junto à Azambujeyra.
- 4° Nam he navegal, senão athé a ponte de Azambujeyra, e só de embarcações piquenas.
- 5° Este rio de curso quieto em toda a sua distancia, menos quando as innundações sam graves.
- 6° Corre este rio do Norte para o Nascente.
- 7° Neste rio se crião alguãs qualidades poyx ay mas piquenos e dos que há mais abundância ao pexe cor de muntos, se chamão bavoos.
- 8° Neste não se fazem pescarias de consideração mas sim algum curiozo por seu divertimento.
- 9° Espello que fica ditto no cappitolo antecedente não há de que se dar conta neste cappitolo nono.

- 10° As margens deste rio quazi to das se cultivão, e sam bem productivas, e tem varias arvorias, digo arvores de fructo e sem fructo.
- 11° As Agoas deste rio não consta de que tenham virtude especial, de que se possa fazer menção.
- 12° Ate o presente não consta de que este tivesse outro nome, senão rio de Sam Joao da Ribeyra de Riomayor, e nem tem outro.
- 13° Este rio faz sua entrada no rio Tejo por bayxo da villa de Azambujeyra.
- 14° Tam varias represas velle digo levadas, ou assudes, que se impedem o ser navegável.
- 15° Tem nove pontes todos de pão, a saber huma ao moinho do Padre Jozé Leytão e outra ao moinho do Capitão Jozé Cordeyro de Carvalho e outra ao moinho que o chamão do Capucho e outra ao moinho a que chamão da ordem e outra ao moinho que chamão do mil Eomaris, e outra a que chamão dos Assudes junto a este lugar de Sam João da Ribeyra; e outra aonde chamão o Canal do porto do sovereyro, também junto a este mesmo lugar de São João; e outra a que chamão a Longra; e outra agoa Agoa chamão da valla Real.
- 16° Tem este rio nove moinhos de moer grão, e dous Lagares de Azeite.
- 17° Não consta athé presentemente que deste se tirasse ouro algum.
- 18° Os povos uzão livremente das suas agoas, sem penção alguã, para fertilizarem as suas terras.
- 19° Tem este rio, desde o seu nascimento principal, athe que entra no rio Tejo sette legoas de comprido pouco mais ou menos; passa pellos lugares de Ryomaior, Anteporta, e Sam João da Ribeyra, e por perto do lugar de Alfouvés, e villa de Azambujeyra, e lugar das Virtudes, e por perto da villa de Azambuja.
- 20° E não consta mais de que dar conta que o refferido que tudo passa na verdade que referi do que roguey por mim se fizesse e eu o apigney. Sam João da Ribeyra de Março 29 de 1758. E no que respeyta a Serra, não há de que dar conta, por não a Haver nesta freguezia, era ut supra.

O Vigr. [Vigário] Carlos Jozé da Moura.

**Ribeira da Cortiçada, Santarém. Memórias Paroquiais, 1758, Vol. 32, nº 96, pp. 573 a 575
[transcrição de Lúcia Jorge].**

N. S. da Ribeira da Cortiçada

Santarem

O que se diz desta terra he o seguinte

- 1º Esta terra, freguezia de Nossa Senhora da Ribeira fica na provinzia da Beira pertence ao Patriarcado de Lisboa, e ao termo e Comarca da villa de Santarem.
- 2º He de El Rey, e paga dizima ao priorado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do lugar da Abitureiras, pertencente ao Cadeira de Mafra, que hoje se chama hua das Cadeiras, suprimidas.
- 3º Tem noventa couto vizinhos, e trezentas sesenta, e huã pessoa.
- 4º Esta sittuada em monte e delle sabes cobre parte de hum lugar chamado Albergaria, de que hum quarto de legoa.
- 5º Não tem termo seu: tem dois lugares, hum chamado o lugar do Outeiro; outro o lugar dos Correas; e o Lg [lugar] xms [chamado] Cazais chamados os Cazais da Cortiçada, e Cazais do Valle da Mariahas, que comprehendem o numero de noventa couto vezinhos achima dellas.
- 6º A paroquia está fora do lugar, e tem esta os lugares e Cazais la dittas.
- 7º O seu orago he o da Nossa Senhora da Ribeira: tem tres altares: hum he o de Nossa Senhora da Ribeira; outra o de Nossa Senhora do Rozario e outro he do Divino Espirito Santo; tem a Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e não tem naves.
- 8º O parocho he cura, apresentado pello Emmenetissimo Senhor Cardeal Patriarca e rende setenta mil reis.
- 9º Não tem beneficiados.
- 10º Nam tem conventos.
- 11º Nam tem hospital.
- 12º Nam tem caza da Misericordia.
- 13º Tem huma hermida de Sam Pedro dentro no lugar das Correas e pertence ao tal povo; tem mais duas immagens, huã do Santo Antonio e outra de Sam Gonçaldo.
- 14º E nestes dias a cada Romagem, e pello de cada anno também algus dias mais.

- 15° Os frutos que os moradores recolhem da terra são: trigo; milho; uva Pura; feijão branco e fradinho; grão; lagares e azeite.
- 16° Não tem juiz ordinário nem Câmara, está sim sujeita às justiças da villa de Santarem.
- 17° Não he couto, nem Cabeço de concelho, honra ou behetria.
- 18° Não há memoria que della tendão sahido homens insignes por virtudes, letras ou armas.
- 19° Nam tem feira em tempo algum.
- 20° Não tem Correo, e se serve do de Santarem, que dista tres legoas.
- 21° A cidade capital do Reino, Patriarcado de Lisboa, a villa dista de quatorze legoas.
- 22° Não tem privilégios.
- 23° Há huã lagoa chamada S. Martinho no lugar da Cortiçada, mas não se sabe, nem qualidade nas suas agoas.
- 24° Não tem porto de mar.
- 25° A terra não he murada.
- 26°X Alguma ruína padeceo no terramoto de mil sete centos e setenta e sinco, principal na Igreja e alguãs cazas, mas já e parte se acham reparadas.
- 27° Não há mais couza algũa digna de memoria e que não compreette interrogatório.

Nesta terra não há serra, de que se possa dar discussão algũa.

Noticia que se sabe do Rio desta terra he o seguinte

- 1° Há hum rio, que nasce junto a serra do lugar de Alcobertas.
- 2° Não nasce caudal lozo, e corre todo o anno.
- 3° Não entra nella rio algũ.
- 4° Não he navegável.
- 5° Não he de curso arrebatado.
- 6° Corre do Norte p.^a o Sol.
- 7° Não cria peixes de que se possa fazer ambundancia alguma.
- 8° Não há pescarias nellas.
- 9° Está ditto.
- 10° Cultivam nas suas margens as quais tem algum arvoredado de fruto e a douas silvestres.
- 11° Não tem virtudes algumas nas suas agoas.
- 12° Sempre conserva o mesmo nome do rio destha parte, nem sabem o rança, que e noutras terras o tivesse outro.

- 13° Morre em outro rio hum que se junta onde chamam ponte de a Agua junto a villa de Santarem.
- 14° Não tem cachoeira, repreza, levada ou açude.
- 15° Não tem pontes de cantaria; mas sim nas aguas do pao pequenas.
- 16° Tem moinhos, e algus lagares de azeite.
- 17° Não conheço que em tempo se tirasse ouro das suas areas.
- 18° Os povos uzam livre das suas agoas para a cultura dos campos.
- 19° O rio poderá ter tres legoas, desde o seu nascimento, the onde acaba.
- 20° Não há mais de que possa dar noticias algumas

N. S. Ribeiras.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes

Memórias Paroquiais:

Alcanede, Santarém. Volume 1, nº 78, p. 555 a 568.

Alcobertas, Alcanede. Volume 2, nº13, p. 131 a 134.

Azambujeira, Santarém. Volume 5, nº 67, p. 957 a 960.

Rio Maior, Santarém. Volume 32, nº 125, p. 749 a 751.

Fráguas, Alcanede. Volume 16, nº 145, pp. 919 a 924.

Arruda dos Pisões, Santarém. Volume 5, nº 21, pp. 689 a 690.

Ribeira da Cortiçada, Santarém. Volume 32, nº 96, pp. 573 a 575.

Ribeira, Santarém. Volume 31, nº 91, pp. 535 a 546.

Santa Maria, Frei Agostinho de (1642-1728)

Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça aos pregadores e dos devotos da mesma senhora, ed. facsimilada do Arquivo Histórico de Santarém.

PIMENTEL, Alberto

História do Culto de Nossa Senhora em Portugal, Lisboa, Guimarães, Libanio & C.^a, 1900.

Bíblia Sagrada, Lisboa, Edição Pastoral, 1993.

II. Bibliografia

A. Obras de Referência

OLIVAL, Fernanda e OLIVEIRA, Luís Filipe

“Avis, Ordem de”, *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Direcção de José Eduardo Franco, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 557 – 562.

IDEM,

“Cristo, Ordem de”, *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Direcção de José Eduardo Franco, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 564 – 574.

PINTO, Gisela e VICENTE, Maria Graça

“Hospital, Ordem do”, *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Direcção de José Eduardo Franco, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 574 – 577.

SANTOS, Maria Teresa C. S. Gonçalves dos

“Benedictinos”, *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Direcção de José Eduardo Franco, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 60 – 71.

[s.n]

“Templários”, *Nova Enciclopédia Portuguesa*, Vol. 24, Lisboa, Ediclube, 1991, p. 2284.

VARANDAS, José

“Cistercienses”, *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições afins em Portugal*, Direcção de José Eduardo Franco, José Augusto Mourão, Ana Cristina da Costa Gomes, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 109 – 119.

B. Obras Gerais

ALARCÃO, Jorge de

Portugal Romano, Lisboa, Verbo, 1974.

ALMEIDA, José António Ferreira de (orientador e coordenador)

Tesouros Artísticos de Portugal, Porto, Selecções do Reader's Digest, 1980.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.)

História Religiosa de Portugal: Formação e limites de cristandade, Vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

IDEM,

História Religiosa de Portugal: Humanismos e reformas, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

IDEM,

História religiosa de Portugal: Religião e Secularização, Vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000,

BALLART, Josep

El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso, Barcelona, Editorial Ariel, 1997.

BANDI, Hans-Georg

“As origens da Arte”, *História da Humanidade: Pré-História e o Início da Civilização*, Vol. I, S. J. de Laet e outros (coord.), Lisboa, Editorial Verbo, 2000.

BARBOSA, Pedro Gomes

“O Domínio e o Senhorio no Couto de Alcobaça”, in *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Arqueologia e História da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, pp. 99 – 115.

- BARBOSA, Pedro Gomes, VARANDAS, José Manuel e VICENTE, António
“Propriedades das Ordens Militares na Estremadura Central (Séculos XII e XIII”, in *As Ordens Militares em Portugal, Actas do I Encontro sobre Ordens Militares Palmela 3, 4, 5 de Março de 1989*, Palmela, Estudos Locais, 1991, pp. 87 – 113.
- BAUMGARTNER, Mireille
A Igreja no Ocidente, Das Origens às Reformas no século XVI, Lisboa, Edições 70, 2001.
- BROWN, Peter
A ascensão do Cristianismo no Ocidente, Lisboa, Construir a Europa, 1999.
- CASTRO, Armando de
“As Ordens Militares na História Económico-Social Portuguesa”, in *As Ordens Militares em Portugal, Actas do I Encontro sobre Ordens Militares Palmela 3, 4, 5 de Março de 1989*, Palmela, Estudos Locais, 1991, pp. 69 – 86.
- CELORIA, Francis
Arqueologia, Rio de Janeiro, Prisma, 1975.
- CENTENO, Rui Manuel Sobral (coord.)
Civilizações Clássicas II Roma, Lisboa, Universidade Aberta, 1997.
- IDEM,
A herança romana em Portugal, Lisboa, Correios CTT, 2006.
- COSME, João e VARANDAS, José
Memórias Paroquiais [1758-1759], Volumes I e II, Lisboa, Caleidoscópio, 2009-2010.
- DAVIES, Penelope J. E. e outros,
A Nova História da Arte de Janson, A tradição ocidental, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 2010.
- DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe
História da vida privada, Do Império Romano ao Ano Mil, Vol. I, Círculo de Leitores, 1989.

DUQUESNE, Jacques

Maria, A verdadeira história da Mãe de Jesus, Porto, Edições Asa, 2004.

FILORAMO, Giovanni

Dicionário das Religiões: Cristianismo I e II, Milão, Electa, 2007.

GIL, Júlio

Os mais belos Castelos e Fortalezas de Portugal, Lisboa, Verbo, 1986.

GONÇALVES, Iria

O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.

GRIMAL, Pierre

“Roma e a Terra”, *A Civilização Romana*, Lisboa, Edições 70, 2001, pp. 163 – 186.

GRIMBERG, Carl

História Universal, da aurora da Civilização ao Crescente Fértil, Vol. I, Lisboa, Publicações Europa-América, 1965.

GUERRA, Amílcar

“Algumas notas sobre o Mundo Rural do território Orlisiponenese e as suas gentes”, *Mundo Antigo, Economia Rural*, Lisboa, edições Colibri, 2003, pp. 123-147.

KHÂN, Gabriele Mandel

Dicionário das Religiões: Islão, Vol. I e II, Milão, Electa, 2006.

MATOS, Leonor Correia

A Ordem de Cister e o Reino de Portugal, Mito e Razão, Lisboa, Fundação Lusíada, 1999.

MATTOSO, José (dir.)

História de Portugal: Antes de ser Portugal, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

IDEM,

História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480), Segundo Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

IDEM,

História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620), Terceiro Volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

CRUZ, Manuel da Braga e GUEDES, Natália Correia (coordenadores),

A Igreja e a Cultura em Portugal 1950/2000, Lisboa, Universidades Católica, 2001.

MARTIN, Jean-Pierre

As províncias romanas da Europa Ocidental e Central de 31 a.C. a 235 d.C., Mem-Martins, Europa-América, 1999.

MEDINA, João (dir.)

História de Portugal: Dos Tempos Pré-históricos aos nossos dias, Portugal na Pré-História (I), Vol. I, Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004.

IDEM,

História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, Portugal na Pré-história (II), O Mundo Luso-Romano (I), Vol. II, Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004.

IDEM,

História de Portugal: Dos tempos pré-históricos aos nossos dias, O Mundo Luso-Romano (II), Portugal Medieval (I), Vol. III, Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004.

IDEM,

História de Portugal: De Portugal Cativo ao Portugal absolutista (I), Amadora, Edita Ediclube, Edição e Promoção do Livro, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA,
“O património cultural e o património natural estão definidos nos artigos 1º e 2º da Convenção do Património Mundial”, *Organizações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*, Lisboa, 2010.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha

Estudos de História da Cultura Clássica, II Volume – Cultura Romana, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PEREIRA, Paulo

Enigmas, Lugares Mágicos de Portugal: Arquitectura Sagrada, Casais de Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004.

PRETTE, Maria Carla e GIORGIS, Alfonso De

Atlas Ilustrado da História da Arte, Sintra, Girassol, [s.d].

RAMOS, Rui (coord.)

História de Portugal, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

READ, Herbert,

O Significado da Arte, Lisboa, Editora Ulisses, [s.d].

REIS, António (dir.)

História do Século XX: Década a Década, 1910-1920, Vol. 2, Sintra, 2004.

SERRÃO, Joaquim e MARQUES, A. H. Oliveira

Nova História de Portugal, Vol. I, Lisboa, Presença, 1986.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415), Vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 1978.

IDEM,

História de Portugal: Formação do Estado Moderno (1415-1495), Vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, 1978.

IDEM,

História de Portugal: O Século de Ouro (1495-1580), Vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, 1978.

IDEM,

História de Portugal: Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640), Vol. IV, Lisboa, Editorial Verbo, 1979.

IDEM,

História de Portugal: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750), Vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.

IDEM,

História de Portugal: O Despotismo Iluminado (1750-1807), Vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982.

IDEM,

História de Portugal: A Instauração do Liberalismo (1807 - 1832), Vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 1984.

IDEM,

História de Portugal: Do Mindelo à Regeneração (1832 – 1851), Vol VIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1986.

IDEM,

História de Portugal: O Terceiro Liberalismo (1851-1890), Vol. X, Lisboa, Editorial Verbo, 1986.

IDEM,

História de Portugal: A I República (1910-1926), Vol. XI, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.

IDEM,

História de Portugal: A I República (1910-1926), Vol. XII, Lisboa, Editorial Verbo, 1990.

SERRÃO, Joaquim e MARQUES, A. H. Oliveira de Marques

Nova História de Portugal, Vol. I, Lisboa, Presença, 1986.

SERRÃO, Vítor

“A Iconologia de Warburg, projecto para uma psicologia histórica da expressão artística, ou o estudo da criação e das imagens na vida das civilizações”, *Seminário de História de Arte*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

IDEM,

“Noções Teórico-Methodológicas”, *Seminário de História da Arte*, Lisboa, Faculdade de Letras, 2010.

IDEM,

O naturalismo tenebrista: a natureza-morta, a mitologia e o retrato na abertura da arte da pintura a novos «géneros»”, *História da Arte em Portugal – O Barroco*, Lisboa, Editorial Presença, 2003.

IDEM,

Santarém, Lisboa, Presença, 1990.

S.J. Laet e outros (coord.),

História da Humanidade: Pré-História e os inícios da Civilização, Vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 2000.

WAWRO, Geoffrey

Historical Atlas, a cartographic record of our lives and history from the beginning of recorded time to the present day, Australia, Millennium House Pty Ltd, 2010.

C. Obras Especificas

Afonso Paços e Outros,

“Notas Arqueológicas da Região de Alcobertas (Rio Maior)”, *I Congresso Nacional de Arqueologia, Separata do I Vol. Das Actas e Memórias*, Lisboa, 1959.

DUARTE, Fernando

História de Rio Maior, Rio Maior, Edição do Autor, 1979-1982.

NOBRE, Marcolino

História da Igreja Nova de Rio Maior, Comerações Jubilares 1968-1993, Rio Maior, Grafiartes, 1993.

OLIVEIRA, Cristina Fernandes de

A villa romana de Rio Maior. Estudo de Mosaicos, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Vol. I e II, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.

OLIVEIRA, Humberto Nuno de, MARTINS, Miguel e PEREIRA, Carlos

Centro Histórico de Rio Maior – Contributo da Arqueologia para a sua delimitação, Rio Maior, Câmara Municipal de Rio Maior, [s.d].

PINTO, Paulo Mendes

A Ninfa Fontenária de Rio Maior, Rio Maior, Câmara Municipal de Rio Maior, 2004.

PINTO, Ricardo Santos

Rio Maior, Maior Futuro..., Rio Maior, Néstia Editores, [s.d].

ROSÁRIO, Joaquim António Lopes do

“Templo Religioso”, *Pequena monografia da freguesia da Vila da Marmeleira*, Vila da Marmeleira, Livrejo, 1994.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos

“Concelho de Rio Maior” in *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Santarém*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1949, pp. 55 – 58.

SILVA, José Manuel Paixão da

“Na Ribeira de São João”, *Ribeira de São João, a capela de Nossa Senhora da Barreira, através dos tempos*, Rio Maior, Edição do Autor, 2002.

VARELA, Bernardo

Esboço histórico: Vila da Marmeleira, Rio Maior, Edição do Autor, 1965.

D. Monografias

Após mais um mês e meio de escavações: na «villa» romana de Rio Maior, à descoberta do desconhecido, Ivan Costa, Região de Rio Maior, 27 de Outubro de 1995, p. 7.

A Ninfa de Septueil, Carlos M. C. Pereira, Região de Rio Maior, Quinta-feira, 31 de Março de 1994.

A estátua romana de Rio Maior, uma maravilhosa descoberta: uma ninfa desnuda, Carlos Pereira e Miguel Martins, [s.n], [s.d].

A villa romana de Rio Maior, Miguel Martins e Carlos Pereira, [s.n], [s.d].

Carta Arqueológica de Rio Maior, Carlos M. C. Pereira, 7 de Junho de 2010.

Estátua romana de Rio Maior, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 4 de Setembro de 1992.

Estátua romana, única na Península, descoberta em Rio Maior, [s.n.], 2 de Dezembro de 1992.

Mina do Espadanal (Rio Maior), Memória, Património, Identidade. Nuno Alexandre Rocha, 2009.

Sobre as Invasões Francesas em Rio Maior, Maria Almeida, Região de Rio Maior, 6.8.2010-História, p. 2.

Villa romana descoberta em Rio Maior, [s.n.], [s.d].

“Rio Maior Medieval: em torno do texto mais antigo documento que se refere a Rio Maior”, Amândio Videira Santos, *Região de Rio Maior*, 91-04-25, pp. 7-8.

“De uma vez por todas...A nossa feira anual já se realizava em Rio Maior no ano de 1722”, Amândio Videira Santos, *Região de Rio Maior*, 90-10-05, pp. 7-8.

“A Vida em Rio Maior no século XVIII, Baseada num documento arquivado na Torre do Tombo em Lisboa”, Prof. Arnaldo da Soledade, *Jornal do Oeste*, 6 de Abril de 1968.

“Apontamentos para uma história regional: O Concelho de Rio Maior há 200 anos...Fragoas”, *Folha Quinzenal de Informação Regionalista*, Sábado, 13 de Junho de 1940.

“Apontamentos para uma história regional: O Concelho de Rio Maior há 200 anos...Arruda dos Pizoens”, *Folha Quinzenal de Informação Regionalista*, Quinta-feira, 1 de Maio de 1940.

E. Sites

www.cm-riomaior.pt

<http://www.igespar.pt/pt/>

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=regShow&searchMode=bs&ID=4238720>

<http://www.dre.pt/>

<http://www.fcsh.unl.pt/memorias/atlas/apresentacao.html>.

<http://www.jf-riomaior.pt/freguesia/historia.html>.

<http://turismoriomaior.blogspot.com/search/label/Locais%20a%20visitar>.